

BIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

debates com a história da historiografia



EDITORA UFOP

Helena Miranda Mollo
(organizadora)

Biografia e História das Ciências

Debates com a história da historiografia

Helena Miranda Mollo
(organizadora)



2012



Reitor | João Luiz Martins
Vice-Reitor | Antenor Rodrigues Barbosa Junior



Diretor-Presidente | Gustavo Henrique Bianco de Souza
Assessor Especial | Alvimar Ambrósio

CONSELHO EDITORIAL

Adalgimar Gomes Gonçalves
André Barros Cota
Elza Conceição de Oliveira Sebastião
Fábio Faversani
Gilbert Cardoso Bouyer
Gilson Ianinni
Gustavo Henrique Bianco de Souza
Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira
Hildeberto Caldas de Sousa
Leonardo Barbosa Godefroid
Rinaldo Cardoso dos Santos



Coordenador | Valdei Lopes de Araújo
Vice-Coodenadora | Cláudia Maria das Graças Chaves
Editor geral | Fábio Duarte Joly

Núcleo Editorial | Núcleo de Estudos em História da
Historiografia e Modernidade

Editora | Helena Miranda Mollo

CONSELHO EDITORIAL

Luisa Rauter Pereira (UFOP)
Valdei Lopes de Araújo (UFOP)
Helena Miranda Mollo (UFOP)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Lucia Paschoal Guimarães (UERJ)

© EDUFOP – PPGHIS-UFOP

Projeto Gráfico

ACI - UFOP

Editoração Eletrônica

Fábio Duarte Joly

FICHA CATALOGRÁFICA

Biografia e história das ciências: debates com a história da historiografia / Helena Miranda Mollo, organizadora. - Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

202p. (Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia)

ISBN: 978-85-288-0294-8

1. Ciência – Brasil – História 2. Biografia I. Mollo, Helena Miranda. II. Título.

CDU: 303.446.4

Catálogo: bibichs@sisbin.ufop.br

Todos os direitos reservados à

Editora UFOP

<http://www.ufop.br> e-mail : editora@ufop.br

Tel.: 31 3559-1463 Telefax.: 31 3559-1255

Centro de Vivência | Sala 03 | Campus Morro do Cruzeiro

35400.000 | Ouro Preto | MG

Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia

A coleção *Seminário Brasileiro de História da Historiografia* vem à luz com seus primeiros títulos, frutos de cinco de seus Simpósios Temáticos acontecidos durante o evento em 2011, o 5SNHH, cujo tema foi a Biografia e História Intelectual.

O leitor terá acesso a contribuições que vão das perquirições sobre a história do tempo presente, a história da historiografia religiosa, historiografia da América, historiografia brasileira no Oitocentos e as interfaces entre a história da historiografia e a história das ciências.

Agradecemos a todos os organizadores dos volumes e principalmente aos autores, que responderam prontamente ao desafio de rever seus textos após as discussões durante os dias passados em Mariana.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e o Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade convidam o leitor a continuar o trabalho de todos aqui presentes nesses cinco livros, e multiplicá-lo.

Desejamos a todos uma boa leitura e esperamos revê-los em mais uma edição do Seminário Brasileiro de História da Historiografia.

Os editores

Sumário

Apresentação.....	11
Introdução.....	15
1. O boto, a sereia e o historiador: contribuições de Serge Gruzinski para a historiografia da ciência.....	20
Wesley Oliveira Kettle & Gabriela Alves Miranda	
2. Como conferir historicidade à ciência? Um retorno às contribuições de Ludwik Fleck e Karl Mannheim.....	30
Gabriel da Costa Ávila	
3. O mito da verdade e a história das mentiras na obra de Alexandre Koyré.....	61
Francismary Alves da Silva	
4. Ciência e civilização desvendam o sertão: História, Cultura e Natureza nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão (1859 – 1861).....	78
Francisca Hisllyya Bandeira Cavalcante	
5. As práticas científicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII: Trajetórias individuais e redes de sociabilidade na historiografia.....	104
Jean Luiz Neves Abreu	
6. Arquivos de cientistas como fontes para a história das ciências.....	116
Maria Teresa Villela Bandeira de Mello	

7. Políticas públicas e trajetória individual: o médico Eduardo Rabelo e as prescrições liberais no combate à lepra no Brasil.....136

Dilma Cabral

8. Agruras de um cientista: Armauer Hansen e a lepra na Noruega.....160

Reinaldo Guilherme Bechler

9. Psicanálise e educação sexual na obra de Julio Porto-Carrero: Rio de Janeiro (décadas de 1920 e 1930).....186

Rafael Dias de Castro

Apresentação

Betania Gonçalves Figueiredo*

O Seminário Brasileiro de História da Historiografia, organizado pelo Departamento de História da UFOP já está na agenda dos eventos na área no Brasil. Ocorre todos os anos, desde 2006, com a presença de pesquisadores expressivos tanto no cenário nacional como internacional. Com uma organização esmerada e bem cuidada em vários sentidos, desde a eleição do eixo temático do seminário, passando pela escolha dos convidados nacionais e internacionais e na definição dos grupos de trabalho os resultados não poderiam ser outros. A construção e consolidação de grupos de pesquisas promissoras, que envolvem os alunos de graduação e pós-graduação, de diversas universidades Brasileiras. Há que se destacar que, nos tempos atuais, quando os critérios de produtividade muitas vezes se mesclam com quantidade, a prática do seminário de historiografia é exemplar. Durante os dias do seminário, que tive a oportunidade de participar em anos anteriores, passeiam pelos corredores do ICHS alunos dos cursos de graduação, jovens pesquisadores e mestres conhecidos de várias regiões do Brasil. Todos animados com as perspectivas dos encontros acadêmicos, com os debates entre pares, com as discussões das mesas e das conferências. As conversas e controvérsias não se limitam as salas do evento, seguem para os cafés, para os ambientes acolhedores dos jardins internos do prédio.

Essa apresentação trata, especificamente, de um dos Grupos de Trabalho do 5º Seminário de Historiografia da UFOP, coordenado pela professora Helena Mollo, da UFOP que aborda temáticas da história das ciências. Atraindo pesquisadores de todos os cantos do Brasil os trabalhos presentes no GT indicam o crescimento da área no Brasil, a

* Departamento de História – UFMG.

diversidade das abordagens temáticas e, especialmente, a demanda por uma reflexão mais detida sobre os meandros da história das ciências.

Aos poucos, os pesquisadores de História no Brasil percebem as especificidades para e na produção da história das ciências. Trata-se de um campo da História, de forma inquestionável, mas guarda suas particularidades, elege autores para o debate metodológico, persegue problemas que muitas vezes exige uma abordagem comparativa, questiona a divisão mais comum dos limites temporais e espaciais estabelecidos pelos estudos históricos.

Os resultados do Grupo de Trabalho História da historiografia da ciência com certeza foram diversos e importantes, pois cada um dos inscritos vivenciou momentos significativos ao apresentar seus textos aos comentadores especializados que integraram o grupo. Nessa publicação temos uma amostra qualificada desses trabalhos. Os textos que já estavam mais organizados e avançados na pesquisa e no tratamento metodológico foram encaminhados para publicação. O que temos aqui é uma amostra do que ocorreu no GT, com a apresentação de nove textos. As universidades e instituições de pesquisa dos autores envolvidas são representativas do “giro” geográfico realizado no simpósio: UFCE, UFPA, UFMG, UFU, COC/Fiocruz, UFF, Arquivo Nacional, Univale, UFOP. Se trabalharmos com as redes de sociabilidade que são fortalecidas por cada um dos pesquisadores participantes do simpósio pode-se ter uma ideia da amplitude que o debate realizado em Mariana, no final de agosto de 2011, alcançou.

Dos nove textos resultado do seminário, três abordam debates historiográficos que contribuem para as delimitações teórico metodológicas. Autores como Serge Gruzinski, Ludwik Fleck, Karl Mannheim e Alexandre Koyré, em abordagens bem distintas umas das outras, são trabalhados e analisados nas suas potencialidades e especificidades. Ora como contribuições para historiografia da história das ciências, ora como um trabalho epistemológico propriamente dito. Mais importante do que os formatos é a indicação clara de que as pesquisas da história das ciências não se restringem aos temas bem recortados, objetos bem definidos no tempo e no espaço. Autores tornam-se o objeto de estudo e análise, demonstrando uma perspectiva de investigação metodológica cuidadosa e criteriosa.

Os acervos também surgem como problemas específicos da história das ciências. Como tratar, como preservar, como constituir esses conjuntos documentais e quais as

possibilidades de análise de acervos pessoais e acervos institucionais. Entre os acervos históricos mais conhecidos devemos acrescentar os acervos do mundo da produção e da disseminação da ciência: laboratórios, departamentos, sociedades, revistas científicas integram um conjunto documental importante e nem sempre tratado da forma adequada. Nesse esforço o trabalho do historiador da história das ciências deve aliar-se mais uma vez aos cientistas, sensíveis pela importância de tratamento dos registros das suas pesquisas e aos arquivistas, velhos companheiros de viagem. Nesse encontro as formas de organização da gestão documental, do recolhimento para arquivo, da tramitação e organização dos documentos devem ser discutidos e acordados. Não se trata de coincidência. Se para produzirmos história das ciências precisamos do apoio e diálogo interdisciplinar, para preservar os arquivos relacionados à produção da ciência também dependemos do sucesso desse encontro interdisciplinar.

Os relatórios de pesquisa, os relatos dos viajantes, os manuais de medicina, as revistas e jornais de difusão e divulgação das ciências, as publicações mais específicas, os anais das associações e ligas dos homens das ciências, as correspondências e cadernos de pesquisa são algumas das muitas fontes que fornecem material para as pesquisas dos historiadores das ciências. As abordagens são múltiplas: constituição do campo e área de saber, a criação e aceitação de novas disciplinas curriculares, o movimento da legislação, a circulação do conhecimento, a formação de núcleos de pesquisa, as imbricações entre as políticas públicas de investimentos na produção e na pesquisa científica. O período abrangido percorre desde o século XVIII até os dias atuais.

Todo esse universo de pesquisa indica um interesse, cada vez maior, por temáticas da história das ciências entre a comunidade de historiadores. Mais do que isso, indica a centralidade das discussões em torno da ciência no mundo contemporâneo. Afinal o historiador é aquele atento aos problemas e questões que o tempo presente lhe apresenta. Vamos aguardar os desdobramentos das pesquisas que ora são apresentadas.

Introdução

Helena Miranda Mollo

Professora de Teoria e História da Historiografia - DEHIS/UFOP

Os textos reunidos nessa publicação são o resultado dos dias de discussão travadas em 2011, no Seminário Nacional de História da Historiografia, em sua quinta edição. O tema Biografia e História Intelectual ensejou a criação de um espaço de discussão profícuo entre os campos da história das ciências e história da historiografia, que já existia nas outras edições do Seminário, mas ainda não aparecera como proposta de um simpósio temático.

A relação que parece natural não é, na verdade, natural ou automática entre a história das ciências e a história da historiografia, revelando-se, a aproximação entre os dois campos um objeto de perquirição. O breve texto que segue dedica-se a começar a tocar essa questão, aproveitando a temática da biografia, história das ciências e história da historiografia debatida durante o SNHH de 2011.

Em entrevista a Emilly Joyce Oliveira L. Silva, George Fellipe Zeidan V. Araújo e Paloma Porto, Carlos Alvarez Maia publicada na **Revista Temporalidades**. Revista Discente (2011) aponta para o problema, afirmando que a história das ciências foi, por muito tempo, feita por “historiadores ausentes”, conformando-se mais em uma prática enaltecida de cientistas quanto aos feitos dos seus próprios campos. Essa historiografia contribuiu para uma imagem da ciência e do cientista sem historicidade, e, segundo o autor decorreu desta proposição “um folclore metafísico”, que traz vários erros de concepção da ciência e seu papel, entre eles há do que há uma

separação ontológica entre sociedade e natureza que coloca a Ciência, grafada com maiúscula, no reino da ontologia ao lado da natureza e fora da sociedade, e claro, sem história. Tal ciência seria um prolongamento do mundo natural, algo

que emergiria da natureza e o ser humano seria um mero leitor, neutro, objetivo que desvendaria seus segredos e suas leis. (MAIA, 2011, p.13)

Assim, segundo Maia, o mito da objetividade seria elaborado como “reflexo da verdade natural” e “os problemas históricos eram simplesmente problemas epistemológicos”. Não havia, entre as preocupações dessa forma de construção narrativa a do conhecimento histórico; a cronologia e a crônica bastavam (MAIA, 2011, p.13).

O problema parece migrar para uma dicotomia entre modernidade e a pós-modernidade, que, para Maia, reflete a clássica oposição entre objetividade e subjetividade e se alimenta de um “vício”, a “ruptura metafísica entre sujeito e objeto” (Ibidem). Maia lança mão de outra estratégia de leitura desse problema: a “teoria ativo-passivo” de Fleck, que desconstruiria a relação estática entre sujeito e objeto perenizada tanto pelo objetivismo quanto pelo subjetivismo, e, colocando a importância do ‘conhecimento adquirido’, a historicidade seria inserida. A proposta de Fleck, então, seria importante para:

Este terceiro elemento [o conhecimento constituído historicamente] impede que se considere um sujeito, em si, neutro, inerte. Todo sujeito já está integrado a um estilo de pensamento que o define como ser histórico. E todo objeto é percebido na contraluz do saber já internalizado pelo sujeito. Não há um vácuo onde flutuariam sujeito e objeto, há um oceano histórico que os embebe (Maia, 2011 p. 16)

A aproximação entre os dois campos não se dá apenas pelo caráter da presença da historicidade de seus sujeitos e objetos, mas alerta para algo mais estrutural: a concepção de que ao longo da modernidade (não separando aqui a modernidade da pós-modernidade, como faz Carlos Maia), a autoconsciência das ciências caminhou junto da construção da narrativa historiográfica, seja revelando a ciência da história, seja o indissociável manejo das ideias, objetos e sujeitos no tempo.

François Delaporte em artigo publicado na obra **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Abordagens contemporâneas, ao tratar da História das Ciências segundo Canguilhem, faz uma leitura da obra do autor de O normal e o patológico em relação à sua

grande filiação, a epistemologia bachelardiana. Delaporte ressalta que para ele (Canguilhem) a história é concebida não como um “pleonasma da ciência, nem filha da memória, mas filha do juízo, isto é, história normativa” (DELAPORTE, 1994, p. 23) e ainda vê que há um desafio na proposta: como acomodar descontinuidade e continuidade em uma ciência? Em sua valorização do pré-científico, Canguilhem lhe dava uma dignidade teórica que se traduziria na percepção do significado de certos termos empregados pelas ciências da vida e partiria da “reabilitação dos mitos e das imagens” (DELAPORTE, 1994, p. 25). Assim:

É preciso, então, libertar-se da idéia segundo a qual o saber se forma por rejeição dos conteúdos imaginários, cuja única função seria a de obstáculo. Daí algumas operações ricas de implicações. Ressaltar a sobredeterminação dos objetos biológicos, mostrando, por exemplo, que vocábulos como *tecido* e *célula* são sobrecarregados de significações extrateóricas. Interrogar-se também sobre o sentido e o alcance das imagens da continuidade e da descontinuidade. (DELAPORTE, 1994, p.25)

As propostas de Canguilhem visitadas em “A história das ciências segundo Canguilhem” migram para um outro lugar, mas ainda dentro das ciências da vida, e o exemplo acima escolhido a partir de **A teoria celular** é interessante para a compreensão das variadas significações das construções discursivas que poderão povoar as teorias científicas. A leitura de Delaporte caminha para uma outra obra, **A formação do reflexo**, escolhido para falar da descrição de um conceito científico:

Mas descrever como um conceito científico nasce dos fascínios do imaginário é também estabelecer que seu aparecimento supõe algo como um rasgo no tecido das crenças. Onde a ruptura de problemas e de objetos com relação aos temas mitológicos. No limiar da idade clássica, o destino dessa mitologia da “chama” dá suficiente testemunho disto: ‘Na teoria da alma ígnea de Willis como na teoria do fogo cardíaco, “fogo sem luz”, de Descartes, morre, após sua divisão na aurora da fisiologia moderna, a mitologia da chama” (DELAPORTE, 1994, p. 29)

A curiosa teoria da chama utilizada por Canguilhem chama atenção para a construção do seu pensamento, pois é através de analogias que podem ser pensadas as condições de possibilidades. A teoria sobre o reflexo foi plantada sobre imagens de fogo, peso, explosão e deflagração, e “um conceito de devir a partir de analogias hoje tomadas como metáforas. O movimento parece ser o de dissociar para re-associar posteriormente, assim, colocar um objeto fora de seu estrito campo de investigação, para que esse campo não seja uma espécie de obstáculo. Dá-se então uma desqualificação das pretensões científicas para que ela surja depois, recolocada já baseada em um novo conceito, e, portanto, reorganizando o campo.

Assim parece acontecer com a biografia como objeto de investigação do historiador. Não cabe aqui mais um inventário sobre os rumos que a biografia traçou na historiografia, mas ressaltar o que ela indica atualmente. Pode-se dizer que a dinâmica assumida pela historiografia no que tange às vidas foi próxima à forja d’ **A formação do reflexo**: foram retraçadas as fronteiras entre a continuidade e a descontinuidade e a biografia afasta a narrativa que se chamou por um longo tempo de *Vidas*. Durante o século 19, emerge com características românticas, falando, ao leitor cúmplice, a vida de todos: desde as famílias até os grandes homens. François Dosse em seu estudo sobre a biografia discorre sobre Max Gallo, exemplo de historiador que fez fama escrevendo “romances biográficos” ou “biografias subjetivas” (DOSSE 2009, p.21). A sua trajetória é curiosa. Professor da Universidade de Nice, lamentava que o saber produzido na Universidade não comportava a sensibilidade empregada no texto acadêmico e depois, segundo Dosse, não conseguiu acostumar-se com o tempo das incertezas pós-1968.

O exemplo de Gallo pode ser considerado semelhante ao movimento que Delaporte viu na trajetória de pensamento de Canguilhem, Dosse se refere ao trabalho do autor da tetralogia sobre Napoleão destacando que o biógrafo “deve usar a intuição e a imaginação para compensá-las [as falhas de arquivo] e obter um relato completo, estruturado, coerente, sem fissuras. Levanta então hipóteses com base naquilo de que dispõe” (Ibidem).

O que o leitor encontrará nas próximas páginas são leituras sobre o tema da biografia como narrativa historiográfica e sua relação com a história das ciências. E em vários deles, a dinâmica de retirar o personagem de um campo apenas foi a forma de encontrar a sua historicidade e a de seu campo de atuação.

Referências bibliográficas

DELAPORTE, François. A história das ciências segundo G. Canguilhem. IN PORTOCARRERO, Vera (org). **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 23-42.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MAIA, Carlos Alvarez. História, verdade e linguagem: a historicidade das ciências. Entrevista concedida a Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva, George Felipe Zeidan Vilela Araújo e Paloma Porto Silva. **Temporalidades**. Revista Discente. Vol. 3, n.2. Agosto/Dezembro de 2011.

O boto, a sereia e o historiador: contribuições de Serge Gruzinski para a historiografia da ciência

Wesley Oliveira Kettle*

Gabriela Alves Miranda**

O campo da história da ciência tem se debruçado, entre outras questões, sobre as trajetórias de indivíduos com o objetivo de compreender as relações que esses atores sociais estabeleceram em contato com outras civilizações. Diante disso, a historiografia que se preocupa com esse campo tem desenvolvido reflexões sobre a ideia de centro e periferia em relação à produção do conhecimento, mobilizando um número considerável de intelectuais em torno desse debate.

Duas questões foram fundamentais para nos levar a desenvolver este trabalho: a primeira é a percepção do debate intenso sobre a história da produção de ciência em perspectiva global, da qual nos referimos anteriormente; o outro fator advém de questões suscitadas pela leitura que temos feito dos trabalhos do historiador francês Serge Gruzinski¹ e que, pensamos, contribuem para o campo da história da ciência. Nosso estudo pretende apresentar como alguns historiadores da ciência tem se posicionado no atual debate sobre o lugar dos indivíduos que produzem ciência em uma perspectiva de história global e apontar como o pensamento de Gruzinski pode contribuir para a historiografia da ciência nesse aspecto.

* Wesley Oliveira Kettle, Doutorando em História Social no Departamento de Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

** Gabriela Alves Miranda, Mestranda no Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz na Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ.

¹ O título de nosso trabalho foi pensado a partir das ideias apresentadas por Serge Gruzinski em seu artigo: "O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio".

1. O debate sobre a ideia de centro e periferia: algumas formulações

Ao enfatizar a natureza internacional da investigação científica nos esquecemos de que a ciência existe em um ambiente social local. Se essa configuração não moldar decisivamente o crescimento conceitual da ciência, ela pode, pelo menos, afetar o número e tipos de indivíduos que são livres de participar no desenvolvimento interno da ciência. Talvez o efeito seja mais profundo; só estudos futuros podem determinar a profundidade de sua influência. (BASALLA, 1967, p. 620)

Estudos dos últimos vinte anos vêm trazendo novos caminhos para as discussões concernentes à relação entre centro e periferia no campo da história das ciências. O conceito de “centro e periferia” surge nas ciências sociais sob ênfase econômica por pensadores preocupados com o desenvolvimentismo pós-guerra nas décadas de 1950 e 1960 (GAVROGLU et alii, 2008, p.155).

Publicado em 1967 pela revista *Science*, o artigo de George Basalla, “The spread of Western Science” teve grande influência entre historiadores da ciência, atentando para uma expansão da ciência quando até então a maioria dos pesquisadores se preocupavam em explicar a razão da ciência moderna ter surgido na Europa. Ao deslocar os esforços de compreensão para difusão da ciência moderna – ao invés das razões de seu surgimento, Basalla sugere um modelo classificatório por três fases sucessórias. A fase 1 corresponde às sociedades “não científicas” e fontes de pesquisa da ciência europeia; a fase 2 é caracterizada por um período colonial de dependência em ciência e tecnologia; finalmente, a fase 3 cuja marca é a coroação de uma tradição científica independente.

O modelo basalliano incentivou estudos empíricos variados e, nas últimas décadas, sua receita esquemática de desenvolvimento científico tem sido questionada não apenas quanto à noção sobre o que é ciência, mas também permitindo recuperar os papéis ativos das colônias nas interações com as metrópoles nas trocas de conhecimento científico.

Os pesquisadores do *Science and Technology in the European Periphery* (STEP)² defendem uma alteração histórico metodológica de três questões: da ênfase na ideia de transmissão para apropriação; “da perspectiva do centro para a perspectiva da periferia e de estudos isolados sobre a periferia para estudos comparativos” (GAVROGLU et alii, 2008, p. 154).

O referido grupo participa do debate sobre centro e periferia, sugerindo uma análise das práticas de apropriação e atentando para a circulação do conhecimento e viagens científicas. O que gostaríamos de destacar desse argumento é a proposta de que os historiadores da ciência levem em consideração que o “centro” também se utiliza dos conhecimentos científicos próprios da periferia (GAVROGLU et alii, 2008, p.161-3).

O STEP avança em seu argumento demonstrando que as escolhas realizadas pelos indivíduos localizados na periferia influenciam de alguma maneira o “centro” de poder. Outro ponto importante considerado é a existência de uma articulação bastante perceptível entre o Império e suas colônias desde o Setecentos. Partindo dessas conexões visíveis, seria possível estudar, mesmo levando em conta as assimetrias próprias dessa relação, interferências coloniais em relação às ações metropolitanas.

Podemos perceber as implicações dessa forma de pensar os estudos históricos sobre a produção do conhecimento científico no artigo “Riding the wave to reach the masses: natural events in early twentieth century portuguese daily presse”, no qual os autores, membros do STEP, investigam a importância concedida a eventos naturais, tais como eclipse solar, terremotos, vulcões e o clima, por dois jornais: o *Diário de Notícias*, que circulava principalmente em Lisboa, e o *Diário dos Açores* que era produzido e circulava nas ilhas açorianas (SIMÕES, CARNEIRO e DIOGO, 2010).

O referido artigo compara, entre outras questões, como as formas de abordagem realizadas pelos dois jornais expressam de alguma maneira os interesses dos grupos envolvidos diretamente com sua publicação. Diante da proposta de nossa reflexão, importa-nos destacar como a escolha das fontes e a forma de análise dos objetos estão vinculadas à preocupação com a ideia de centro (o jornal da capital) e periferia (o jornal do interior). Além disso, o artigo procura demonstrar como a periferia constrói suas próprias

² O STEP é um grupo de pesquisa multinacional, fundado em 1999 na cidade de Barcelona, preocupado com estudos sobre processos e modelos de circulação do conhecimento científico e tecnológicos entre centros europeus e periferias entre o século XVI e o século XX.

estratégias para alcançar seus interesses, de alguma maneira resistindo ao domínio do centro.

Tal abordagem nos parece muito importante para encaminhar estudos sobre o passado que permitam considerar a atuação dos grupos e indivíduos locais não apenas como meros receptores, mas também com capacidade de influenciar aqueles com quem entram em contato. Todavia, se é possível identificarmos influências da “periferia” sobre o “centro”, a discussão deveria avançar na direção de uma compreensão da complexidade das relações geopolíticas ao longo da história, em especial no mundo colonial – a isso retornaremos mais adiante.

Poderíamos também questionar se as conexões entre diferentes locais em momentos da história, como no século XVIII, eram tão bem definidas que permitam aos historiadores identificarem conexões políticas tão sólidas que possibilitem estudos desse tipo – nesse sentido, a utilização do termo “Império português” para o Setecentos pode ser revisto.

O historiador da ciência Sujit Sivasundaram participa dessa discussão sobre centro e periferia, apresentando o argumento de que é preciso privilegiar outras tradições científicas que não apenas a europeia. Além disso, o autor sugere que os estudos sobre a produção e circulação do conhecimento deveriam considerar o dinamismo dos centros e periferias. Segundo ele, essas relações conectam impérios, nações e regiões, possibilitando ao historiador da ciência a análise de uma história global (SIVASUNDARAM, 2010).

Sivasundaram completa seu argumento considerando que cada “local” tem a condição de ser “centro” nessa rede de conexões. Assim, é possível notarmos que o autor desenvolve sua proposta preocupado em enfatizar a fluidez dessas relações, diminuindo o caráter hierárquico próprio das leituras de uma história da ciência tradicional. Exemplo disso é a epígrafe que abre esta seção; todavia, o historiador estabelece seu pensamento considerando o foco de análise, a rede e seus pontos centrais e periféricos (SIVASUNDARAM, 2010, p. 157-8).

Kapil Raj, em sua obra *Relocation Modern Science* (2007), procura estudar a importância das relações na construção do conhecimento científico, destacando o contexto de negociação entre a Índia e a Inglaterra ao longo do período colonial. O autor sugere que os estudos sobre a difusão da ciência não devem eleger vencedores e

vencidos, mas considerar uma constante reformulação do conhecimento, destacando o protagonismo das negociações ocorridas no “local”.

Segundo Raj, o resultado dessas negociações foi uma “cultura híbrida”, que emergiu da prática científica. Sua proposta é de que o foco seja a circulação dos atores sociais nesse contexto colonial, como forma de possibilitar o entendimento daquelas sociedades, se preocupando menos com a centralidade ou não dos “locais” (RAJ, 2007, p. 91-4).

2. O boto, a sereia e Serge Gruzinski

Mar, misterioso mar/ Que vem do horizonte/ É o berço das sereias/ Lendário e fascinante/ Olha o canto da sereia/ lalaó, o quê, ialoá/ Em noite de lua cheia/ Ouço a sereia cantar/ E o luar sorrindo/ Então se encanta/ Com as doces melodias/ Os madrigais vão despertar.

Vicente, Dionel e Veloso, Lenda das Sereias

O fragmento da canção “Lenda das Sereias”, acima transcrito, descreve, em parte, a figura dessa criatura – parte mulher e parte peixe – que habita os rios e mares dos mais diferentes pontos do planeta e atrai os homens com uma melodia fascinante. Sua perigosa influência foi retratada na *Odisséia* de Homero, sendo Ulisses, um dos poucos homens que não se renderam aos seus encantamentos (HOMERO, 2001). É possível que as sereias tenham atravessado o Atlântico escondidas nos porões das embarcações europeias, o certo é que elas se adaptaram muito bem nos lagos, furos e rios amazônicos. O boto cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), por sua vez, é um mamífero endêmico dos rios da Amazônia, chamado pelos índios de uiara. É considerado pelos nativos como deus dos rios e protetor dos peixes, tendo como característica marcante sua afeição por festas, momento em que sai das águas e transforma-se em humano sempre trajando roupas brancas e portando um chapéu à procura de donzelas bonitas da cidade com o objetivo de levá-las à beira do rio para ali namorar e engravidá-las.

Talvez a sereia e o boto a que fazemos referência aqui não sejam divindades tão reconhecidas como o macaco Ozomatli e a centaura Ocyrhoe de Serge Gruzinski com

quem ele dialoga em seu artigo “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio” (GRUZINSKI, 2003). Não possuem funções mitológicas como de anunciar o destino; tampouco habitam cidades ou afrescos específicos. Todavia, escolhemos utilizá-los no sentido de representarem, de alguma forma, o local, o global e suas interseções. Assim como o macaco e a centaura fazem parte do afresco da “Casa Del Dean” e não estão presos a ele, nossa sereia e o boto habitam os rios da Amazônia enquanto se movimentam por todos os oceanos do mundo.

Reconhecemos que a compreensão de nosso estudo passa pela leitura dos trabalhos do historiador francês Serge Gruzinski, em especial do artigo citado no parágrafo anterior. É certo que suas preocupações estão norteadas pelas questões próprias do campo da história cultural; todavia, diante do debate apresentado na seção anterior, gostaríamos de apontar algumas formulações do referido autor que contribuem, de alguma maneira, com a história da ciência.

Os historiadores parecem cada vez mais conscientes da importância de não realizar estudos etnocêntricos³, e nós, historiadores não europeus, deveríamos compreender com mais facilidade a importância de realizar pesquisas que procurem privilegiar uma visão que não seja europocêntrica. Gruzinski concorda com os prejuízos de uma história mundial partindo da Europa Ocidental e de suas problemáticas, criticando pesquisas que consideram apenas a realidade local⁴, como a história dos saberes dos índios amazônicos combinada com a história da sociedade colonial. Contudo, especialistas da Amazônia, muitas vezes, se esquecem de conectá-la à península ibérica e ao restante da América latina. Além de considerarmos que “outras centauros visitaram o Peru colonial no tempo em que sereias circulavam na América portuguesa” (GRUZINSKI, 2003, p.322), botos também atravessaram o Atlântico em múltiplas direções do Império português.

Partindo da perspectiva da história comparada como forma de romper limites tradicionais da disciplina histórica, Gruzinski, baseando-se em sua experiência de pesquisa,

³ O campo da história ambiental tem sido muito importante para chamar a atenção dos historiadores para os eventos ecológicos e os fatores ambientais como elementos constituintes da história. Esse campo nos permite considerar a interação dos indivíduos com a natureza para entender a história das sociedades, possibilitando uma outra perspectiva que não a etnocêntrica.

⁴ Gruzinski critica o estudo comparativo que Sérgio Buarque de Holanda realiza entre a colonização espanhola e portuguesa, julgando “brilhante”, porém desconectado do restante das análises latino-americanas.

aponta para a complexa existência de “paisagens misturadas” e a possibilidade de refletir sobre o enigma de suas ligações. Diante disso, ao invés de compararmos os saberes ameríndios com os portugueses, deveríamos problematizar suas interações; pensar o que significa a ligação entre as formas de sedução da sereia e do boto.

Este é um exercício com o qual o historiador da ciência se depara quando estuda a produção de conhecimento acontecendo na interação entre duas ou mais culturas diferentes, explorar múltiplas histórias que se comunicam. Para essa tarefa, Gruzinski compara o historiador a um electricista “encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais [...] desligaram ou esconderam, entaipando as suas respectivas fronteiras” (GRUZINSKI, 2003, p.323)⁵. Muitas vezes, a história da ciência além de não realizar as conexões necessárias também bloqueia suas fronteiras⁶.

Serge Gruzinski reconhece que abordagens nacionais, culturalistas e microhistóricas podem contribuir para a descontextualização do objeto investigado em relação ao lugar a que ele pertence. Analisar os objetos de estudo nos espaços intermediários onde eles se mesclam pode tornar o debate entre centro e periferia menos tenso. Gruzinski propõe a investigação desses espaços de interação planetária, chamados por ele de “teatro de interação” (GRUZINSKI, 2003, p. 325). Não estamos aqui propondo o encerramento do debate sobre a ideia de centro e periferia, tampouco desconsiderando a dimensão políticas que move os grupos envolvidos com esse tema, mas convidando-os a observarem como outros campos da história avançaram nessa reflexão.

Uma formulação importante de Gruzinski para os nossos objetivos aqui se refere à constatação de que os termos utilizados na discussão de uma história global precisam ser muito bem explicados, tarefa reconhecidamente difícil. Avançando nesse sentido, ele observa que ideias como “local” e “global” mudam ao longo do tempo e do espaço. Algumas perguntas apontadas por ele nos ajudam a problematizar essas categorias, levando-nos a questionar: como os atores sociais perceberam a periferia diante da

⁵ Gruzinski cita, como exemplo, as histórias que dividem Portugal da Espanha e a América espanhola da portuguesa.

⁶ Nossa crítica se faz no sentido de considerar a falta de diálogo que possa existir entre o campo da história da ciência e outros áreas como a história ambiental, a cartografia histórica ou mesmo a história política.

dominação do centro? Ou como o centro era percebido na periferia, “no seio de um espaço concreto, vivido dia a dia?” (GRUZINSKI, 2003, p. 331).

Segundo Gruzinski, uma forma de responder essas perguntas pode estar relacionada com o nascimento simultâneo de representações do mundo relacionando o “local” e o “global”. Sua proposta é de que nossa investigação se preocupe em analisar o encontro dos olhares e das representações de mundo, ao invés de apenas estudar o olhar dominante. Podemos avaliar que isso seria muito profícuo para os estudos desenvolvidos pelos historiadores da ciência, além de contribuir com o encaminhamento da discussão da ideia de centro e periferia.

Percebemos uma forte intenção de Gruzinski em criticar uma história eurocêntrica e seus muitos prejuízos para a investigação do passado. Os historiadores que se preocupam em estudar a produção de conhecimento e outros temas nesse campo poderiam atentar para essa crítica e recuperar em suas análises “figuras nas sombras das periferias e na exceção” ao invés de repeli-las (GRUZINSKI, 2003, p.334). Não pretendemos fazer desta reflexão uma denúncia, mas apenas demonstrar as contribuições que o referido autor poder dar ao campo da história da ciência.

A observação acima apresentada abre a possibilidade de pesquisarmos, por exemplo, a atuação dos indivíduos que têm origem nas periferias dos centros de poder, examinando seus novos comportamentos e sua capacidade de circulação em diferentes civilizações. Nesse sentido, cabe a análise da adaptação da sereia nos rios amazônicos tanto quanto identificar e examinar os deslocamentos dos botos em direção a rios e mares antes nunca visitados.

Outra consideração importante apresentada por Gruzinski refere-se aos modos pelos quais esses indivíduos foram capazes de se adaptar. Isto é, não foi apenas a inserção nas redes locais ou a capacidade intelectual que contribuíram para o sucesso de circulação por diferentes civilizações, mas também as técnicas, o corpo, o clima e a alimentação entre outros fatores ambientais. O exame desse tipo de experiência nos levará a perguntar: como foi possível viver entre dois mundos (e também sobreviver)?

As contribuições que apontamos colaboram para que o historiador da ciência se preocupe em examinar os mecanismos de acomodação, transformação e invenção localizados nesse “teatro de interações”, refletindo sobre as perguntas apresentadas por

Serge Gruzinski, afastando-se de uma visão europocêntrica de histórica, deixando emergir a complexidade das relações assimétricas.

Não é nossa intenção apresentar outras formulações que julgamos contribuir com as discussões do campo da história da ciência; entretanto, gostaríamos ainda de destacar uma última questão. Gruzinski aponta o perigo de subestimarmos a capacidade de autonomia, de invenção e de reação das sociedades consideradas periféricas, resultando em “representações híbridas do espaço e do tempo [e] mesclas de crenças” (GRUZINSKI, 2003, p.338). Isso nos possibilita pensar também na decorrência de técnicas e saberes mesclados, podendo ser percebido pelo historiador no “teatro das interações”.

Apresentamos um breve panorama da discussão da ideia de centro e periferia travada por alguns historiadores da ciência e, em seguida, oferecemos nossa leitura do artigo “O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio” de Serge Gruzinski. Nossa preocupação foi demonstrar como o pensamento do referido autor pode contribuir com as pesquisas sobre a produção do conhecimento científico, especialmente em um contexto de contatos entre culturas distintas.

Chegamos ao final sem termos identificado o encontro entre o boto e a sereia, como teve a oportunidade de fazer Serge Gruzinski diante do afresco em que o macaco e a centaura estão pintados. Talvez pela fluidez dos caminhos que tomam os seres por nós escolhidos; por serem fugidios ou mesmo por descuido nosso, não completamos essa tarefa. Contudo, o que eles têm a nos dizer parece ser mais importante; embora alguns estudiosos do passado relutem em travar diálogos dessa natureza: por medo de perderem suas embarcações, deixam de experimentar o encantamento.

Nossa reflexão se aproxima de um tom de denúncia, significando que é hora de encerrar, mas não podemos fazê-lo sem antes deixarmos um convite aos historiadores da ciência que porventura estejam dispostos, como Ulisses, a resistirem ao canto das sereias, que abandonem a cera que os impede de ouvi-las, as correntes e o mastro e aceitem a interação à beira do rio. Assim, descobrirão que “as sereias, porém, possuem uma arma ainda mais terrível do que seu canto: seu silêncio” (KAFKA, 1917).

Referências bibliográficas

BASALLA, George. "The Spread of Western Science – A three-stage model describes the introduction of a modern science into any non-European nation." **Science**, vol. 156, p.611-622, 1967.

GAVROGLU, K., K., Patiniotis, M., Papanelopoulou, F., Simões, A., Carneiro, A., Diogo, M. P., et al. (2008). "Science and technology in the European periphery: some historiographical reflections". **History of Science**, XLVI, p. 153-174, 2008.

KAFKA, Franz. O silêncio das sereias. **Folha de São Paulo**, 6 maio 1984. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm>>. Acesso em: Jul. 2011.

RAJ, Kapil. Relocating Modern Science – **Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900**. London: Palgrave Macmillan Edition, 2007.

SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula. Riding the Wave to Reach the Masses: Natural Events in Early Twentieth Century Portuguese Daily Press. **Science & Education**, setembro, 2010.

SIVASUNDARAM, Sujit. Sciences and the Global: On Methods, Questions, and Theory. **Isis**, 101 (1). pp. 146-158, 2010.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 49, p. 23-60, set.-dez, 2003.. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Como conferir historicidade à ciência? Um retorno às contribuições de Ludwik Fleck e Karl Mannheim

Gabriel da Costa Ávila*

Introdução

Durante toda a primeira metade do século XX, as principais tentativas de explicação da ciência tinham por base a agenda positivista, organizada sistematicamente a partir dos anos 1920 através dos filósofos reunidos no Círculo de Viena. Esse grupo, que reuniu nomes como Otto Neurath, Moritz Schlick e Rudolf Carnap, foi responsável pela elaboração de uma corrente filosófica denominada neopositivismo, positivismo lógico ou empirismo lógico. Os filósofos do Círculo pretendiam, em primeiro lugar, estabelecer uma demarcação rígida entre o discurso científico e aquele da metafísica. Para tanto, propunham que os enunciados da ciência deveriam ser empíricos, isto é, verificáveis através da experiência e deveriam obedecer a critérios lógicos estritos (CONDÉ, 1995). Daí derivaram as interpretações que se valem do que Alan Chalmers chamou de *estratégia positivista*.

Segundo esse autor, a expressão se refere ao “objetivo de defender a ciência por meio do recurso a uma explicação universal e não-histórica dos seus métodos e padrões” CHALMERS, 1994, p.15. Essa estratégia, contudo, não está circunscrita apenas aos filósofos definidos como positivistas. Mesmo autores que discordam em pontos fundamentais dessa corrente filosófica, como Karl Popper ou Imre Lakatos, adotam a estratégia positivista. Assim, os positivistas (e seus herdeiros) desenvolveram uma série de

* Gabriel da Costa Ávila, Doutorando em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

procedimentos através dos quais pretendiam demonstrar que a ciência era um empreendimento guiado por rígidos padrões metodológicos e cujo exame revelaria uma forma lógica universal de tratar os problemas da natureza e explicar a realidade. Nesse quadro, filosofia da ciência assumia uma dimensão altamente prescritiva. Sua tarefa seria a de estabelecer um ideal de “boa ciência” sobre os quais pudessem se ancorar as práticas científicas, estabelecendo critérios para determinar o que deveria ser o método científico e mostrar de que forma a ciência poderia fazer avançar a territórios cada vez mais distantes a sua explicação do mundo natural¹.

Diante disso, cabia à história e à sociologia – disciplinas responsáveis por estudar o “contexto” – um papel secundário. A filosofia, disciplina do “conteúdo”, seria a única dotada das ferramentas e da destreza suficientes para operar no interior da produção científica. Depois que a filosofia expusesse tudo o que de importante havia para saber acerca do funcionamento da ciência, as disciplinas secundárias se encarregariam de estudar o que estava “em volta” ou “do lado de fora” da ciência. A força desse imperativo epistemológico pode ser percebida quando olhamos para as correntes dominantes na historiografia e na sociologia no período e constatamos sua obediência às restrições impostas pela agenda positivista. A historiografia da primeira metade do século, por exemplo, aceitou esse papel sem constrangimento algum, reproduzindo o que foi apregoado pelos filósofos.

Nem o *internalismo* nem o *externalismo* – duas das mais fortes correntes da historiografia das ciências entre as décadas de 1930 e 1960 – foram capazes de sugerir uma solução alternativa à proposta epistemológica dos neopositivistas. Com efeito, a disputa entre esses dois grupos, internalistas e externalistas, se dava pela prioridade da ocupação de um espaço epistêmico muito reduzido e afastado das preocupações efetivamente fundamentais. Uma vez que apenas a filosofia poderia alcançar o que verdadeiramente importante havia para se saber sobre as ciências, restava decidir entre fazer uma história do percurso das ideias científicas (perspectiva internalista) totalmente apartada de uma história das relações institucionais, financiamentos, filiações políticas ou

¹ Para uma discussão da trajetória do ideal de boa ciência, especialmente no século XX, ver: SPRINGER DE FREITAS, Renan. A metodologia como carro-chefe da história da ciência. In. CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (orgs). **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 41-67.

extração social (perspectiva externalista). É intrigante que esses dois grupos tenham travado tão amarga disputa na primeira metade do século, a “querela internalismo *versus* externalismo”, quando possuíam muito mais pontos em comum – em relação à autonomia do conhecimento científico, ao papel “ornamental” da história das Ciências – do que discordâncias, que residiam basicamente em função da ênfase dada a um ou outro aspecto.

No campo da sociologia, a situação é semelhante e talvez ainda mais radical. A predominância da sociologia da ciência de matriz mertoniana é, sem dúvida, emblemática. Por muito tempo, seu programa de pesquisa foi central na prática sociológica de análise da ciência. O principal texto de Robert Merton – *Science, technology and society in seventeenth century England*, decorrente da sua tese de doutorado defendida em 1938 – foi considerada fundadora de um novo campo de investigações e muito do que foi escrito antes dele foi ignorado. A ascensão da obra magistral de Merton à posição de modelo teórico e metodológico para a sociologia da ciência sela, definitivamente, o pacto de silêncio ao qual se submeteram a história e a sociologia da ciência. As investidas sociológicas estavam restritas a limites estreitos, bem delimitados e bem policiados.

Em linhas gerais, a sociologia praticada sob essa perspectiva criou uma definição especificamente sociológica para a ciência levando em conta quase que exclusivamente a dimensão institucional fundadora da ciência moderna; essa abordagem é bem representada na formulação mertoniana do conjunto de normas que fundamenta o *ethos* da ciência moderna. Outros sociólogos de renome, como Bernard Barber e Joseph Bem-David, continuaram na senda aberta por Merton. A corrente que deriva dessa posição pode ser chamada, seguindo a nomenclatura de Terry Shinn e Pascal Ragouet, de *diferencionista* (RAGOEUT e SHINN, 2008). Isto significa, basicamente, a aceitação e o reforço da proposição de que a ciência se constitui numa forma de apreensão da realidade epistemologicamente diferenciada de outras formas conhecidas (tais como a religião, a metafísica ou a ideologia). Essa diferenciação coloca a ciência numa escala epistemológica superior. É um tipo de conhecimento mais objetivo, infenso a “influências sociais externas”. Desse modo, aceitando essa premissa, seria inútil e absurdo que a sociologia se ocupasse de aspectos cognitivos da ciência; seu único lugar legítimo de atuação é no plano institucional.

No entanto, apesar de dominante, a *estratégia positivista* não foi exclusiva, e as generalizações que reduzem toda a produção de análise sobre a ciência à mera obediência à agenda epistemológica do positivismo lógico incorrem em grave erro. Com efeito, as disputas pela explicação da ciência foram muito mais intensas enquanto o Círculo de Viena operava ainda em uma zona de influência que englobava basicamente a comunidade germanófono da Europa, especialmente entre meados da década de 1920 e meados da década de 1930.

A ascensão do nazismo e a dispersão dos principais nomes do movimento (com a exceção de Moritz Schlick, que permaneceu na Áustria e foi assassinado por um aluno no interior da Universidade de Viena, em 1936, em um contexto de acirramento das tensões raciais no país)², principalmente em direção aos Estados Unidos, acarreta simultaneamente na dissolução do grupo, mas também na profunda internacionalização do seu programa filosófico³. Esse período coincide, por exemplo, com a publicação da obra de Merton e sua recepção nos Estados Unidos e na Europa.

Nesse artigo, pretendo examinar dois autores que produziram contribuições importantes para a compreensão da ciência em bases bastante diversas daquelas propostas pelo positivismo lógico: Karl Mannheim e Ludwik Fleck. Eles estavam produzindo, justamente, no momento de ascensão da filosofia do Círculo de Viena e em ambientes germânicos ou de forte influência germânica. Contudo, pertenciam a tradições intelectuais distintas daquelas que animavam os positivistas e elaboraram formas de compreensão da ciência que se aproximam bastante das abordagens que emergiram desde os anos 1970 com a Nova sociologia da Ciência e, mais tarde, com os *Science Studies*. O problema central – a partir do qual procederei ao exame de Fleck e Mannheim – diz respeito à *historicidade do conhecimento científico*. Isto significa o abandono (ou a não-adesão) à perspectiva que considera a ciência um tipo de conhecimento autônomo e autológico, cujo conteúdo cognitivo se apresenta isolado das condições sócio-históricas

²Não era a primeira vez que Schlick se recusara a abandonar Viena. Em 1929, o filósofo declina de um convite para se transferir para Universidade de Bonn, em favor da sua permanência na Áustria. Essa decisão motivou a dedicatória do manifesto do movimento, escrito por Otto Neurath, Rudolf Carnap e Hans Hahn: *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*.

³ Para uma visão mais precisa das fases pelas quais o Círculo de Viena atravessou, desde a sua fundação até o seu desmembramento, ver: OUELBANI, Mélika. **O Círculo de Viena**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

de produção. O que tentarei demonstrar aqui é como esses autores desenvolveram formas de pensar a ciência como um produto imerso na tessitura histórica na qual se manifesta.

Para tanto, articularei meu argumento em torno de três eixos principais. Em primeiro lugar, situarei as principais posições epistemológicas do Círculo de Viena para mostrar a dimensão do “inimigo” que Mannheim e Fleck estavam enfrentando. Em seguida, procederei à análise da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e da Epistemologia Histórica de Ludwik Fleck de modo a perceber, nelas, as formas como se apresentam os problemas da vinculação do conteúdo cognitivo da ciência às suas condições de produção e as formas como esses autores lidaram com os desafios postos pela filosofia neopositivista. Por último, tentarei apontar como as contribuições desses dois autores se aproximam dos *Science Studies* contemporâneos (e também da historiografia contemporânea da ciência); sendo tomados como pioneiros produzindo isoladamente em um ambiente intelectual hostil, mas recuperados por novos campos acadêmicos (como os *Science Studies*) e erguidos à categoria de “novos clássicos”⁴.

O Círculo de Viena

Os filósofos e cientistas ligados ao Círculo de Viena deixaram um enorme volume de material publicado. Ao longo da sua existência como um grupo coeso, aproximadamente entre 1922 e 1934, e depois da sua dispersão internacional, esses autores produziram reflexões em áreas muito distintas, que passavam pela ética e pela sociologia, pela lógica e pela semântica. Obviamente, grande parte da sua produção se concentra na análise filosófica das ciências naturais e, mesmo quando tratando de outros temas, alguns problemas fundamentais são recorrentes. Para esse trabalho, decidi limitar o escopo da minha pesquisa a três textos centrais na exposição do tipo de ideias que aqui me interessam. Da excelente coletânea editada no final dos anos 1950 por A. J. Ayer, dois capítulos: *Protocol Sentences*, de Otto Neurath e *The Foundation of Knowledge*, de Moritz Schlick. O terceiro texto é o manifesto *A concepção científica do mundo – o Círculo de*

⁴ Essa expressão foi retirada do prefácio à edição brasileira do livro de Fleck. Cf. CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira. Um livro e seus prefácios: de pé de página a novo clássico. In: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, pp. vii-xvi.

Viena, escrito por Hans Hahn, Otto Neurath e Rudolf Carnap. Isso não inclui, obviamente, as obras de referência e de análise sobre o positivismo lógico. Essa seleção deixa de lado leituras essenciais para a compreensão mais abrangente e completa do movimento, no entanto, ela foi guiada e recortada em função do tema central desse artigo, que são as contribuições de Mannheim e Fleck à concepção do conhecimento como um produto histórico.

A análise desses textos tentará traçar a divisão de papéis já mencionada acima, entre a filosofia e as disciplinas “marginais”, tais como a história ou a sociologia.

O Círculo de Viena reúne-se primordialmente em torno de Moritz Schlick, então professor na Universidade de Viena. Esse movimento se aproveitou da atmosfera incomumente progressista e intelectualizada de Viena na transição do século XIX para o XX. Os membros do Círculo possuíam em comum uma atitude fundamental diante do mundo, algo que foi chamado pelos próprios vienenses de “concepção científica do mundo” CARNAP; HAHN e NEURATH, 1986, p.10. Orgulhosos de seguirem uma tradição antimetafísica, os autores do Círculo exibiam sua “árvore genealógica intelectual”, onde ostentavam sua filiação principalmente ao pensamento de Ernst Mach e Ludwig Wittgenstein, mas também a Boltzmann, Duhem, Comte, Einstein, Hume, Russel (CARNAP; HAHN e NEURATH, 1986, p.7-8) Apesar de não considerar o Círculo de Viena como uma corrente filosófica unitária, apresentarei algumas ideias como sendo de circulação relativamente geral no interior do grupo.

O empirismo lógico identifica a linguagem como local privilegiado da sua investigação filosófica. Pra esse movimento, o sucesso da ciência depende da boa utilização da linguagem, cabendo à filosofia definir os critérios pelos quais se pode julgar quando a linguagem está sendo bem utilizada, de modo a produzir resultados cientificamente válidos. Em vista disso, surgirá, no interior do Círculo de Viena, uma proposta bastante austera de utilização da linguagem. Assim, se instaura um método de *análise lógica da linguagem capaz de eliminar toda metafísica*⁵. Um método rigoroso, capaz de purgar da linguagem toda metafísica, concebida como *desprovida de sentido*,

⁵ Essa frase é uma referência explícita a um artigo de Rudolf Carnap. Na verdade, grande parte da explicação da relação da metafísica com o Círculo de Viena se baseia nesse texto. Cf. CARNAP, Rudolf. The elimination of metaphysics through the logical analysis of language. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 60-81.

contrária à racionalidade científica. Defensores de um modelo de linguagem diretamente ligado à experiência, à dimensão empírica e, assim, à ciência, os positivistas lógicos do Círculo se distanciam de outros inimigos da metafísica por não a considerarem “falsa”, “fruto de mera especulação” ou de “contos de fada”, mas por a considerarem ininteligível, desprovida de sentido, incapaz de produzir qualquer conhecimento legítimo (CARNAP, 1959, p.72). A metafísica é tomada como terreno das especulações acerca da essência transcendente das coisas; identificada com a arte, não com a ciência. Foi o desenvolvimento da lógica moderna que possibilitou a crítica derradeira, indubitável e inescapável (na visão dos empiristas lógicos) à metafísica. A adoção da lógica transformou a filosofia praticada pelo Círculo de Viena, especialmente a filosofia da linguagem, em um trabalho técnico, em oposição à especulação da filosofia clássica.

Essa linguagem baseada na experiência, na concretude, será a base sobre o qual se ergue, simultaneamente, todo conhecimento científico e toda agenda filosófica do Círculo (CARNAP; HAHN e NEURATH, 1986). À linguagem, contudo, não basta ser *fisicalista*, isto é, purificada de termos metafísicos; embora essa seja uma condição necessária e uma exigência primeira à tentativa de elaborar uma linguagem universal, capaz de dar conta de todos os territórios do conhecimento humano e possibilitar a *unificação das ciências*, projeto central na filosofia do Círculo de Viena⁶. Depois de garantidas as condições do fisicalismo, a linguagem deveria se organizar em *sentenças protocolares*, aquelas que se referem da *forma mais simples* possível a um fato, sem a ocorrência de juízos de valor, moduladores, ou qualquer indicador de *singularidade*. Sentenças protocolares são universais (SCHLICK, 1959). Para Moritz Schlick, as sentenças protocolares eram a firme base sobre a qual se apoia a ciência. É nelas, em sua descrição factual, firme, seca, que se encontraria a base do conhecimento humano. Otto Neurath parece discordar desse entendimento ao apontar para a impossibilidade de basear o conhecimento apenas em sentenças protocolares. Para esse autor, a impregnação da nossa linguagem por termos metafísicos, carregados de juízos de valor, desprovidos de sentido, faz com que seja impossível supor um efeito de *tabula rasa*. Apesar da possibilidade de limpar a metafísica

⁶ NEURATH, Otto. Protocol Sentences. 199-208. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 199-208. Nesse texto, Neurath sugere a criação de uma lista de palavras proibidas por conter significado metafísico.

da linguagem, não é possível desfazer-se de todos os excessos encontrados em toda a linguagem; o processo é longo, árduo e infinito.

Moritz Schlick, mesmo ciente das críticas de Neurath, considera apropriado basear sua teoria do conhecimento no uso das sentenças protocolares. Para Schlick, as sentenças protocolares eram a forma contemporânea (à época) de atacar o problema fundamental de todas as tentativas importantes em estabelecer uma teoria do conhecimento, qual seja, a busca do *conhecimento absoluto*: inegável e indiscutível. Esse problema fundamental seria, por sua vez, a derivação do problema da incerteza do conhecimento humano. As sentenças protocolares – a forma mais simples de expressar um fato – quando bem operadas, deslocariam *para a linguagem* o problema do fundamento do conhecimento. Schlick considerava esse deslocamento um avanço em relação às teorias que buscavam na natureza, nos fatos, o fundamento do conhecimento. Isto deriva da cisão radical entre a dimensão ontológica e a dimensão epistemológica, entre “linguagem” e “mundo”, para o Círculo de Viena. “Não faz sentido falar em fatos incertos. Apenas asserções, apenas nossa linguagem pode ser incerta”⁷. Já que a linguagem é a única fonte de erros, o único modo de fazer avançar uma teoria do conhecimento e descobrir um fundamento efetivo para o conhecimento é estabelecendo uma filosofia da linguagem capaz de torná-la menos sujeita a imperfeições, desvirtuações, incongruências.

Diante disso, é possível voltar ao problema posto a essa seção e perceber como o empirismo lógico traça as fronteiras disciplinares entre a filosofia, a história e a sociologia e os respectivos papéis na explicação da ciência. Isto se relaciona, intimamente, com a noção de filosofia defendida por esses autores. Para eles, ela deve se afastar de atividades especulativas e dos grandes sistemas, tradição comum à anterior ao Círculo. A filosofia deve se aproximar da ciência e servir a ela; à ciência cabe a descoberta da verdade; à filosofia, a descoberta do sentido. É a filosofia que dá condições para que a ciência enuncie a verdade de uma maneira logicamente adequada; é ela quem fornece os subsídios para a correta prática da ciência, fornecendo correção e clareza à linguagem que a ciência utiliza. O projeto vienense de unificação da ciência dependia diretamente da unificação da

⁷ SCHLICK, Moritz. The Foundation of Knowledge. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, p. 210. No original: “It makes no sense to speak of uncertain facts. Only assertions, only our knowledge can be uncertain.

linguagem, da criação de uma linguagem universal, fisicalista. Além disso, a filosofia seria um método de análise lógica da linguagem, também a serviço da ciência.

O que seria a ciência então, nesse registro? Provavelmente, não muito mais do que a enunciação lógica de fatos empíricos (que, lembremos, por definição, “não podem ser incertos”) encadeados e relacionados por meio de atribuições de causalidade. Segundo Moritz Schlick, a ciência é o sistema cognitivo, organizado a partir de sentenças empíricas, única atividade capaz de testar e corroborar a verdade (SCHLICK, 1959, p.56). Nesse modelo, o conteúdo cognitivo da ciência não é passível de explicações históricas ou sociológicas. Isto porque a própria ciência é imune às oscilações de ordem social e política, é infensa às transformações históricas que não são determinadas por suas próprias mudanças internas.

Quando bem praticada, verdadeira, refere-se a fatos universais e exteriores ao sujeito e à comunidade que proporciona a “descoberta”. Quando falsa, mal feita, incompetente, não é digna de ser chamada de ciência. É desvio, incompetência, interesse, ideologia. Aí sim, nesses casos, caberia uma análise sociológica e histórica que explique as causas da falsidade. A história e a sociologia poderiam atuar também na explicação dos arranjos sociais necessários à atividade científica, como pregava a corrente mertoniana.

Desse modo, fica mais clara a ideia, já expressa acima, que a filosofia de matriz positivista se pensava como única disciplina capaz de explicar a ciência em seus pontos fundamentais. Isto decorre da imagem de ciência e de filosofia por eles mesmo construídas.

Karl Mannheim e a Sociologia do Conhecimento

Sociólogo de origem húngara, Karl Mannheim teve duas fases bastante distintas na sua carreira. A primeira compreende seu período na Alemanha entre 1922 e 1933 – período em que desenvolveu a sociologia do conhecimento e publicou sua principal obra, *Ideologia e Utopia*, em 1929. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, muda-se para Londres (onde será professor na *London School of Economics*) deixa de lado as pesquisas em sociologia do conhecimento – provavelmente pelas duras críticas endereçadas ao seu trabalho por autores alinhados com as diretrizes neopositivistas. Nessa segunda fase – a britânica – Mannheim desenvolve trabalhos em outras áreas, como a sociologia da

Educação, a sociologia da Cultura e os problemas envolvendo as relações entre democracia e planificação econômica.

Nesse texto, tratarei exclusivamente das formulações e dos escritos relativos à sociologia do conhecimento. Em particular, dois ensaios servirão de base. O primeiro, *The problem of a sociology of knowledge* – publicado originalmente em alemão em 1925 e reeditado em inglês em uma coletânea no início dos anos 1950 – é o primeiro esforço do autor em sistematizar as pesquisas nessa nova subdivisão que era a sociologia do conhecimento. O segundo texto, *A sociologia do conhecimento*, foi escrito em 1931, depois da repercussão obtida com a publicação de *Ideologia e Utopia* na Alemanha, especialmente para figurar em um dicionário alemão de sociologia. Com a publicação da versão de *Ideologia e Utopia* em inglês, esse artigo foi incluído no final do livro, juntamente com uma *Abordagem preliminar do problema*. Esses acréscimos surgiam como uma forma de explicar, em linhas gerais, as premissas teóricas que surgiam ao longo do livro e ambientar o leitor distante das preocupações e do universo intelectual que deu origem ao livro. Nas edições brasileiras feitas a partir da versão inglesa, esses acréscimos foram mantidos.

Apesar das diferenças entre os contextos de produção dos dois artigos e do tempo que os separa, tratarei – em conjunto – das ideias apresentadas neles, referindo-me às especificidades de cada texto apenas quando elas se tornarem muito relevantes para a minha exposição.

A sociologia do conhecimento explora a relação entre conhecimento e existência (MANNHEIM, 1986, p.286). Ou, dito de outra forma, ela analisa a dependência funcional que cada postura intelectual estabelece com o grupo social responsável por sua formulação (MANNHEIM, 1952, p.190). Isso implica a possibilidade de estudar as condições sociais e históricas específicas da emergência de determinada teoria política, ou perceber as questões que levam à adoção de tal ou qual ideologia por certo grupo em certo período. Erigindo-se em oposição à Lógica e, em especial, à Epistemologia, a sociologia do conhecimento está interessada “nos modos variáveis segundo os quais os objetos se apresentam ao sujeito, de acordo com as diferenças das conformações sociais” (MANNHEIM, 1986, p.287). No entanto, é preciso esclarecer *como* se dão essas relações entre conhecimento e existência, *como* as diferentes configurações sócio-históricas conformam diferentes atitudes intelectuais e estruturas de pensamento.

A possibilidade de ocorrência de uma análise sociológica do pensamento decorre da atuação conjunta de uma “constelação” de fatores (MANNHEIM,1952) . Mannheim cita quatro fatores como determinantes para o surgimento da sociologia do conhecimento. Em primeiro lugar, a autorrelativização (*self-relativization*) e a autotranscendência (*self-transcendence*) do pensamento. Com isso, o autor pretende desinflacionar o valor atribuído ao pensamento, considerado substrato cognitivo último sobre o qual se apoia a constituição dos objetos. Para Mannheim, o exercício sociológico do pensamento exige que esse não seja tratado como uma esfera autônoma, mas visto como dependente de alguma coisa que está fora dele: o pensamento seria *uma das expressões de dimensões mais largas e abrangentes da vida e da existência*. Essa dimensão pode ser religiosa, mística, metafísica ou, como veremos adiante, social.

Em segundo lugar está o surgimento, a partir do Iluminismo e radicalizado com o advento da sociologia, de uma forma de crítica intelectual que Mannheim chama de desmascaramento (*unmasking*). Essa crítica, que tem no conceito marxista de *ideologia* uma de suas formulações mais refinadas, não opera pela refutação, negação ou dúvida de ideias ou conjuntos de ideias. Ela busca desintegrar por completo toda uma visão de mundo a ela associada. Como explica o autor, o desmascaramento exige uma distinção fundamental entre “negar a verdade de uma ideia” e “determinar a função que ela exerce”. Ao desmascarar a “ideologia burguesa”, por exemplo, a preocupação não é com a veracidade da ideia contida nela, mas a sua vinculação a uma forma específica de dominação social que é legitimada pela aceitação dessa ideologia e que se pretende combater.

O terceiro fator mencionado por Mannheim é a emergência de um novo sistema de referências filosóficas, a “esfera social”. Nesse novo quadro, as forças sociais podem ser compreendidas como a “realidade” à qual se referem as ideias; só assim, podemos dizer que os sistemas cognitivos são “a expressão de”, “existem em função de” ou “emanam de” algo caracterizado como *a sociedade*. Esse apelo surge em oposição a conceitos metafísicos utilizados para explicar as ideias: Deus, a Natureza, o Espírito etc.

Nas palavras do autor:

Em épocas anteriores, os indivíduos que transcendiam o pensamento “viviam” na revelação religiosa, no êxtase e assim por diante; durante o último estágio da evolução da consciência, contudo, o traço característico foi que o senso de

realidade se tornou cada vez mais concentrado na esfera histórica e social e, nessa esfera, o fator econômico foi sentido como central.⁸

Por último, a constelação se completa com a adição de um fator. Esse será a aspiração à relativização total de um sistema de ideias, de uma visão de mundo, relacionando-a a uma realidade social que a determina. No final dos anos 1920 e começo dos anos 1930, Mannheim retornará a essa questão de forma vigorosa. No seu livro *Ideologia e Utopia* e no seu artigo sobre a sociologia do conhecimento de 1931, o autor vai criticar a noção marxista de ideologia, considerando-a como parcial. Em seu lugar, propõe uma noção total de ideologia. Enquanto a primeira versão de ideologia refere-se a uma falsificação da realidade (consciente ou inconsciente) e o uso do termo tem, em geral, tom denunciador e moralista, o conceito total de ideologia, como aparece no desenvolvimento da sociologia do conhecimento, refere-se à *estrutura mental total* do sujeito e à sua relação com as estruturas sociais. (MANNHEIM, 1986, p.287-8)

A emergência da sociologia do conhecimento foi possível apenas quando esses fatores passaram a funcionar concomitantemente.

Desse modo, Mannheim formula uma *teoria da determinação social do conhecimento*. Nela, procura descrever e analisar as formas pelas quais as relações sociais influenciam o pensamento. Para isso, é preciso demonstrar que o processo de conhecimento não se desenvolve de forma autônoma, a partir da “natureza das coisas” ou de uma “lógica interna”; pelo contrário, eles sofrem influência decisiva de fatores considerados externos, extrateóricos, tais como as estruturas e os processos sociais; ademais, essa influência deve ser percebida no conteúdo mesmo dos conhecimentos produzidos, determinando sua forma, alcance e intensidade, alterando significativamente a “perspectiva” sujeito cognoscente. (MANNHEIM, 1986, p.289-90)

Obviamente, tal formulação acarretaria implicações epistemológicas bem distantes daquelas defendidas pelas correntes dominantes à época. Mannheim sabia que estava,

⁸ MANNHEIM, Karl. The problem of a sociology of knowledge. In. _____. **Essays on the sociology of knowledge**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1952, p. 142. Tradução minha. No original: “In earlier times, subjects who transcended thought ‘lived’ in revealed religion, in ecstasy, and so on; during the last, contemporary stage of the evolution of consciousness, however, the characteristic thing was that the sense of reality became more and more concentrated upon the historic and social sphere, and that in this sphere, the economic factor was felt to be the central one”.

assim, comprando uma briga filosófica com grupos poderosos, tais como o Círculo de Viena. Provavelmente, a questão mais delicada se refere à situação da validade de um conhecimento produzido à mercê de fatores sociais e históricos: qual o lugar ocupado pela verdade na sociologia do conhecimento? Mannheim estava perfeitamente consciente da dificuldade em elaborar uma resposta adequada a essa questão, mas tentou cercá-la estabelecendo as limitações da Epistemologia tradicional.

Para o autor, a tentativa da Epistemologia de se fundar como criadora de critérios para aferição da validade de uma ciência, as tentativas, comuns ao Círculo de Viena, de estabelecer um primado da Epistemologia sobre as demais práticas cognitivas eram falsas e infrutíferas; ele defende que a Epistemologia se erige *a posteriori*. Ela surge diretamente influenciada pelos ideais de cientificidade postos em prática em determinada época, sendo incapaz de se afirmar como uma força normativa, reguladora das formas de produção do conhecimento. Além disso, ele afirma que a Epistemologia tradicional é parcial: ela está comprometida com a defesa da legitimidade de uma forma específica de conhecimento – o modelo construído pelas Ciências Naturais. Embora Mannheim concorde com a posição privilegiada das Ciências Naturais – que ele julga capazes de produzir um conhecimento independente da perspectiva histórico-social do investigador, onde a gênese do conhecimento não tem praticamente nenhuma influência sobre o seu conteúdo – ele propõe uma investigação mais ampla das formas de estabelecimento da verdade em vários tipos de conhecimento⁹.

Como consequência das críticas que direciona à Epistemologia tradicional, Mannheim vai defender o caráter histórico da verdade: a ideia de verdade “surge dos modos concretos de aquisição de conhecimento prevaletentes em determinado tempo. Assim, o conceito de verdade não permaneceu constante através de todos os tempos, mas foi envolvido no processo histórico de mudança”(MANNHEIM, 1986, p.312). Assim como ocorre com as teorias do conhecimento, os conceitos de verdade são dependentes dos tipos de conhecimentos existentes em determinada sociedade e em determinada época. A sociologia do conhecimento propõe, então, a revisão do dualismo entre “validade” e

⁹ Esse ponto da argumentação de Mannheim foi o maior alvo de crítica por parte daqueles que deram continuidade à tarefa de uma sociologia do conhecimento – como veremos mais adiante. Essas críticas acusavam Mannheim de procurar vínculos sociais na Filosofia, nas ideias políticas e sociais e nas chamadas Ciências Culturais, recusando-se a aplicar sua teoria à Matemática e às Ciências Naturais.

“existência” (MANNHEIM, 1986, p.313). Isto é, advoga que, para muitas formas de conhecimento, a gênese de uma proposição – suas condições sociais de produção – é relevante para a determinação da sua verdade.

Assim, Mannheim desafia o cânone intelectual e acadêmico vigente ao propor a substituição da epistemologia pela sociologia do conhecimento como disciplina central para a solução de problemas teóricos e intelectuais da sua época (MANNHEIM, 1952, p.136). Essa postura foi duramente combatida, tanto por filósofos quanto por sociólogos. No campo da sociologia, a já referida sociologia da Ciência de matriz mertoniana ocupou o espaço central de análise sociológica da ciência, deixando a sociologia do conhecimento em uma posição marginal¹⁰. Pelo lado da filosofia, a resposta veio na forma da “dicotomia de Reichenbach”, da cisão da explicação dos processos de conhecimento em *contexto da descoberta* e *contexto da justificativa*. Hans Reichenbach era um filósofo alinhado com as ideias do Círculo de Viena¹¹. Sua proposta rompia o *continuum* entre gênese e validade de uma proposição e reestabelecia o dualismo entre “existência” e “verdade” em novas bases, mas encontrará um adversário aparentemente imbatível na “dicotomia de Reichenbach”.

Esse filósofo irá propor uma distinção epistemológica que indica uma distribuição de competências entre as disciplinas que pretendem abordar a ciência, a diferença entre “contexto da descoberta” e “contexto da justificativa”. O primeiro é o responsável pelo que se chamou de “reconstrução histórica” de um determinado evento ou processo científico. Esse tipo de explicação ficará a cargo da sociologia, da história ou da psicologia da ciência, tendo como papel secundário o de mostrar em que condições, por exemplo, determinado pensador chegou a uma descoberta ou à enunciação de uma nova lei ou de um novo princípio. Esse tipo de análise, contudo, nada tem a contribuir para a compreensão o desenvolvimento efetivo da ciência, uma vez que o “contexto da descoberta” não nos informa sobre a verdade ou validade do que foi descoberto. Apenas através da “reconstrução racional” é que se chegaria ao “contexto da justificativa”, que são as formas

¹⁰ Para uma visão mais ampla dos vários mecanismos políticos-conceituais de alienação da perspectiva sociológica ou histórica em relação à ciência, ver: MAIA, Carlos Alvarez. A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências. In. SOARES, Luiz Carlos (org.). **Da Revolução Científica à big (business) science**. São Paulo e Niterói: HUCITEC e EDUFF, 2001, pp. 201-246.

¹¹ Mais precisamente, Reichenbach fazia parte da Sociedade para Filosofia Empírica, também conhecida como Círculo de Berlim, um grupo que tentava repetir, na cidade alemã, a experiência filosófica austríaca. Na verdade, além de Viena e Berlim, esse tipo de iniciativa teve lugar também em Praga. As trocas entre esses grupos eram intensas, e eles chegaram a realizar encontros.

lógicas e epistemológicas de validação de uma teoria, enunciado ou descoberta. A “reconstrução racional” e o “contexto da justificativa” são domínios exclusivos da filosofia. A ela cabe dizer sobre a verdade ou a validade de uma ciência, a ela somente cabe a capacidade de julgar e distinguir o científico do não-científico, pré-científico ou pseudocientífico (MAIA s/d, SILVA, 2009). A instauração dessa distinção abalou as tentativas nascentes de constituição de uma sociologia do conhecimento que pudesse ser aplicável à ciência. A tese de Mannheim fora suplantada, e os neopositivistas conseguiram impor sua interpretação e sua divisão epistemológica e disciplinar ao autor que, praticamente, abandona a sociologia do conhecimento e se dedica a outros temas daí por diante (MAIA, 1992).

Ludwik Fleck e a Epistemologia Histórica

Se a obra de Karl Mannheim causou tanto impacto no cenário intelectual germanófono da década de 1930, a trajetória da contribuição do polonês Ludwik Fleck para as concepções contemporâneas de ciência é bastante diversa e deveras curiosa. O silêncio sobre esse autor durou quase trinta anos, mesmo seu livro tendo sido citado por Hans Reichenbach, onde Thomas Kuhn encontrou a referência que o levaria a Fleck (KUHN, 1979).

Tendo se formado em medicina e exercido uma carreira bem sucedida como pesquisador de áreas como a imunologia, a sorologia, a bacteriologia e a hematologia, sobre as quais obteve alguns resultados experimentais de relevo e publicou mais de uma centena de artigos, Fleck se interessou – de forma relativamente esporádica e assistemática – pela epistemologia e por história e sociologia da ciência (CONDÉ, 2005, TRENN, 1979). Sua produção reflexiva sobre a ciência se limitou a alguns artigos e um livro no qual analisa, a partir da história da sífilis, as condições histórico-sociais de produção dos fatos científicos. Em seu pequeno livro, Fleck oferece uma alternativa às principais correntes da filosofia da ciência à época, dedicando especial atenção à crítica ao positivismo lógico. A teoria da ciência que desenvolve é bastante rica e sofisticada; sua produção epistemológica, no entanto, não encontrou os caminhos da divulgação, tendo permanecido praticamente invisível durante quase três décadas.

Com efeito, a primeira edição de *Entstehung und entwicklung einer wissenschaftlichen tatsache*, publicada em alemão, na Suíça, em 1935, não ultrapassou a tiragem de 640 exemplares, dos quais apenas aproximadamente 200 foram vendidos (TRENN, 1979). Um desses exemplares, contudo, foi parar na biblioteca da Universidade de Harvard, onde, no princípio da década de 1950, o então jovem Thomas Kuhn, começava a sua carreira na história e na filosofia da ciência. Quase uma década depois, ele comentaria brevemente, no prefácio de *A estrutura das revoluções científicas*, que o livro de Fleck “antecipa muitas das minhas próprias idéias” e que deve a Fleck “mais do que me seria possível reconstruir ou avaliar nesse momento” (KHUN, 2001, p.11). E a proximidade entre os pontos de vista é, algumas vezes, surpreendente. Se Kuhn tivesse realmente a capacidade de avaliar o quanto absorveu de Fleck provavelmente não teria dúvida de apontá-lo como uma das suas maiores referências teóricas, talvez a maior juntamente com Wittgenstein. Contudo, Kuhn não assumiu tão declaradamente essa relação. Para ele, a proximidade se devia a ocorrência de *serendipismo*, isto é, as semelhanças entre os dois seriam acidentais.

De todo modo, foi a referência de Kuhn ao autor polonês que renovou o interesse de diversos pesquisadores pelas ideias desse autor quase desconhecido. No final dos anos 1970, seu livro ganhou uma edição em inglês patrocinada pelo influente sociólogo da ciência Robert Merton e com um posfácio escrito por Thomas Kuhn. Assim, nos anos 1980, Fleck ganha fama póstuma (ele morreu em 1961), se tornando cada vez mais citado como figura importante na história e na sociologia da ciência, especialmente no campo das ciências da vida e da saúde¹².

Mas o que fez com que ao trabalho de Fleck não fosse reconhecido na época de sua publicação? Com certeza, as dificuldades de inserção no circuito de produção acadêmica pesaram. Ele era um médico que atuava com pesquisa em microbiologia no interior da Polônia, relativamente afastado dos grandes centros de divulgação de filosofia da ciência à época, como Viena. Seu livro foi publicado pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, quando a Polônia foi invadida; ainda assim, acredito que as causas para o fracasso de divulgação da obra epistemológica de Fleck sejam também intelectuais. A teoria da ciência que o autor propunha o distanciava das correntes dominantes das

¹² Atualmente, existem também edições em espanhol, italiano, francês e português.

décadas de 1930 e 1940 e o aproximava das correntes que emergiriam a partir dos 1970 e 1980, quando seu esforço foi plenamente reconhecido.

Poderíamos dizer que a teoria da ciência de Fleck se apoia em dois pressupostos básicos: por um lado, a noção de que a ciência era um empreendimento coletivo e que as relações sociais no interior da comunidade de especialistas, chamadas pelo autor de “coletivo de pensamento” (*Denkkollektiv*) influenciavam a forma como se organizavam as estruturas cognitivas, o “estilo de pensamento” (*Denkstil*, termo lançado por Mannheim em seu artigo de 1925 sobre a sociologia do conhecimento); por outro, defendia um construtivismo linguístico e suspeitava da leitura objetivista presente nas interpretações positivistas. No seu livro, é a própria noção de fato científico que é posta à prova: os fatos não existem enquanto entidades absolutas, como queriam os empiristas lógicos, eles dependem sempre de condições históricas específicas para emergirem; são construídos no interior dos diferentes “estilos de pensamento”.

Para além dessas grandes categorias sociológicas de produção e circulação do conhecimento científico, Fleck apresenta uma sofisticada teoria das relações entre “verdade” e “existência” no terreno espinhoso das Ciências Naturais. Escapando ao relativismo estreito e ao reducionismo sociológico, ele consegue avançar em direção a uma solução que adequa construção e realismo (MAIA, 2011).

Essa solução se dá pela ênfase no entrelaçamento entre o que Mannheim chamou de “fatores teóricos” e “fatores extra-teóricos”. Assim, a produção de conhecimento científico é vista como um processo que envolve *acoplamentos passivos* e *acoplamentos ativos*. Os acoplamentos ativos são formados pela parte coletiva do conhecimento, é o momento em que as condições sociais determinadas são capazes de agenciar decisivamente a produção de um fato científico. É, digamos, o momento construtivista. Ao mesmo tempo, os acoplamentos passivos “formam aquilo que é percebido como realidade objetiva” (FLECK, 2010, p.83). Neles, o papel do indivíduo e da coletividade é reduzido ao seu nível mínimo, tratando apenas de constatar a “rigidez objetiva” dos fatos.

No entanto, a contínua dinâmica entre os diferentes tipos de acoplamentos cognitivos, os diversos agenciamentos que se sucedem na produção do conhecimento científico, que cria uma trama potencialmente instável e sujeita a mudanças. Os pontos de estabilidade dessa trama são tomados como verdade ou realidade objetiva. Sempre, porém, é preciso destacar seu caráter histórico. Como assevera o autor:

Qualquer teoria do conhecimento sem estudos históricos ou comparados permaneceria um jogo de palavras vazio, uma epistemologia imaginária (*Epistemologia imaginabilis*).

É uma ilusão acreditar que a história do conhecimento tenha tão pouco a ver com o conteúdo da ciência quanto, digamos, a história do telefone com o conteúdo das conversas telefônicas. [...] No que diz respeito ao nosso estudo, afirmo que não se chega ao conceito de sífilis sem uma abordagem histórica.(FLECK, 2010, p.62)

Fleck desdobra a noção de fato científico, opondo-se diretamente à concepção inquebrantável e fundacionalista defendida pelo Círculo de Viena. Não se trata mais de “algo fixo”, exterior, universal e objetivo, completamente independente do sujeito. O fato científico é justamente o ponto de encontro entre o que tradicionalmente se dividia em Natureza e Cultura. Justamente aí onde os neopositivistas enxergavam o ponto de cisão, o momento em que seria definitivamente circunscrito aquilo que não pertence à esfera de influência humana ou social, Fleck vai encontrar um complexo contínuo, uma rede de interações, um emaranhado de relações que tecem a trama que chamamos de realidade. Os acoplamentos ativos e passivos identificados estão sempre em associação inseparável. Os fatos são definidos como uma “*relação de conceitos conforme o estilo de pensamento, que, embora possa ser investigável por meio dos pontos de vista histórico e da psicologia, tanto individual quanto coletiva, nunca poderá ser simplesmente construída em sua totalidade, por meio desses pontos de vista*” (FLECK, 2010, p.132). Isso aponta para os limites do construtivismo. Não se trata de relativismo desenfreado ou de “solipsismo sociológico” de qualquer espécie. O papel da Natureza é tido por Fleck como um “sinal de resistência para o coletivo de pensamento”; isto é, embora os coletivos de pensamento sejam formados apenas por humanos, o conhecimento não é resultado apenas de interesses sociais, certos fenômenos não podem simplesmente ser resolvidos de modo intracoletivo (FLECK, 2010, p.152-153).

O autor identifica três fatores atuando conjuntamente na produção do conhecimento: o indivíduo, o coletivo e a realidade cognoscível; no entanto, ressalta que essas instâncias não são metafísicas; elas próprias são constituídas em um processo de

produção simultâneo e fazem parte de uma estrutura emaranhada. A realidade, ou a verdade, para Fleck, não são meras convenções. Não se trata apenas da relação dos homens entre si, mas também de relações que envolvem e trazem para o centro do processo uma profusão de outros seres. A natureza participa da construção do conhecimento. Segundo sua concepção, o saber científico, é uma construção coletiva porque não somos capazes de registrar observações a respeito do mundo sem carregá-las de significados que são, em sua maioria, compartilhados socialmente (MAIA, 2008). Essa epistemologia fleckiana não conseguiu vingar num ambiente onde dominava o positivismo¹³.

O que vemos então é que Karl Mannheim e Ludwik Fleck não conseguiram fazer frente ao positivismo de forma sistemática, embora tenham se esforçado para tanto. Algumas décadas depois, contudo, algumas das ideias desenvolvidas por esses autores ressurgem com força em campos que buscam renovar a concepção da atividade científica e que, saindo de uma posição marginal na geopolítica institucional e intelectual das abordagens da ciência, se tornam a posição dominante no final do século XX. Na próxima seção, destacarei alguns traços dessas novas abordagens e tentarei apontar como Fleck e Mannheim influenciaram movimentos e autores.

Criando uma tradição disciplinar: Mannheim, Fleck e os *Science Studies*

Agora que já passei em revista os traços principais do ambiente epistemológico dominante no mundo de influência teutônica dos anos 1920 e 1930 – representado na filosofia do Círculo de Viena – e explorei algumas das características mais marcantes das abordagens desenvolvidas por Karl Mannheim e Ludwik Fleck, tentarei situar a contribuição desses dois autores para o desenvolvimento posterior da história e da

¹³ Para uma apreciação obra de Fleck, ver, além dos trabalhos já citados: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010; LÖWY, Ilana. Ludwik Fleck e a presente historiografia da ciência. **História, ciências, saúde – Manguinhos**. vol I, n. 1, 1994. p. 7-18; MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica? **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, set 2008 e PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwik Fleck e a historiografia da ciência**. Diagnóstico de um *estilo de pensamento* segundo as *ciências da vida*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

sociologia da ciência, que desembocariam na criação dos *Science Studies*. O que defendo é que o tratamento dado à Fleck e Mannheim por esses campos, tratados como ousados pioneiros, desbravadores de paragens ermas que só seriam frequentadas décadas depois, relaciona-se com o estabelecimento de uma memória, de uma tradição e de uma identidade para os emergentes *Science Studies*.

Como se sabe, os *Science Studies* emergem como campo acadêmico no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, praticamente tornando-se hegemônicos. Esse surgimento é resultado de um esforço coletivo de investigação das ciências em um polimorfo campo acadêmico, inicialmente conhecido como por vários nomes, como *Science Studies*, *Social Studies of Science* ou *Science and Technology Studies*. Em meados dos anos 1970, esse campo começa a ganhar força sobretudo a partir da produção concentrada na revista *Social Studies of Science* e em algumas instituições espalhadas pela Europa (Universidade de Edimburgo, onde estavam David Bloor, Steven Shapin, Barry Barnes; Universidade de Bath, com Harry Collins; Escola de Minas de Paris, com Bruno Latour e Michel Callon). Em meados dos anos 1980, esse campo promissor já havia desenvolvido um amplo e relativamente bem sucedido circuito acadêmico que envolvia programas de pós-graduação, revistas especializadas, sociedades científicas, encontros.

O que vemos, então, é que esses autores surgem numa conjuntura singular, oferecendo novas respostas para velhos problemas da relação entre ciência e sociedade. Havia espaço para a especulação em torno da busca de novas soluções; um “ambiente de contestação”; espaço para a percepção da necessidade de repensar as relações que a ciência estabelece com outras esferas da vida social. O ambiente criado pela segunda Guerra Mundial e acirrado pela Guerra Fria marcou profundamente o modelo de produção da ciência e também a percepção pública da ciência.

O envolvimento dos cientistas com o esforço de guerra e a percepção dos horrores dos quais a ciência é capaz foram um duro golpe no imaginário de muitos que depositavam as esperanças na ciência como redentora dos homens. Esse tipo de visão otimista embalava, por exemplo, a euforia epistemológica dos empiristas lógicos. Eric Hobsbawm resumiu bem a questão: “[n]enhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem dependente delas do que o século XX. No entanto, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas” (HOBBSAWM, 2000, p.504). Esse paradoxo é muito mais fortemente sentido ao fim da Segunda Guerra.

E é essa estranha sensação de desconforto em relação à produtos culturais do qual nos tornamos totalmente dependentes, ciência e tecnologia, que parece animar grande parte dos esforços de aproximação entre a ciência, a tecnologia e o grande público. Havia a necessidade de renovar a imagem da ciência, abalada. De um lado, isso se deu através da tentativa de implementar um novo modelo de educação científica para não-cientistas; de outro, havia uma preocupação em dotar os cientistas de uma noção de ciência, digamos, mais humana. Esses projetos pareciam ser uma forma de lidar com o mal-estar em relação à ciência que se apossou do mundo ocidental após 1945. Esses movimentos de institucionalização e profissionalização da história e da sociologia da ciência, que começam a ganhar força após a Segunda Guerra Mundial como parte de um esforço de aproximação entre as ciências e o público mais amplo, levarão ao surgimento de novas abordagens.

Do ponto de vista das filiações teóricas e das escolhas metodológicas, os *Science Studies* não podem ser considerados homogêneos. Transitando em diversas áreas, muitas vezes os autores possuem formação em ciências naturais ou engenharias sendo depois “convertidos” às ciências sociais ou humanas; alocados nos mais diferentes departamentos universitários, os autores trazem contribuições da sociologia, da história, da antropologia, da filosofia, entre outras disciplinas¹⁴. De modo mais amplo, o que unia esse grupo era o interesse em desenvolver novas formas de interpretação para a ciência e a tecnologia, objetos tão profundamente arraigados na estrutura social moderna. Com algum tempo, contudo, certos traços em comum foram sendo identificados mais ou menos como signos de identidade do grupo.

Em primeiro lugar, notamos uma conversão em direção a aproximações mais histórico-sociológicas à ciência; dessa maneira, privilegiou-se o estudo da ciência como prática, como uma atividade cultural na qual se engajam homens e mulheres, em oposição à ênfase dada aos produtos intelectuais da ciência (teorias, descobertas, ideias, hipóteses,

¹⁴ A literatura sobre a formação dos *science studies* é imensa, indico aqui os textos que considero mais relevantes. BIAGIOLI, Mario. Introduction. In: BIAGIOLI, Mario (Org.) **The science studies reader**. Nova Iorque: Routledge, 1999, p xi-xviii; FULLER, Steve. **The philosophy of science and technology studies**. Nova Iorque: Routledge, 2006; PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens, p. 3-56; PICKERING, Andrew. From science as knowledge to science as practice. In: PICKERING, Andrew (Org.). **Science as practice and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 e SISMONDO, Sergio. **An introduction to science and technology studies**. Oxford: Blackwell, 2004.

conjecturas)¹⁵. Ao mesmo tempo, essa conversão sócio-histórica se deu em paralelo a uma tentativa de abandono da filosofia, ao menos de certas questões filosóficas que empurravam a história e a sociologia da ciência para as margens da explicação da ciência, como as exigências de análises prescritivas e normativas, que cederam espaço a análises mais descritivas. Outra característica compartilhada por esse grupo era a desconfiança na imagem que os cientistas faziam de suas próprias atividades, uma imagem que estava mais próxima da “reconstrução racional” proposta pelos adeptos da estratégia positivista.

Os *Science Studies* se multiplicaram desde então, expandindo suas zonas de influência e transformando-se talvez no mais atuante grupo de pesquisadores sobre a ciência. No começo dos anos 1990, para além da força que haviam adquirido em universidades, agências de fomento e instituições de pesquisa, os *Science Studies* já haviam estabelecido um *corpus* de textos canônicos, editavam manuais introdutórios e premiavam os mais destacados profissionais da área. Eles já exerciam também certo impacto sobre outras áreas, tais como os campos disciplinares tradicionais de história, filosofia e sociologia da ciência. Obviamente, com o crescimento, o grupo se dividiu, e surgiram correntes com objetivos, métodos e estilos distintos¹⁶.

O que me interessa aqui é investigar o papel de Karl Mannheim e Ludwik Fleck na conformação do tipo de imagem de ciência, de opção teórica e de agenda de pesquisa compartilhada por esse grupo. Para isso, é preciso identificar como esses autores são recuperados.

Como já mencionei acima, obra de Fleck, sobre a qual havia se abatido desde à época, o descaso e o silêncio quase completo, foi trazida de volta à tona por meio de Thomas Kuhn. A referência que esse faz àquele em *A estrutura das revoluções científicas* valeu ao polonês um reconhecimento póstumo. Se o próprio Thomas Kuhn é considerado um marco na inflexão em direção a um novo modelo de análise da ciência, do qual os

¹⁵ Com efeito, mesmo o que chamei acima de “produtos intelectuais da ciência”, foi cada vez mais sendo entendido como um conjunto de atividades que demandam esforço e engajamento dos cientistas.

¹⁶ Steve Fuller estabeleceu uma divisão entre “Alto Clero” (*High Church*) e “Baixo Clero” (*Low Church*). Respectivamente, o primeiro grupo estava mais preocupado com propostas teóricas que superassem as formulações tradicionais da filosofia, da história e a Sociologia da ciência, enquanto o segundo grupo dedicava mais atenção às políticas de ciência e tecnologia, numa tentativa de reforma da estrutura de atuação dessas atividades em nome da correção das desigualdades, do bem-estar social ou do meio ambiente. Cf. FULLER, Steve. **Philosophy, Rhetoric, and the End of Knowledge: the coming of science and technology studies**. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.

Science Studies seriam a representação coletiva e institucional mais marcante, a leitura do autor que o influenciou tão decisivamente se tornara praticamente obrigatória para os iniciados no campo. Antes mesmo de 1979, ano da tradução da sua obra para o inglês pela editora da Universidade de Chicago, a obra de Fleck circulava em traduções informais nos pequenos círculos dedicados à análise da ciência. No entanto, em algumas das avaliações da importância das formulações fleckianas para as novas abordagens, o tom é o de uma “novidade que chegou atrasada”. É como se tudo o que Fleck poderia ensinar de importante para a compreensão da dinâmica da ciência já tivesse sido aprendido e desenvolvido por outros caminhos.

A ênfase no caráter histórico do conhecimento científico, na visão da atividade científica como um trabalho que envolve muito mais do que a contemplação objetiva e desinteressada da natureza, sua insistência no entrelaçamento entre natureza e cultura e na caracterização da realidade como resultado da construção simultânea dessas esferas, tudo isso parecia ter chegado aos *Science Studies* sem o auxílio de Fleck. Ele seria visto como um pioneiro, antecipando muitas das premissas que seriam cabais nos anos 1970 e 1980, embora sem repercussão, encontrando um ambiente estéril ao desenvolvimento do seu tipo de abordagem.

É assim, por exemplo, que o livro de Ludwik Fleck é citado apenas marginalmente em livros como o clássico *Leviathan and the air-pump*, de Simon Schaffer e Steven Shapin, ou *Objectivity*, de Lorraine Daston e Peter Galison (DASTON e GALISON, 2008; SCHAFFER e SHAPIN, 1985). Em outro clássico fundador do campo, *Vida de laboratório*, de Bruno Latour e Steve Woolgar, Fleck é mencionado como mais um exemplo do gênero de memórias produzidas por cientistas que, depois de muito tempo na área, decide produzir uma reflexão de caráter histórico ou filosófico (LATOURE e WOLGAR, 1997). Somente muitos anos mais tarde, Latour irá reconhecer a profundidade e complexidade das ideias contidas em Fleck, inclusive escrevendo o posfácio da tradução francesa do livro do autor polonês (LATOURE, 2005).

A influência de Karl Mannheim, por sua vez, foi menos difusa. Sua sociologia do conhecimento está na base de uma corrente muito influente para a constituição dos *Science Studies*: o “programa forte” da sociologia do conhecimento Científico. A primeira articulação desse programa surge no livro *Conhecimento e Imaginário Social*, publicado por David Bloor em 1976. Essa abordagem representava, grosso modo, os esforços

coletivos desenvolvidos no âmbito do *Science Studies Unit* da Universidade de Edimburgo e que reunia nomes como Barry Barnes, David Edge e Steven Shapin; por isso esse modo de praticar a sociologia do conhecimento científico ficou conhecido também como “Escola de Edimburgo”. Esse era um esforço de tomada de posição frente à filosofia da ciência que adotava a estratégia positivista e sua influência na definição do papel da sociologia e da história da ciência. No âmbito mais específico da sociologia, o “programa forte” contrapõe-se à sociologia da Ciência de matriz norte-americana, que tem em Robert Merton seu protagonista. O que o “programa forte” propõe é redefinir as esferas de atuação legítimas de cada disciplina e, especialmente, tornar a sociologia capaz de expandir seu campo de interpretação em direção ao conhecimento científico. Para tanto, foi preciso enfrentar essa tradição sociológica e filosófica e propor, em seu lugar, uma alternativa. Isso não implica apenas apontar uma nova forma de sociologia, implica também a construção de uma tradição disciplinar.

No livro de David Bloor, Mannheim é tido como um autor que, apesar de avançar em direção a uma compreensão sociológica do pensamento, um dos pioneiros e inspiradores do tipo de abordagem que propunha o “programa forte”; no entanto, ele é acusado de perder o vigor na sua agenda de pesquisa e não tratar como propriamente sociológicos os conhecimentos provenientes da Matemática, da Lógica e das Ciências Naturais (BLOOR, 2010, p26-27). Nesse sentido, a ambição sociológica de Mannheim seria fraca, em oposição ao “programa forte” de Bloor.

Historicidade e política: considerações finais

Como encerramento, gostaria de desenvolver brevemente um argumento. Mais do que isso, é uma defesa das abordagens – como as de Fleck e Mannheim – que destacam a dimensão histórica da produção do conhecimento. Essa defesa parte da seguinte premissa: toda agenda epistemológica se relaciona com uma agenda política. Por isso, as opções teóricas que fazemos são importantes para o tipo de participação política que desejamos ver, seja no âmbito da ciência (e da tecnologia) seja do âmbito das formas mais amplas de atuação na esfera pública. Isso não implica, contudo, uma visão de causalidade e determinação direta entre epistemologia e política.

Ao longo desse artigo, dois tipos de posição epistemológica foram apresentados. Por um lado, uma postura que poderíamos alinhar com o Círculo de Viena. É uma concepção que define o conhecimento científico como um empreendimento objetivo, neutro, independente da vontade individual do pesquisador ou dos condicionamentos sociais. A ciência assim percebida é imune à história. Do mesmo modo, a ciência se torna também imune à política. Na visão dos defensores desse grupo, a ciência deveria realmente ser protegida das interferências políticas. Apenas sendo neutra, a ciência poderia intervir decisivamente na vida social. Para ser um agente histórico e político efetivo, a ciência precisa se libertar de toda história e de toda política.

É disso que decorre o problema dessa perspectiva. Progressivamente, ao longo do século XX, a política passou a basear a tomada de decisões em critérios técnicos, decorrentes de um modo de racionalidade científica. Essas decisões seriam inevitáveis, inescapáveis e praticamente indiscutíveis. O grau de tecnicidade das discussões políticas aumentou exponencialmente, o que exclui um largo número de grupos da participação nas decisões. A esfera pública, dominada pelos discursos de especialistas, torna-se o espaço estreito da tecnocracia. Tal política, baseada em uma ciência neutra e altamente especializada, não parece ter vocação para o exercício da crítica ampla, advinda de atores sociais múltiplos e diversos.

No final do século passado, reavivaram-se as disputas em torno desse tema, e a hegemonia alcançada pelos *Science Studies* foi duramente criticada em fenômenos como as *Guerras da Ciência*. Nelas, vários cientistas e alguns filósofos da ciência reagiram aos avanços das abordagens de viés construtivistas, acusando-as de relativismo. Assim, retomaram posturas que em muito lembram a “dicotomia de Reichenbach”, limitando o espaço epistemológico que poderia ser ocupado pelas análises históricas e sociológicas na explicação da ciência. A impossibilidade de uma compreensão efetivamente histórica da ciência leva ao monopólio de uma vertente epistemológica¹⁷.

Do outro lado, uma preocupação com uma visão histórica da ciência que não ceda ao relativismo, contemplando o papel da natureza na construção do conhecimento

¹⁷ Para uma discussão sobre as *Guerras da Ciência*, ver: BRICMONT, Jean e SOKAL, Alan. **Imposturas Intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999; ÁVILA, Gabriel da Costa. **Epistemologia em conflito**: uma contribuição à história das Guerras da Ciência. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2011.

científico, assume também uma dimensão política. Por isso é importante recuperar Fleck e Mannheim da condição de meros pioneiros isolados. É importante levar em conta a contribuição desses autores, especialmente Fleck, na elaboração de uma abordagem revigorada da atividade científica. Uma epistemologia histórica onde “os humanos interagem com as coisas sem anularem sua condição histórica, de seres constituídos em humanos através da linguagem na história” (MAIA, 2008). Fleck superaria a ruptura entre Natureza e Cultura, propondo, em seu lugar, um cenário mais amplo, onde a interação é simultaneamente simbólica e material. Os fatos não são objetivos, as coisas não são “em si”. A objetividade e independência da natureza em relação ao sujeito do conhecimento é proveniente da existência de um estilo de pensamento no qual se enquadram os cientistas de determinada época e local. A solução de Fleck é bastante consistente e baseia-se no conceito de *Gestaltesehen*, a percepção visual da forma. Por meio dessa espécie de coerção sociológica e psicológica exercida por um estilo de pensamento sobre um cientista ou um grupo de cientistas, ocorre a ação no mundo. Nas palavras de Carlos Alvarez Maia, “é através da *Gestaltesehen* que os sujeitos agem e interferem no mundo, e, reciprocamente, é por intermédio do *Gestaltesehen* que o mundo atua sobre as pessoas” (MAIA, s/d).

Uma abordagem que leva em consideração a dimensão social, simbólica, material e política da própria ciência não se submete facilmente ao discurso da inevitabilidade das decisões técnicas. Uma abordagem que considera a luta pela verdade como uma luta política e que pode abrir espaço ao debate amplo e plural. A ciência deve ser disputada politicamente. Ressaltar a historicidade do conhecimento científico é uma forma de contribuir para essa disputa.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Gabriel da Costa. **Epistemologia em conflito**: uma contribuição à história das Guerras da Ciência. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em história da UFMG, 2011.

AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959.

BIAGIOLI, Mario (Org.) **The science studies reader**. Nova Iorque: Routledge, 1999.

_____. Introduction. In: BIAGIOLI, Mario (Org.) **The science studies reader**. Nova Iorque: Routledge, 1999, p xi-xviii.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. Tradução de Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRICMONT, Jean e SOKAL, Alan. **Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**. Tradução de Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CARNAP, Rudolf. The elimination of metaphysics through the logical analysis of language. In: AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 60-81.

CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans e NEURATH, Otto. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena. Tradução de Fernando Pio de Almeida. **Cadernos de história e filosofia da Ciência**. Campinas, nº 10, 1986. p. 5-20.

CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Paradigma *versus* estilo de pensamento na história da ciência. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005, p. 123-146.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira. Um livro e seus prefácios: de pé de página a novo clássico. In: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, pp. vii-xvi.

_____. **O Círculo de Viena e o Empirismo Lógico**. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~mauro/art_mauro2.htm. Acesso em: 18 jun 2010.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (orgs.). **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005.

DASTON, Lorraine e GALISON, Peter. **Objectivity**. Nova Iorque: Zone Books, 2008.

FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Tradução de Fred Bradley e Thadeus Trenn. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

_____. **Genèse et développement d'un fait scientifique**. Tradução de Nathalie Jas. Paris: Les Belles Lettres, 2005.

_____. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução de George Otte. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

FULLER, Steve. **Philosophy, Rhetoric, and the End of Knowledge: the coming of science and technology studies**. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.

_____. **The philosophy of science and technology studies**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KUHN, Thomas. Foreword. In: FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979. pp. vi-xi.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LATOUR, Bruno. Transmettre la syphilis — partager l'objectivité. In: FLECK, Ludwik. **Genèse et développement d'un fait scientifique**. Paris: Les Belles Lettres, 2005.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LÖWY, Ilana. Ludwik Fleck e a presente historiografia da ciência. **História, ciências, saúde – Manguinhos**. vol I, n. 1, 1994. p. 7-18.

MANNHEIM, Karl. The problem of a sociology of knowledge. In. _____. **Essays on the sociology of knowledge**. Tradução de Paul Kecskemeti. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1952, pp. 134-190.

_____. A sociologia do conhecimento. In. _____. **Ideologia e Utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, pp. 286-330.

MAIA, Carlos Alvarez. Por uma história das Ciências efetivamente histórica. O combate por uma história Sociológica. **Revista da SBHC**. Número 7, 1992. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas_anteriores/1992/7/debates_2.pdf. Acesso em: 12 jan 2012.

_____. A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências. In. SOARES, Luiz Carlos (org.). **Da Revolução Científica à big (business) science**. São Paulo e Niterói: HUCITEC e EDUFF, 2001, pp. 201-246.

_____. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica? **Anais do XIX Encontro Regional de história: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, set 2008.

_____. Realismo científico e construtivismo sócio-lingüístico em Bruno Latour e Ludwik Fleck. In: **VII ESOCITE Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias**. Rio de Janeiro: ESOCITE, 2008 Disponível em: www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/35929.doc. Acesso em: 22 abril 2010.

_____. Uma novidade para os estudos de ciência: a “teoria” do ativo-passivo de Fleck. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de história – ANPUH, São Paulo, julho 2011.** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300365628_ARQUIVO_CarlosAlvarezMaia.pdf. Acesso em 13 jan 2012.

_____. **Cientificismo versus Historicismo.** O desafio para o historiador as idéias: O hiato historiográfico. No prelo.

_____. Fleck e a compreensão humana do mundo. No prelo.

NEURATH, Otto. Protocol Sentences. 199-208. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism.** Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 199-208.

OUELBANI, Mélika. **O Círculo de Viena.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwik Fleck e a historiografia da ciência.** Diagnóstico de um *estilo de pensamento* segundo as *ciências da vida*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Tradução de Sílvia Figuerôa. **Cadernos IG/UNICAMP**, Campinas, v. 6, n. 1, 1996, p. 3-56.

PICKERING, Andrew. From science as knowledge to science as practice. In: _____(Org.). **Science as practice and culture.** Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

RAGOEUT, Pascal e SHINN, Terry. **Controvérsias sobre a ciência:** por uma sociologia transversalista da atividade científica. Tradução de Pablo Rúben Mariconda e

Sylvia Gemignani Garcia. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia e Editora 34, 2008.

SCHAFFER, Simon e SHAPIN, Steven. **Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

SCHLICK, Moritz. The turning point in philosophy. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 53-59.

_____. The Foundation of Knowledge. In. AYER, A. J (org.). **Logical Positivism**. Nova Iorque: The Free Press, 1959, pp. 209-227.

SILVA, Francismary Alves da. Descoberta versus Justificativa: a sociologia e a filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX. **Revista de Teoria da história**. Ano 1, número 2, 2009. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/113/Descoberta_versus_Justificativa.pdf. Acesso em: 14 jun 2010.

SISMONDO, Sergio. **An introduction to science and technology studies**. Oxford: Blackwell, 2004.

SPRINGER DE FREITAS, Renan. A metodologia como carro-chefe da história da ciência. In. CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (orgs.). **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005. p. 41-67.

TRENN, Thaddeus J. Preface. In: FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979, p. xiii-xix.

O mito da verdade e a história das mentiras na obra de Alexandre Koyré

Francismary Alves da Silva*

Ora, o passado, justamente enquanto *passado*, permanece para sempre inacessível: o passado se dissipou, não é mais, não podemos tocá-lo, é somente a partir de seus vestígios e traços *ainda presentes* – obras, monumentos, documentos que escaparam da ação destruidora do tempo e dos homens – é que procuramos reconstruí-lo. (...) A história do historiador, *historia rerum gestarum*, não contém todas as *res gestae*, mas apenas as que são dignas de serem salvas do esquecimento. A história do historiador, portanto, é resultado de uma escolha.

Alexandre Koyré

No século XIX, ao tentar se diferenciar das formas de conhecimento tradicionais, das lendas, das investigações filosóficas e das criações poéticas, a História adotou uma postura científica. Os historiadores descreviam os fatos por meio de mecanismos científicos, o que lhes garantiam legitimidade. Buscavam os fatos puros, brutos, explicitados diretamente nas fontes. Acredita-se na possibilidade de acessar o passado; uma vez acessado, bastaria descrevê-lo. Não caberia ao historiador julgar os documentos, os fatos, tampouco testar hipóteses acerca dos mesmos. O historiador atuaria de forma objetiva, quase transcrevendo os fatos encontrados nas fontes, como se os documentos “falassem”, como se contassem a História oficial e definitiva do passado; bastava, ao historiador, a prática de uma boa “escuta”, a escuta da Verdade. A História seria, pois, uma

* Francismary Alves da Silva, Mestre em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

narrativa compromissada com a Verdade, com a Verdade dos acontecimentos tal como teriam se passado.

Independentemente das concepções teóricas utilizadas pelos historiadores, foi no século XX que a Verdade dos fatos foi posta em dúvida. O questionamento acerca da capacidade de acessá-la por meio – diretamente – das fontes foi uma das inovações teóricas do programa dos *Annales*¹, na virada da década de 1920 para a década de 1930.

A partir das proposições da chamada história problema, a busca pela Verdade histórica passou a ser questionada: ela não seria encontrada diretamente nos fatos brutos, nas fontes oficiais. O fato histórico passa a ser entendido como uma construção; tem-se, portanto, uma “história não automática, mas sim problemática”, explica Lucien Febvre. (Febvre, 1989, p.49). Começaria, com os *Annales*, o processo que tornaria a Verdade histórica uma busca inalcançável. E, como busca inalcançável, deixou de ser questão para os historiadores que, a partir de então, deixaram de buscar os eventos oficiais dados nos documentos e concentraram sua atenção nas hipóteses e na construção de narrativas que validassem tais hipóteses. Ainda que esse questionamento da Verdade histórica tenha se tornado mais evidente a partir de 1968, com a chamada terceira geração dos *Annales*, alguns passos significativos foram dados na década de 1930. Lucien Febvre, por exemplo, explica que a História não seria uma ciência do passado, um conhecimento objetivo e científico que buscava descobrir a Verdade dos acontecimentos passados diretamente nas fontes. Pelo contrário, a História seria uma construção elaborada a partir das concepções, dos julgamentos teóricos, políticos dos historiadores que elaboravam e testavam hipóteses frente às fontes históricas. “A História-problema só é possível a partir de outra ideia ‘nova’ dos *Annales*: a passagem do fato histórico ‘bruto’ ao fato histórico ‘construído’.” (REIS, 2000, p.76). Febvre e a geração que se inicia com o programa dos *Annales* entendiam a História, como “um estudo cientificamente conduzido, e não como uma ciência.” (FEBVRE, 1989, p.30).

¹ Em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch criaram a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, com intuito de discutir a história tradicional, política, dos Estados vencedores, dos documentos oficiais. Mais próxima das Ciências Sociais, a proposta do programa/movimento denominado de *Annales* trouxe novas problemáticas para a História e, também, propulsionou a diversificação de temas pesquisados.

Diante da legitimidade e do reconhecimento político-social que a ciência ganha a partir da chamada revolução científica², pareceria sensato defini-la como um conhecimento verdadeiro, que acessa alguma forma de Verdade última. Mas foi justamente contra a busca pela Verdade última dos fatos no passado, contra a História Ciência, que o programa dos *Annales* se insurgiu. Dentre as principais propostas inicialmente defendidas pelo referido programa, estão: a história-problema; o entendimento do fato histórico como construção; a reformulação do conceito de fonte histórica; o questionamento da história tradicional, total; a interdisciplinaridade. (REIS, 2000).

De qualquer forma, se concluímos, com Febvre, que a História não é uma ciência, mas funciona metodologicamente como tal, ainda assim teremos uma equação complicada adiante: como conduzir, cientificamente, um estudo histórico sobre a ciência?³ Se considerarmos superadas os objetivismos presentes tanto na “História” quanto nas “Ciências”, restaria um discurso sobre um discurso, conforme indicou White (1995)? Essa é uma discussão fulcral para a teoria da História. Conforme indicou José Carlos Reis (2011), trata-se de um constante e saudável debate também conhecido como a “crise da história”. Longe de oferecer uma solução teórica ou esgotar o tema, é válido ressaltar que vários autores questionaram o que se entendia por Verdade dos fatos passados.

Autores como Michel Foucault, Hayden White, Roland Barthes; historiadores que compunham o programa dos *Annales*, entre tantos outros, questionaram o estatuto de Verdade histórica. No campo específico da História das ciências, autores como Alexandre Koyré, muito próximo das proposições de Febvre e Bloch, proporcionaram os primeiros questionamentos acerca do fazer histórico, acerca da possibilidade de acessar o passado, a Verdade das ciências. Pensar as concepções koyrenianas no contexto da teoria da História do início do século XX ajuda-nos a entender como essa teoria foi apropriada, especificamente, pelo campo da História das ciências, por um lado. Por outro, permite-nos

² A revolução científica recobre o período em que as transformações dos fundamentos conceituais e metodológicos dos conhecimentos humanos sobre a natureza foram responsáveis pela institucionalização do que hoje conhecemos sob o rótulo de Ciência Moderna. “O caminho que levou do mundo fechado dos antigos para o aberto dos modernos não foi, na verdade, muito longo: pouco mais de cem anos separaram o **De revolutionibus orbium coelestium**, de Copérnico (1543), dos **Principia philosophiae**, de Descartes (1644); pouco mais de quarenta vão deste *Principia* aos **Philosophia naturalis principia mathematica**, de Newton (1687).” (KOYRÉ, 2006, p. 2).

³ MAIA, 1992.

compreender nuances do pensamento koyreniano que assinalam a atualidade conceitual e a ambivalência de sua obra.

Antes de enveredarmos pelas concepções koyrenianas propriamente ditas, vejamos um pouco da trajetória de Alexandre Koyré a fim de estabelecer quais foram as influências e quais eram os pares desse autor. Nascido na Rússia, em 1892, Koyré ingressa – aos 17 anos de idade – na universidade de Göttingen, na Alemanha, para estudar matemática e filosofia. Segundo os biografistas, nesse período, os trabalhos de Koyré abordavam as teorias dos conjuntos e dos paradoxos gregos.⁴ Lá, acaba tendo contato com Edmund Husserl, Adolf Reinach, Max Scheler, entre outros cânones da fenomenologia alemã. Em 1911, Koyré transfere-se para Paris, onde iria acompanhar os estudos desenvolvidos na Université Paris-Sorbonne (atual Université Paris IV). Na França, estudou com François Picavet, especialista em Idade Média e diretor de estudos na École Pratique des Hautes Études (EPHE), além de acompanhar os trabalhos de Henri Bergson no Collège de France. Durante esse período, Koyré preparou seus estudos sobre Santo Anselmo, que foram interrompidos com a Primeira Guerra Mundial.⁵ Com o armistício, Koyré instala-se definitivamente em Paris e, sob a orientação de Etienne Gilson, defende a dissertação intitulada *L'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes*, na École Pratique des Hautes Études (EPHE), em 1922. No ano seguinte, defende sua tese de doutorado em Letras, na Sorbonne, trabalho intitulado *L'idée de Dieu dans la philosophie de Saint Anselme*, cujo estudo houvera preparado antes da guerra. No período pós-guerra, estabeleceu interlocução regular com Emile Meyerson, Salomon Reinach, Hélène Metzger e Gaston Bachelard, autores com os quais Koyré discutia as novas teorias da relatividade e da mecânica quântica, além das implicações filosóficas das mesmas.

Habilitado para lecionar filosofia, entre os anos de 1922 e 1931, Koyré ministrou disciplinas da cátedra de Ciências Religiosas na École Pratique des Hautes Études (EPHE).⁶ Apesar de seus estudos (sobretudo sua dissertação e sua tese) abordarem questões

⁴ Ver KOYRÉ, 1947. Nessa obra, ele discute, à luz das concepções lógico-matemáticas de Bertrand Russell, o chamado paradoxo do mentiroso, que teria sido formulado originalmente por Epimênides.

⁵ Suzanne Delorme, em texto intitulado “Hommage à Alexandre Koyré”, explica que ele se alistou, voluntariamente, no serviço militar francês, pátria que o acolhera. (DELORME, 2011).

⁶ Ementas dos cursos, chamadas para conferências e quadros de horários de disciplinas ofertadas na EPHE estão digitalizadas e podem ser encontrados nos **Annuaire de l'École pratique des hautes études**, no **Portail de revues scientifiques en sciences humaines et sociales: Persée**. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/ouvrages/home/prescript/fond/ephe>>. Acesso: 27 jan. 2012.

filosóficas a respeito da religião, é a partir desse período que Alexandre Koyré começa a desenvolver discussões mais próximas da área de História das ciências. Demonstrar a interação entre as questões religiosas e as questões científico-filosóficas foi um dos grandes avanços dos estudos koyrenianos.

Conforme aponta Suzanne Delorme (1965), fica evidente, nos trabalhos de Koyré, a impossibilidade de separar as questões religiosas das questões sociais, filosóficas, científicas. Consciente das inovações teóricas da História do início da década de 1930, esse entrecruzamento (religião, ciência e filosofia) será a base para futuros trabalhos do autor, como *Études galiléennes* (1939), *Du monde clos à l'Univers infini* (1957), *La révolution astronomique: Copernicus, Kepler, Borelli* (1961) e *Etudes newtoniennes* (1965). Se para Febvre, por exemplo, separar os âmbitos religiosos dos sociais, políticos ou científicos seria um passo para o anacronismo, tão combatido pelo programa dos *Annales*, essas ideias foram ainda mais bem trabalhadas por Koyré durante as conferências proferidas na Faculdade de Artes, em Montpellier, entre os anos de 1929 e 1930.

Por essa via, os estudos na área de História das ciências entraram, definitivamente, para a agenda de trabalhos de Koyré. Na sequência, o autor se torna diretor da cátedra de História das Idéias Religiosas na École Pratique des Hautes Études (EPHE), no ano de 1931. (DELORME, 1965). É possível entender a função exercida por Koyré na cátedra de História das Idéias Religiosas da EPHE como um significativo passo para os trabalhos do autor na área de História das ciências. Nos primeiros anos da década de 1930, Koyré começa seus estudos sobre Copérnico, inicialmente movido por questões místico-religiosas e, somente depois, animado por questões de História das ciências propriamente ditas. É nesse período que o autor aprofunda seus estudos nas obras de Galileu e de Spinoza, além de interessar-se por outros estudiosos que tratam de temas relacionados ao nascimento da Ciência Moderna, que passa a ocupar o papel anteriormente ocupado pelas explicações religiosas do mundo.

Koyré também foi professor visitante da Universidade do Cairo, no Egito. Estando lá, publicou, em 1934, a tradução comentada do livro de Copérnico, *Des Révolution des Orbés Célestes*, originalmente escrito em 1543. Tendo se especializado nas obras de Spinoza, Descartes e Galileu, Koyré publicou o *Études galiléennes* no ano de 1939. Com o início da Segunda Guerra Mundial, Koyré, que era judeu, deixou o Egito e partiu para os Estados Unidos, tendo chegado a Nova Iorque em 1941[...] (SALOMON, 2010) onde,

trabalhou como professor visitante na *New School for Social Research* e publicou *Entretiens sur Descartes* (1944) e *Introduction à la lecture de Platon* (1945).

Com o fim da guerra, em 1945, Koyré regressa à França e à École Pratique des Hautes Études (EPHE), apesar de nunca ter se desligado completamente da produção histórica estadunidense, tendo sido professor visitante na University of Columbia, University of Chicago, University Johns Hopkins e em Princeton, interruptamente, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960.⁷ Na University Johns Hopkins, o autor proferiu as conferências que mais tarde dariam origem ao livro *Du monde clos à l'Univers infini*, publicado em 1957. Ainda nesse intervalo, entre os cursos proferidos nos EUA e na França, trabalhou com Bernard Cohen a tradução do *Philosophiae naturalis principia mathematica* (de Isaac Newton), além de publicar, em 1961, *La révolution astronomique: Copernic, Kepler, Borelli*.⁸

Ao analisarmos a carreira acadêmica de Alexandre Koyré, percebemos três momentos institucionais bem delimitados: o primeiro em Göttingen / Alemanha (1909-1911), o segundo em Paris / França (1911- até a década de 1930, depois, novamente, de 1945 até sua morte) e, o terceiro, em Nova Iorque / Estados Unidos (1941- até sua morte). Confrontando seus objetos de pesquisa com sua trajetória acadêmica, vemos que o autor se dedicou, respectivamente, aos temas ligados às concepções matemáticas, às concepções filosóficas e aos estudos acerca das ciências *stricto sensu*. Assim, nada mais natural que os estudos koyrenianos sobre a Ciência Moderna tratassem de questões matemáticas, filosóficas e científicas. Mas há mais. Ao articular esses três campos do conhecimento pelo viés da História das ciências, o autor estimulou o debate histórico em torno do “Mito da Verdade” histórica em duas estâncias: uma teórica e outra metodológica.⁹

⁷ Koyré foi professor visitante na University of Columbia e na University of Chicago, em 1946, na University Johns Hopkins entre 1951 e 1953, e em Princeton, nos anos de 1954 a 1956, e depois, novamente, de 1960 a 1961.

⁸ Diante dos fortes vínculos estabelecidos nos Estados Unidos, Salomon (2010) afirma que a presença de Koyré, bem como os trabalhos desenvolvidos pelo mesmo em solo norte-americano, foram passos fundamentais para a consolidação e profissionalização da História das ciências nesse país.

⁹ Essas duas estâncias configuram um momento específico de produção histórica de Alexandre Koyré. Em outro trabalho, denominei esse momento como aquele em que há a resignificação do termo “revolução científica”. Como é sabido, posteriormente, o termo foi cooptado pelos estudos de Thomas Kuhn (SILVA, 2010).

Quanto ao aspecto teórico, ele demonstrou que a ciência não se desenvolve de forma autônoma, isto é, não é um conhecimento “verdadeiro”, “neutro” que está na natureza esperando que o homem o descubra. Em seus trabalhos, considera que as concepções científicas, matemáticas, não se transformam de forma independente das concepções filosóficas, religiosas, sociais. Ainda que essa relação não tenha sido trabalhada explicita e exaustivamente, ainda que não seja encampada como um referencial teórico austero, é possível observar essa relação ao longo dos escritos koyrenianos. (STUMP, 2001). Por exemplo, a questão “finitismo *versus* infinitismo do universo” foi analisada por Koyré por meio do pensamento filosófico de homens como Galileu, Giordano Bruno, Descartes, e outros. Muitas vezes, a concepção de universo finito dispôs-se como um “impasse metafísico” para a superação da Física aristotélica e para o desenvolvimento da Nova Física. (KOYRÉ, 1986 e 2006).

Como a ciência e a filosofia não eram duas áreas claramente delimitadas antes da chamada “Ciência Moderna”, essa relação entre ciência e filosofia pode, à primeira vista, parecer óbvia. Mas, Koyré não estava atrelando a retórica filosófica às questões epistemológicas, tão somente. Ao tratar de “impasses metafísicos”, o autor nos oferece uma clara descrição de algumas estruturas sociais da Europa do século XVI, tais como a Igreja Católica e seus dogmas práticos que regiam plantações, festas populares e a contagem do tempo pelo calendário oficial. Teria sido este, aliás, o motor da revolução copernicana, também entendida da revolução científica, que tem em Newton e na Física Moderna seu produto final.

Essa relação entre o conhecimento produzido pela ciência (Filosofia Natural) e os fatores sociais, políticos, econômicos ou mesmo filosóficos, estão subentendidos nos trabalhos de Koyré. O uso que esse autor faz do termo *experimentum* (segundo o qual uma pergunta científica é feita tendo uma teoria anterior como aporte) em **Études newtoniennes** (1965) e **Études d’histoire de la pensée scientifique** (1966) dá, exatamente, essa tônica. A ideia de “unidades/estruturas de pensamento”, segundo a qual uma nova teoria não pode emergir de forma independente das demais teorias já aceitas, presente em **Études galiléennes** (1939), **Du monde clos à l’Univers infini** (1957) ou em **La révolution astronomique: Copernicus, Kepler, Borelli** (1961), segue o mesmo caminho. Em síntese, Koyré demonstra como “o pensamento científico não se desenvolve *in vacuo*.” (KOYRÉ, 1991b, p. 204). Febvre, em sincronia, diz algo semelhante em seus

Combates pela História: “(...) a Ciência não se faz numa torre de marfim.” (FEBVRE, 1989, p.62).

Atualmente, com o avanço dos debates na área de História das ciências, essa articulação entre a ciência e a sociedade pode parecer bem estabelecida, mas não o era no momento de produção dos trabalhos históricos de Koyré.¹⁰ Para ilustrar, basta pensarmos nos trabalhos de História das ciências publicados até meados de 1960, como os de Alistair Crombie, de George Sarton ou de René Taton. Não é minha intenção diminuir o mérito dos trabalhos desses autores (e creio que isso não seja possível), mas o que quero é ressaltar um ponto de contraposição historiográfica. As narrativas históricas sobre as ciências que adentraram o século XX, que podem ser descritas como *whigs* ou positivistas, tinham a Verdade histórica como meta teórica final e buscavam descrever os fatos (descobertas científicas) tal como teriam acontecido. A Verdade histórica era alcançada pela descrição da ciência, conhecimento científico puro, neutro, natural, distante das relações e dos conflitos subjetivos dos homens. Na História positivista, que tinha em Leopold Von Ranke seu maior expoente, acreditava-se que seria possível acessar a Verdade dos fatos passados diretamente pelas fontes, o que tornaria a História um conhecimento científico: a Ciência do passado.

Na História das ciências positivista, tal como na História, também se acreditava que seria possível alcançar a Verdade dos fatos passados; além disso, acreditava-se que o objeto de análise (a ciência) teria um estatuto de Verdade, de neutralidade, de autonomia. Assim, a História das ciências positivista, muito diferente das propostas koyrenianas¹¹, seria uma Ciência do passado acerca das ciências. Apesar dessa dificuldade, dessa tautologia¹², tanto na História quanto na História das ciências, essa visão da Verdade histórica

¹⁰ Essa relação entre a ciência e a sociedade tornou-se mais conhecida a partir do livro **A Estrutura das Revoluções Científicas** (1962) de Thomas Kuhn. Anteriormente desenvolvida e bem menos conhecida, a concepção de Ludwik Fleck sobre a ciência também articula a ciência e a sociedade. Mas, para Fleck, a construção social não se dá apenas no âmbito da descrição narrativa do historiador, mas antes, a própria ciência seria fruto de um processo de agenciamento entre o sujeito (o cientista) e o objeto (na natureza). Para maiores informações sobre a teoria do ativo-passivo de Ludwik Fleck, ver MAIA, 2011.

¹¹ Em artigo intitulado **Perspectivas da História das ciências**, como resposta à exposição de Henry Guerlac no Congresso de Oxford de 1961, Alexandre Koyré encampa a crítica à história dita positivista. Posteriormente, esse texto foi publicado na coletânea **Estudos de História do Pensamento Científico**, em 1966.

¹² Essa tautologia é analisada em MAIA, 2010.

prevaleceu nas narrativas até meados de 1960¹³. Frente a essa dificuldade latente da História das ciências, o primeiro ponto que destaco no processo de denúncia do “Mito da Verdade”, segundo Alexandre Koyré, é a forma como esse autor descreve o desenvolvimento científico, ou seja, como um conhecimento interligado, que interage, que não é neutro, autônomo ou simplesmente “natural”.

Como a visão dos trabalhos de Koyré pelo viés político-social é pouco convencional, eu não poderia passar para o segundo ponto de análise sem antes considerar que a tradição historiográfica utilizou o epíteto “internalista” para descrever o legado do autor em questão. Em História das ciências, quando aspectos metodológicos, empíricos ou conceituais regem uma análise, tem-se o que se convencionou chamar de história internalista. Quando a análise se detém nas determinantes econômicas, políticas ou culturais configura-se a chamada história externalista.¹⁴

Segundo a tradição crítica, a História das ciências internalista deveria focar o que lhe é específico, ou seja, os conceitos, as teorias ou as experiências científicas. Essa mesma tradição entende que os estudos koyrenianos não se preocuparam em descrever, explicitamente, como as novas teorias científicas foram aceitas pela sociedade. Conforme argumentei anteriormente, a tensão entre o que foi chamado de interno e o que foi chamado de externo está presente nos trabalhos koyrenianos. (STUMP, 2001). A ciência não se desenvolve a revelia de seu contexto social. Não obstante, não pretendo afirmar que Koyré tenha sido um representante da chamada vertente externalista, pois creio que isso não seja possível. Também não quero afirmar que o embate entre o Internalismo e o Externalismo deva ser sumariamente abandonado por se tratar de uma falsa questão.

Creio que a Querela Internalismo *versus* Externalismo pode (e deve) ser considerada como um problema de pesquisa desde que haja contextualização histórica. Em outras palavras, mesmo que o debate em torno dos modos de fazer e narrar a História das ciências já tenha avançado, mesmo que se entenda que não é possível narrar exclusivamente aspectos internos, a dita Querela, apesar de datada, pode ser estudada

¹³ Utilizo o recorte da década de 1960 por acreditar que o livro **A Estrutura das Revoluções Científicas**, de Thomas Kuhn, publicado em 1962, possa ser considerado um marco teórico para as narrativas históricas sobre as ciências. Além disso, a partir desse período e das concepções ditas pós-modernas, tem-se uma ampliação de trabalhos que questionaram a noção de Verdade.

¹⁴ Uma análise mais detalhada sobre a Querela Internalismo versus Externalismo pode ser encontrada em MAIA, [no prelo]; ou em SILVA, 2010b.

como um objeto histórico. Nesse caso, é preciso perceber como os trabalhos de Koyré, por exemplo, podem ser mais abrangentes do que se convencionou achar que eram.

O epíteto internalista não apenas limita as possibilidades de compreensão das ciências nas obras de Koyré, como também se configura como uma problemática crítica datada, isto é, elaborada a partir de uma concepção de que a ciência poderia ser estudada de forma autônoma à sociedade. Aliás, foi por achar que a ciência poderia ser estudada à revelia de seu contexto social que a tradição crítica dividia as duas vertentes em “interna” e “externa”. O entendimento de ciência presente na obra de Koyré, percebido por meio do conceito unidade de pensamento (ou estrutura de pensamento ou *experimentum*), é muito diferente daquele empregado pelos críticos que o taxaram de internalista.

Além de ter avançado no debate acerca da natureza das ciências (não neutra, mas relacional, portanto histórica), os trabalhos de Koyré também representaram um avanço metodológico para a História das ciências. Antes que o chamado “Mito da Verdade” viesse à tona nos estudos históricos, era muito comum que os historiadores das ciências escolhessem um ramo aceito da ciência atual, cujo estatuto de Verdade não pudesse ser questionado, e buscassem entender, a partir desse estatuto, as origens desse conhecimento científico. Como tais narrativas se dedicavam às grandes descobertas, aos grandes feitos e seus respectivos heróis, os erros ou obstáculos não eram descritos.

Dessa forma, não havia interesse em descrever práticas não científicas ou antigas teorias científicas; não havia interesse em descrever as concepções científicas que foram superadas. Seria viável descrever as descobertas newtonianas, mas não seria possível descrever as influências alquímicas ou místico-religiosas de Newton. Era esperado que o cientista fosse um homem racional, cético, isento de paixões. Por isso, a criação divina na obra newtoniana¹⁵ não foi considerada um bom objeto de pesquisa para historiadores do século XIX e da primeira metade do século XX, pois não seria um objeto Verdadeiramente científico.

Metodologicamente, Alexandre Koyré foi um historiador dedicado aos escritos originais dos cientistas: assim, buscava documentos inéditos, fossem documentos

¹⁵ Na questão 31 do terceiro livro da **Óptica** de Newton, por exemplo, lê-se: “Parece-me provável que no princípio **Deus formou a matéria**. (...) E se **Ele** o fez, **não é filosófico procurar qualquer outra origem do mundo**, ou pretender que ele pudesse originar-se de um caos pelas meras leis da natureza; embora, uma vez formado, ele possa continuar por essas leis ao longo de muitas eras.” (NEWTON, 2002, p. 290-291, *grifos meus*).

públicos (como as conferências proferidas por Newton) ou pessoais (como as cartas de Descartes, de Leibniz). Além de se concentrar nas questões científicas de cada época estudada, o autor deu atenção aos percalços, aos erros, as crenças dos cientistas, explica que talvez esses fatos – erros, percalços ou falhas – pudessem ensinar mais sobre o desenvolvimento científico do que as grandes descobertas, pois esclareceriam a natureza dos impedimentos científico-sociais. Assim, enquanto os historiadores das ciências se preocupavam em descrever a Verdadeira trajetória de determinado campo científico, Koyré narra os diversos caminhos tomados pelas ciências. Em oposição à História da Verdade, narra a História das mentiras.¹⁶

Novamente, é preciso destacar que a atitude metodológica de narrar os erros, as mentiras científicas, só foi possível graças ao entendimento koyreniano de que a ciência não é um conhecimento neutro, autônomo. Ao analisar as unidades ou estruturas de pensamento dos cientistas, Koyré se preocupa em descrever fatores não apenas científicos. As concepções mágicas ou obscuras de Giordano Bruno (KOYRÉ, 2006), por exemplo, consideradas formas de mentiras ou erros perante a ciência Verdadeira, não eram narradas pela historiografia tradicional, anterior a Koyré. Sendo assim, esse é o segundo ponto da denúncia do “Mito da Verdade” existente na obra de Alexandre Koyré: metodologicamente, o autor se preocupou em entender a lógica dos cientistas em seus contextos históricos, mesmo que as teorias já estivessem superadas, mesmo que fossem erradas, ou incorressem em “inverdades” científicas.

O livro **Réflexions Sur Le Mensonge** (Reflexões sobre a Mentira), de 1943, é inteiramente dedicado ao tema da mentira, do discurso falso, equivocado. A mentira, que seria tão antiga quanto o próprio homem, teria encontrado novos meios (rádio, jornais, livros) na moderna política dos Estados totalitários, pensava Koyré. Seria a mentira política dirigida às massas. Os regimes totalitários pouco se interessavam pela Verdade, pois não queriam saber ou afirmar o real, queriam se apropriar dele, transformá-lo. Tais regimes estariam acima da Verdade. Mas, como? A mentira é tolerada em diversos âmbitos sociais: nos anúncios de comércio, nas guerras, na diplomacia. Em alguns casos, a mentira pode

¹⁶ É necessário fazer uma distinção entre mentira e erro. Conforme explica Jacques Derrida (1996), o erro não seria intencional, enquanto a mentira teria essa faceta. Apesar dessa diferenciação, aqui, abordarei o erro como sendo uma “inverdade”, portanto, em alguma medida, uma mentira diante do estatuto de Verdade histórica.

ser considerada uma virtude, sobretudo, se ela consegue dissimular o que é e simular algo que não era, mas transformou-se e passou a ser. Pode parecer paradoxal, mas, explica o autor, foi por esse motivo que Adolf Hitler escreveu em seu livro tudo o que posteriormente realizaria. O plano nazista já estava anunciado no livro **Mein Kampf**; mesmo assim, o nazismo conseguiu dissimular o que realmente era ao simular algo que não era por meio de uma “conspiração às claras” ou uma “mentira secundária”. (KOYRÉ, 1996).

Ao final de **Reflexões sobre a Mentira**, ele, um judeu exilado, escrevendo em 1943, diz não julgar os regimes totalitários. Para um historiador, não julgar os fatos passados seria como descrever a Verdade? Ao refletir sobre as mentiras, o autor proporia narrar a Verdade? Koyré nos remete a um embuste proposital ainda maior. O autor, que afirma apenas mostrar como funciona a propaganda totalitária, diz que em países democráticos (como a França e os Estados Unidos, pátrias que o acolheram) a massa popular não é facilmente enganada, revelando-se uma “massa pensante”.

Nesse mesmo sentido, as massas de regimes totalitários representariam mesmo uma categoria de homem inferior, crédulo, desprovido dos exercícios críticos. Obviamente, Koyré aplica uma mentira secundária sob seu próprio relato: dissimula o que é (diz não julgar) e, na sequência, simula o que não é (alega uma possível superioridade da dita massa pensante, entrando na lógica totalitária alemã de superioridade/inferioridade). Em seu texto, realiza-se uma “conspiração às claras”, o jogo da mentira seria justamente esse: dizer não julgar e revelar-se, revelar seu posicionamento político, ideológico. E Koyré o faz, mas não sem alertar o leitor de que o faria. Ao leitor de **Reflexões sobre a Mentira** resta, portanto, mostrar-se crítico ou consentir, tal como as massas (de países democráticos ou de regimes autoritários) acima descritas. Afinal, essa parece ser a instigante proposta do autor no referido livro.

Metodologicamente, a forma narrativa utilizada para descrever as mentiras científicas em seus livros de História das ciências parece seguir um caminho semelhante ao que foi tomado em **Reflexões sobre a Mentira**: uma “conspiração às claras”. Para Koyré, os erros, as mentiras científicas poderiam nos ensinar mais do que as grandes descobertas. Nos erros, encontraríamos a natureza dos impedimentos científico-sociais do desenvolvimento científico. Por meio das mentiras, Koyré nos conta uma história do desenvolvimento científico que não segue uma linha reta. Mas qual seria a “conspiração às

claras” de Koyré em seus livros de História das ciências? Contando a mesma história oficial sobre os grandes cientistas – tais como Galileu e Newton – ele dissimula a relação entre a ciência e a sociedade e simula um caminho muito mais tortuoso – cheio de percalços, de erros, de cientistas que eram religiosos – do que o caminho narrado pela História das ciências tradicional, tal como realizado no século XIX. Ao ler **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito** ou **Estudos Galilaicos**, percebemos, claramente, as teorias e os grandes cientistas, pois isso está simulado em sua narrativa. Contudo, a relação entre a ciência e a sociedade não é trabalhada categoricamente, exaustivamente. Koyré dissimula essa relação, isto é, ela não é visível, apesar de existente (conforme vimos por meio do conceito de unidade de pensamento). Assim sendo, para os leitores que não perceberam aquilo que Koyré dissimula em seu texto, ou não deram ênfase a essa problemática, tornou-se mais coerente classificá-lo como um autor de internalista. Mas a atitude metodológica de narrar as mentiras, os erros, o caminho longo e tortuoso do desenvolvimento científico aponta para um determinado posicionamento teórico, no qual a ciência não poderia ser pensada a revelia de seu contexto. Essa era a “conspiração às claras” de Koyré, uma conspiração crítica sobre o fazer teórico-metodológico da História das ciências.

Por que Koyré se interessa em estudar as mentiras e os erros? De mais a mais, o autor estuda, incansavelmente, a relação entre a verdade e a mentira. Alexandre Koyré não relata o Verdadeiro, a ciência Verdadeira dos positivistas, mas também não descarta a relação entre a verdade e a mentira. Esse é um importante passo para a História das ciências, pois representa um momento de passagem entre o chamado paradigma moderno e o pós-moderno. Koyré talvez seja um bom exemplo, um exemplo marcante dessa passagem, dessa transição. Ele seria o último moderno ou poderia ser considerado um “proto pós-moderno”?

Se imaginarmos Koyré como uma espécie de precursor de uma geração – dita pós-moderna – perceberíamos que o erro não seria eliminado pela forma surda de uma verdade, mas pela formação de uma nova forma de dizer verdadeiro. (FOUCAULT, 2005). Essa forma de enxergar os trabalhos e o legado historiográfico de Koyré é pouco convencional, mas, creio que seja válida. Metodologicamente, narrar os erros, os percalços e, seria possível dizer as “mentiras científicas”, representou uma novidade e um avanço nos estudos sobre as ciências. Teoricamente, descrever as ciências como formas de conhecimento não autônomas, também foi um avanço contra o estatuto da Verdade

científica. Essas duas estâncias do pensamento de Alexandre Koyré (uma teórica e outra metodológica) serviram para questionar a Verdade e reforçar o que denominei de denúncia do “Mito da Verdade”.

Durante muito tempo, os trabalhos de Koyré serviram para taxar seu legado: um autor internalista. Não quero, aqui, seguir esse caminho e taxá-lo, novamente, de moderno ou de pós-moderno. Sobretudo porque não acho que essas definições sejam clarividentes e, portanto, completamente úteis e satisfatórias. Longe disso, creio que seria mais legítimo tentar entender Alexandre Koyré como um crítico das ciências, um historiador consciente das transformações da teoria da História e da História das ciências da primeira metade do século XX.

Referências bibliográficas

DELORME, Suzanne. Hommage à Alexandre Koyré. **Revue d’histoire des sciences et de leurs applications**. Paris, vol. 18, n.2, 1965.

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, 10 (27), 1996.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Épiménide, le menteur**. Paris: Hermann Éditeurs, 1947.

_____. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991a.

_____. **Estudos de história do pensamento filosófico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991b.

_____. **Estudos Galiláicos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

_____. **La Cinquième Colonne**. Paris: Editions Allia, 1997.

_____. **La révolution astronomique: Copernic, Kepler, Borelli**. Paris: Hermann Paris, 1961.

_____. **Reflexões sobre a mentira**. Lisboa: IAG – Artes Gráficas, 1996.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

MAIA, Carlos Alvarez. A história da ciência é história? Explicando uma tautologia. In: Silva, F. A; Ávila, G. da C; Silva, P. P. (orgs.). **Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências / ENAPEHC**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2010. Disponível em <<http://sites.google.com/site/enapehc/anais>>. Acesso: 14 jan. 2012.

_____. **Domesticação da história das ciências – o ecletismo historiográfico pacificador: história interna + história externa**. No prelo.

_____. Por uma história das ciências efetivamente histórica. O combate por uma história sociológica. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, São Paulo, v. n. 7, p. 47-52, 1992.

_____. Uma novidade para os estudos de ciência: a “teoria” do ativo-passivo de Fleck. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300365628_ARQUIVO_CarlosAlvarezMaia.pdf>. Acesso 27 de jan. 2012.

NEWTON, Isaac, Sir. **Óptica**. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria de História**. Universidade Federal de Goiás – UFG, Ano 3, Número 6, dez/2011. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/uploads/114/original_Artigo%201,%20REIS.pdf?1325192313>. Acesso: 27 jan. 2012.

SALOMON, Marlon (org.). **Alexandre Koyré**: Historiador do Pensamento. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010.

_____. **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

SILVA, F. A. **Historiografia da revolução científica**: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2010. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/items-by-author?author=Francismary+Alves+da+Silva>>. Acesso: 26 jan. 2012.

_____. O prelúdio da querela internacjonalismo *versus* externalismo: debates entre sociólogos e filósofos do conhecimento científico de 1920 a 1962. **Revista Ágora**, Vitória, n.11, 2010b, p.1-16. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_11_PDFs/Francismary_Alves_da_Silva.pdf>. Acesso: 28 jan. 2012.

STUMP, James B. History of Science through Koyre's Lenses. **Stud. Hist. Phil. Sci.**, Vol. 32, No. 2, p. 243–263, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.

Ciência e civilização desvendam o sertão: História, Cultura e Natureza nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão (1859 – 1861)

Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante*

Viajar, estudar e escrever - eis três ações indispensáveis no desenvolvimento do trabalho de um naturalista no século XIX. A viagem representava a possibilidade de entrar em contato com os elementos naturais (botânicos, zoológicos, minerais, geográficos, entre outros) e humanos de territórios distantes e desconhecidos, para estudá-los, classificá-los e delinear alternativas de exploração e dominação. Escrever e narrar as experiências adquiridas nessas viagens era uma prática constante e aconselhável, sendo sugerida nos manuais de História Natural produzidos pela ciência do século XIX, herdeira dos pressupostos do Iluminismo. De acordo com Thomas, “para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana.” (THOMAS, 1996, p.32)

No início da modernidade, era usual considerar o mundo como feito para o homem e todas as outras espécies como subordinadas aos seus desejos. Um dos processos disseminados para que o homem alcançasse a total dominação foi o desenvolvimento da história natural, o estudo científico dos animais, da vegetação, dos minerais, do clima, do solo e da água.

A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os usos e

* Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante, Mestranda do programa de Pós-graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará, UECE.

virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. Era convicção geral que cada parte do mundo das plantas tinha sido projetada para servir um propósito humano. Os estudos dos animais eram estimulados com vistas a determinar se eles tinham alguma serventia ao gênero humano, como alimento ou remédio; e se esses ou quaisquer outros usos deles podiam ser ainda mais aprimorados. (THOMAS, 1996, p.33)

No decorrer do século XIX, mais especificamente na sua segunda metade, uma viagem exploratória foi executada no Brasil tendo em vista os pressupostos de reconhecimento e subordinação do meio natural ao controle do homem. O Norte brasileiro, primordialmente o Ceará – à época uma das províncias do Império – foi escolhido como palco central dessa viagem científica, que transportou para essas terras homens dedicados aos estudos em História Natural e que usaram a escrita como um espaço privilegiado para registrar as experiências obtidas no contato com a natureza e o povo cearense.

Um dos registros traz o seguinte relato:

O povo do Ceará (...) tem idéias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro. Têm êles para si que o Ceará é superior a tudo o mais, e só conhecem superioridade em outros povos pelos artefatos que eles admiram, e não concebem como se fazem. O seu país (Ceará) está todo minado de metais preciosos; e cheio de tesouros escondidos pelos Framengos, Jesuítas etc. etc. O país está cheio de tradições, em que acreditam religiosamente; e certificam com contos de fenômenos naturais, que já hoje se não vêem, ou que apenas ainda vislumbram em certos lugares e tempos, (...) são contos e tradições antigas, que têm a mesma origem, mas que impressionam mais por saírem da noite dos tempos revestidos de circunstâncias fantásticas e exageradas. (DAMASCENO e CUNHA, 1961, v.8, p.311)

A escrita denuncia certo ar de incredulidade quanto a essa superioridade que o cearense denota, relegando esse sentimento ao estatuto de imaginação, revestida de “circunstâncias fantásticas e exagerada”. O que determina o tom dessa escrita; como e

onde foi escrito, quem escreveu, para quê, por que, a mando de quem, em qual contexto histórico e científico, são questionamentos que norteiam esse artigo, tendo como objeto central de estudo os escritos de um dos cientistas que viajaram pelo Ceará entre 1859 e 1861, estudando esse estado e mapeando-o, como integrante da Imperial Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte do Brasil. Vejamos adiante possíveis respostas a essas inquietações.

Ciência, Império e Nação: marcas de um projeto de civilização

A Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte ou Comissão Científica do Império, ou ainda Imperial Comissão Científica de Exploração ou apenas Comissão Científica de Exploração, Comissão do Ceará ou até mesmo Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora¹, são títulos diferentes para uma mesma experiência: uma viagem naturalista empreendida por cientistas brasileiros ao interior das províncias mais distantes da corte imperial na segunda metade do século XIX. A instauração dessa expedição esteve diretamente aliada às vivências políticas, científicas e culturais do Império brasileiro, em vias de construção e legitimação. Imaginemos a literatura de viagem escrita pelo presidente da Comissão Científica como um espetáculo, que ocupará o palco principal nesses escritos; no entanto, vamos conhecer, primeiramente, o que está por trás desse palco: em que contexto a Comissão foi pensada, elaborada, preparada e entrou em atuação.

O século XIX vai ser marcado, no Brasil, como o momento de sua afirmação enquanto uma nação soberana e independente. Após o processo de Independência, o Brasil deixa a condição de colônia e passa a se constituir enquanto um Império, um Estado-Nação que segue, a partir de então, com suas próprias pernas rumo à civilização e ao progresso. Delinear um perfil para o novo país, conferindo-lhe uma identidade transformara-se numa questão crucial. Pensar a nacionalidade significava lançar as bases políticas, históricas, culturais, naturais e sociais sobre as quais se ergueria a nação; para

¹ Para fins de simplificação essa Comissão será referenciada nesse texto, a partir de agora, apenas como Comissão Científica ou simplesmente Comissão.

tanto, era necessário que fossem bases fortes, autônomas e singulares, consolidando um estado nacional dotado de uma identidade própria diante das outras nações e de acordo com os princípios que norteavam a organização da vida social no século XIX.

A legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, unânime, valiosa; para tanto, de acordo com Guimarães (1988), tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história; conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país. Cabia a eles esclarecer e educar a sociedade para que seus membros tivessem sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional. É nesse momento que cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais brasileiros irão dedicar seus esforços para a elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural e para a construção da totalidade nacional.

Nesse contexto, as investigações históricas, etnográficas, etnológicas, geográficas, botânicas, zoológicas, geológicas e estudos sobre as raças, hábitos e costumes dos habitantes de todas as terras brasileiras apareciam como passos importantes a serem dados para a construção de um passado valioso para o Brasil, que deveria adquirir uma personalidade histórico-cultural própria, e na construção dessa personalidade a natureza brasileira ocuparia lugar de destaque como elemento simbólico da especificidade nacional.

Em meados do século XIX, os homens de ciência no Brasil compunham uma comunidade científica em vias de consolidação: um sistematizado esforço era feito na tentativa de inventariar as riquezas do Brasil por meio da ciência, especialmente as ciências naturais.² Com a consolidação de instituições científicas e culturais, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os cientistas locais iniciaram um processo de afirmação do que seria uma “ciência nacional”. Por ciência nacional, entendia-se, segundo os estatutos e as normas das instituições científicas existentes, o

²Ciência Natural e/ou História Natural no século XIX abrange todo o universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais, em sua superfície e profundidade. Entre os animais estavam incluídos os homens, dos quais o comportamento e a língua eram características a serem classificadas e comparadas.

conhecimento de temas brasileiros, realizado por brasileiros. A natureza tropical do país era compreendida como objeto por excelência para os estudos dos cientistas pátrios.

Naquele momento,

Os jovens que tinham deixado o Brasil para estudar na Europa, sobretudo em Lisboa, já davam sinais de maturidade e podiam assumir a missão de desvendar os mistérios da natureza pátria. Desmentir as histórias tantas vezes elaboradas por viajantes descomprometidos com a ciência e entrar sem auxílio estranho, no exame e na investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso. (RIOS, 2006, p.21)

Certos de que apenas os brasileiros poderiam – e saberiam – desvendar a natureza e o passado do Brasil, os cientistas passaram a defender a efetivação de meios que possibilitassem uma série de estudos, os quais abririam as cortinas dos lugares mais distantes da corte imperial, desbravando os espaços desconhecidos – como os sertões – que se supunham com extensas matas, povoações sem instrução e povos indígenas que caminhavam a passos largos para a inexistência em seu “estado primitivo”, tornando-os conhecidos, colocando-os sob maior controle da sociedade nacional. Esquadrinhavam, assim, todo território e suas gentes, que já eram, desde o final do século XVIII, o paraíso dos naturalistas estrangeiros. “Apagar as legendas de desconhecido dos mapas do Brasil e da natureza brasileira, delimitar fronteiras, integrar o país à civilização, passaram a se constituir em consígnias nacionais e científicas.”(LOPES 2001, p.82) Diante dessa realidade, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas: conhecer todo o território do país, assim como seus habitantes, era objetivo das ciências naturais ao mesmo tempo que era objetivo da política imperial.

A recorrente associação entre a natureza brasileira, as investigações em História Natural e a construção da nacionalidade pode ser localizada, especialmente, na atuação de dois espaços de investigação científica: o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Museu Nacional, durante o século XIX, foi a instituição que mais desenvolveu pesquisas em ciências naturais e vai se constituir no lugar de convergência do conjunto de

iniciativas que vão viabilizar a consolidação dessas ciências no Brasil. Segundo Margareth Lopes,

O Museu Nacional tanto se constituiu na busca de representações da nação, naquilo que ela tem de universal, de válido para todo o homem civilizado, onde nacional significa civilização, valores universais a serem comumente partilhados, como no que significa o singular e o específico nos traços que individualizam a construção de cada nação e a diferenciam das demais. (LOPES, 2001, p.94)

Por praticamente um século (XIX), o Museu Nacional do Rio de Janeiro seria a principal instituição brasileira dedicada primordialmente à História Natural. Assumiu um papel significativo nesse momento de expectativas com relação ao papel das ciências para o progresso social. Nesse período, os museus eram espaços para articulação do olhar dos naturalistas,

[...] transformando-se em gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhe exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções. (LOPES, 1997, p.15)

O IHGB formou-se no bojo do processo de consolidação do estado nacional. Pensar e delinear um perfil para o Brasil era um de seus principais objetivos. “O Instituto retiraria a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem.”(GUIMARÃES, 1988, p.15) Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição científica e cultural do Império, acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país. “Constituiu-se em instituição pioneira e sólida que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador nos seus cinquenta primeiros anos, nunca deixou de publicar sua revista.” (CALLARI, 2001, p.60)

Em diferentes momentos, a intelligentsia do IHGB alardeou a necessidade de se “fazer sacrifícios em favor de viagens arqueológicas (...) especialmente prestando auxílios a

viajantes” (LAGOS apud FERREIRA, 2006, p.276). As viagens científicas integraram umas das primeiras propostas metodológicas do IHGB, afinal, pontos específicos da história e da geografia do Brasil não seriam esclarecidos somente com mapas e documentos primários: era necessário o deslocamento, viabilizando assim o contato direto, o testemunho ocular.

Foi no cerne do IHGB que se elaborou um dos projetos mais audaciosos na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias. Em sua seção Ordinária de 30 de maio de 1856, contando com a presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos lançou uma proposta que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro científico nacional.

Em seu discurso, destacou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas. (RIHGB, 1856, t.19, p12)

Lagos tornava pública a intenção de estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas, portanto, menos produtivas e mais agressivas para o Império; entretanto, quais seriam os ganhos para os naturalistas nacionais e para o governo imperial se acatassem essa sugestão de Lagos? Ele mesmo ensaia uma justificação: formar para o Museu Nacional uma coleção de produtos que facilitassem e engrandecessem os estudos científicos no país e – de forma ainda discreta – ressalta a preocupação em saber como estava organizada a indústria nas regiões distantes da corte. Enquanto naturalista, Lagos deveria preocupar-se muito mais com os ganhos para a ciência, mas tinha compreensão que um empreendimento desse tipo necessitava apresentar ganhos materiais para o governo imperial, afinal, somente garantindo ganhos para o governo do Império os cofres do mesmo ficariam a disposição de tal Comissão.

Continuando a exposição de suas ideias, ressalta que:

Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da Topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais e, por conseqüência, a renda nacional [...]. (RIHGB, 1856, t.19, Supl, p.14)

O discurso do naturalista evidencia o intuito de conhecer o Brasil para melhor dominar as possíveis potencialidades ainda não exploradas. Eliminando as diferenças e encurtando as distâncias, seria possível conhecer que riquezas o país tinha a oferecer para aumentar – como ele mesmo enuncia – a renda nacional. Essa explanação agradou o Imperador, pois prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro: na mesma seção em que foi lançada, a proposta foi aprovada pelos sócios membros do IHGB.

A elite cultural da corte era favorável a esse discurso, afinal, a projeção da Ciência nacional era indispensável para a consolidação do status de civilização almejado para a nação e a preocupação com a sua construção estava presente na atuação da Comissão Científica a partir de três centros: “a crítica do estrangeiro e a exaltação da inteligência nacional – as instituições locais reivindicam para si o status de produtores de conhecimento, a valorização do mundo natural e humano do Brasil e a criação de identidades regionais folclorizadas.” (KURY,2001, p.40)

Em fala na abertura da sessão do IHGB em 15 de dezembro de 1856, o Visconde de Sapucaí reafirma que a Comissão é a “realização de um pensamento que há muito afagavam os brasileiros letrados” e, mais adiante, lança o seguinte questionamento: “E não vos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso?” (RIHGB, 1856, t.19, p.91)

Além da exaltação da inteligência nacional e da possibilidade de aquisição de novos recursos para o país, uma justificativa colocada para a necessidade da Comissão direcionava a atenção para o Museu Nacional. Buscava-se, na época, tornar o museu um espaço com condições de trabalho para os estudiosos da História Natural, como eram os museus europeus.

Na prática, buscou-se por diferentes meios a formação de um acervo de objetos naturais, principalmente brasileiros, pois segundo vários naturalistas estrangeiros que visitaram o Museu, e mesmo naturalistas nacionais, a falta de objetos que demonstrassem a variedade natural do Brasil consistia uma grande deficiência do Museu. (PINHEIRO, 2002, p.25)

Aprovada a ideia, iniciados os preparativos, justificada a necessidade da Comissão, chegava o momento de definir um itinerário, preparar o material, adquirir equipamentos e fazer a viagem propriamente dita.

Uma expedição verdadeiramente Nacional

Os preparativos para a viagem contavam com as facilidades governamentais. Gonçalves Dias e Gabaglia cuidavam da aquisição dos instrumentos e da literatura científica na Europa, enquanto Lagos e Capanema, na corte, encarregavam-se de comprar o que fosse necessário para o transporte da Comissão.

Enquanto ficavam prontos os preparativos, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista: *Botânica*, para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão; *Geológica e Mineralógica*, que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema – futuro Barão de Capanema; *Zoológica*, assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos; *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia e *Etnográfica e Narrativa de Viagem*, tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias – o já reconhecido poeta indianista. Além dos chefes das Seções, foi designado para a Comissão o pintor José Reis de Carvalho. Autônomas quanto aos seus objetivos, as Seções ficavam na estrita obrigação de colaborar entre si, agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi nomeado o botânico Francisco Freire Alemão.

Em fevereiro de 1859, os integrantes da Comissão desembarcaram no Ceará. Os científicos mostravam-se “cheios de entusiasmo com a ideia de que iam prestar um serviço

relevante ao seu País, almejavam com veras o momento de entrar em exercício, e confiavam (...) no zelo, na boa vontade, no amor pátrio de que se achavam animados.”³ Esperançosos estavam de encontrarem alguma coisa de essencial ao desenvolvimento do Brasil e revelarem um mundo de novidades no campo das Ciências naturais e da História. “Para o povo, a Comissão vinha em busca das minas, das jazidas inesgotáveis que nutriam a crença cearense e oferecia a todos uma expectativa de riqueza súbita e imprevista.”⁴

Seis meses após a chegada a Fortaleza, na segunda quinzena de agosto de 1859, a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense. Por conveniência de abastecimento, diversidade de estudos e afinidades pessoais dividiu-se a Comissão em três turmas. A primeira era composta das Seções Botânica e Zoológica e levava consigo o pintor José dos Reis Carvalho e seguiria pelas margens do Jaguaribe; a segunda, das Seções Geológica e Etnográfica, cujos chefes, Capanema e Gonçalves Dias, eram unidos por fortes laços de amizade e adentraram os sertões seguindo o caminho de Baturité e Quixeramobim; a terceira era formada, exclusivamente, pela Seção Astronômica e Geográfica que, para dar maior fluidez aos seus trabalhos, subdividir-se-ia em turmas de adjuntos, os quais seguiriam diversas direções. Antes de partirem, combinaram o reencontro no Crato.

Em menos de um ano de viagem pelo Ceará, os problemas apareceriam. Cortes financeiros e falta de esclarecimentos ao presidente da Comissão acerca da liberação dos recursos para a jornada acabaram levando à decisão de retornarem as Seções à Capital da Província, em março de 1860, um ano antes do que havia sido planejado pelos seus integrantes. Em Fortaleza, combinou-se um novo itinerário para cada Seção. Os problemas enfrentados pela Comissão extrapolavam os financeiros, decorriam também das condições climáticas, das precariedades do sertão, dos conflitos pessoais entre alguns de seus membros, dos mal entendidos com as autoridades e populações locais e de problemas de saúde enfrentados por quase todos os membros da Comissão, que chegaram a levar dois deles ao óbito. Diante das adversidades, foram refeitos os roteiros iniciais da viagem e os científicos retornaram aos trabalhos pelo interior da província, trabalhos esses que se sustentariam por mais um ano.

³ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 246.

⁴ *Ibidem*.

Em abril de 1861 reunir-se-iam novamente em Fortaleza os chefes de Seção e diagnosticaram que a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para serem chamados de volta à Corte. No dia 13 de julho de 1861, embarcaram rumo à capital do Império. (DIAS, 1862)

No Rio, os membros da Comissão assumiriam uma nova fase de seus estudos científicos: era necessário catalogar o material recolhido, estudá-los minuciosamente e principalmente, apresentar resultados concretos que justificassem a existência da Comissão e mostrassem a utilidade, já tão contestada por políticos e intelectuais do Império, dos trabalhos feitos no Ceará. No IHGB, os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos foram lidos nas sessões de 4 de outubro, 22 de novembro e 6 de dezembro, respectivamente. Gonçalves Dias e Gabaglia não apresentaram relatórios. O de Gabaglia, segundo Capanema nos seus "Apontamentos sobre as secas do Ceará" (CAPANEMA e GABAGLIA, 2006, p.167), foi escrito e estaria nas mãos de particulares; no entanto, nada sabemos sobre o relatório da Seção Astronômica e Geográfica. O relatório da Seção Etnográfica não foi escrito. Enfermo, Gonçalves Dias concluiu apenas a Parte Histórica e os Proêmios dos Trabalhos da Comissão Científica de Exploração – I – Introdução, publicados em 1862.

A existência da Comissão rendeu para o Museu do Rio de Janeiro mais de 14.000 amostras de plantas. A coleção Zoológica, também cedida para o Museu, era estimada em 17.000 exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves, a maior parte não figurava nos seus armários. Para o Museu foram encaminhados os instrumentos e materiais para uso na preparação de produtos, assim como os livros, mais de 2000 títulos que iriam constituir uma parte da Biblioteca do Museu, lá também foi depositada uma série de estampas de zoologia, etnologia e mineralogia.

Com o material trazido pela Comissão, o Museu Nacional organizou uma exposição em setembro de 1861. Foram disponibilizados, para visitação, produtos naturais e objetos relacionados aos usos e costumes da província do Ceará.

A Exposição da Indústria Cearense [como foi chamada] reuniu boa parte do material colhido pela Seção Zoológica, como pássaros, insetos e r pteis, sobretudo of dios e s urios em perfeito estado de conservação e grande número de espécies, que mesmo sendo exclusivas do Ceará não existiam até então no Museu Nacional. E além de "despertar a mera curiosidade e o interesse

científico” evidenciava a utilidade dos produtos, como, por exemplo, as 18 diferentes qualidades de mel de abelhas só do Ceará, com propriedades medicinais; as resinas, gomas, tintas, ceras, como as da carnaúba; variedades de produtos agrícolas como café, arroz, feijões (25 variedades), tabaco e milho; diferentes tipos de madeiras, para móveis e utensílios domésticos, como copos, tigelas, pratos, cuias; as roupas de couro, redes, crivos e rendas “tão bem acabadas e tão delicadas que rivalizavam com as de Flandres.” Os jornais da época elogiaram bastante a iniciativa de Ferreira Lagos e a disposição artística dos objetos. (LOPES, 1996, p.60)

A exposição possuía algumas finalidades: apresentar ao público leigo e especializado os animais, plantas e utensílios da cultura material cearense; os elementos naturais e culturais dessa terra que começavam a ser ordenados e inseridos na cultura da nação, mesmo que alguns deles na condição de pitorescos e exóticos, ou seja, assumindo um status estranho e inferior ao que era considerado civilizado. No contraponto, a exposição representava a oportunidade de revelar a riqueza de recursos que a natureza brasileira possuía, sendo, portanto, uma terra peculiar frente às nações europeias, com riquezas suficientes para ser autônoma e definir sua especificidade nacional, como também mostrava que as terras brasileiras eram um celeiro rico para os estudos científicos, mesmo que para todas essas identificações fosse seguido o modelo europeu. Despertar a curiosidade e o interesse científico era fundamental naquele contexto. O êxito dessa iniciativa fortaleceu a ideia da primeira Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Londres, em 1862, a primeira de que o Brasil participou oficialmente.

Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do material conseguido pelos naturalistas no Ceará. Gonçalves Dias vasculhou boa parte dos arquivos municipais por onde passou e obteve documentos e extratos de notícias acerca da História e Geografia do Ceará. O mesmo fizeram Lagos e Freire Alemão. Essa documentação foi entregue ao Instituto, assim como o material indígena, também coletado por Gonçalves Dias, e as estampas etnográficas, representando utensílios, ornatos, armas e outros artefatos indígenas.

Dentre os cientistas que participaram da Comissão Científica de Exploração um, em particular, destacava-se pela experiência e pelo largo respeito adquirido perante a

comunidade científica nacional. Tratava-se do Botânico e Médico Francisco Freire Alemão de Cysneiros⁵, que veio a ser chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão. A escolha de Freire Alemão para esses cargos representava um reconhecimento do governo imperial e da comunidade científica como um todo, representada pelo IHGB, ao largo e eficiente trabalho desenvolvido por ele na área das ciências no Brasil.

À frente da Seção Botânica, Alemão desenvolveu um extenso trabalho. Escrevia diariamente – ofícios, relatórios, notas, informações e um diário, estudava, coletava e catalogava plantas, fazendo observações botânicas e sociológicas.

O Diário de Viagem era o espaço onde registrava comentários, narrativas, observações e impressões relativas ao clima, relevo, hábitos alimentares, festas, topônimos, condições econômicas, disputas políticas, traçado urbano, aspectos da arquitetura, problemas internos da Comissão entre outros. Sem a preocupação de escrever para um público especializado, eram seus escritos particulares; portanto, podia redigir seus mais íntimos e inconfessáveis pensamentos e suas mais íntimas e inconfessáveis ideias. Ele anotou passo a passo sua viagem pelo Ceará, atentando para os mais variados aspectos da vida no sertão. Descreve o ambiente dos saraus, a graça e desenvoltura das moças, a presença cotidiana dos escravos, as conversas nas calçadas, o desembaraço das crianças, a sonoridade da fala popular, os préstimos dos anfitriões, os serviços prestados nos povoados e nas vilas, descrevendo com riqueza de detalhes as singularidades do viver cearense na segunda metade do século XIX.

Estudamos o Diário de Freire Alemão na perspectiva de problematizar, questionar as impressões do cientista frente ao sertão e ao sertanejo cearense, historicizando as observações, os comentários, as narrativas da viagem, relatos, principais assuntos, as relações com outros personagens ligados à Comissão, entre

⁵ Francisco Freire Alemão de Cysneiros nasceu em 1794 na Freguesia de Campo Grande. Filho de João Freire Alemão e Feliciano Angélica do Espírito Santo, aprendeu latim ainda no início da sua instrução, quando tornou-se sacristão. Doutorou-se em medicina pela faculdade de Paris, tornando-se posteriormente professor de Botânica e Zoologia da Faculdade do Rio de Janeiro. Após ser jubilado neste cargo, lecionou na Escola Central, a pedido do próprio Imperador, ocupação que exercia na ocasião de seu nomeio para presidente da Comissão Científica. Em 1866, já com mais de 70 anos e carreira consolidada, Freire Alemão foi nomeado diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Alemão esteve à frente do Museu até o ano de sua morte, 1874. Foi sócio da Academia de Medicina, do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Academia Filomática do Rio de Janeiro, dentre outras. Foi também sócio fundador e presidente da Sociedade Velloziana. Quando a botânica brasileira do século XIX é estudada, o nome de Francisco Freire Alemão aparece com imenso destaque.

outros aspectos, destacando também a importância do Diário no trabalho do Naturalista viajante.

As narrativas da viagem ao Ceará no Diário de Freire Alemão

Ao longo do século XIX, as viagens científicas ganharam forte especialização; conseqüentemente, isso se refletiu na literatura de viagem produzida pelos cientistas viajantes. Assim, as memórias, os relatos, os diários, as correspondências, as instruções de viagem e os relatórios científicos apresentavam algumas modificações e reafirmavam-se cada vez mais como elementos essenciais para o bom cumprimento da tarefa do naturalista viajante. Dentre as categorias que compõem a literatura de viagem, perpassando a crônica, a epístola, o romance, a poesia, o diário de viagem e o relato científico, acrescentado não raramente do correspondente iconográfico, merece destaque o Diário de viagem do naturalista. Nele, assuntos pessoais e profissionais aparecem associados, revelando aspectos da viagem científica que dificilmente figuram nos relatórios e nas comunicações oficiais. Longe de conterem apenas informações do plano pessoal, os diários compõem um importante material para a análise da História das Ciências. Quase sempre, as atividades profissionais aparecem conjuntamente com informações sobre a vida e o cotidiano de quem escreve.

No caso específico de um estudo sobre a Comissão Científica de Exploração, encontramos enquadrado nesse tipo de literatura de viagem o Diário de Francisco Freire Alemão, que torna possível o mapeamento da dinâmica do trabalho científico e o cotidiano das localidades que foram visitadas por esse cientista.

O cotidiano de Freire Alemão no Ceará era determinado por seus objetivos científicos. Não havia dia que não fizesse algum tipo de investigação. Durante seu tempo livre, principalmente à noite, depois das conversas com a população, anotava no Diário sua rotina, bem como suas impressões sobre o local, a população, as informações colhidas, entre outras. Além disso, preparava e empacotava as plantas coletadas e cuidava da correspondência oficial para o governo, tarefa que o cargo de presidente da Comissão exigia que fosse por ele executada. Conversador, por tudo se interessava. Anotava tudo. Nas suas indagações, valia-se tanto da gente mais abastada, quanto da gente do povo. As riquezas de detalhes presentes em suas anotações comprovam a observância sua

metódica e o compromisso que assumia na condição de homem de ciência, mas também demonstram o exímio observador e analista da sociedade que o circundava.

A intensa mobilidade da Seção Botânica é evidenciada no Diário. Sua dinâmica pelo interior do Ceará desenrola-se folha após folha. Suas páginas dão conta das inúmeras movimentações ocorridas no transcurso dos povoados e vilas. Ali também estão algumas transcrições de documentos históricos encontrados nas localidades, principalmente dos livros das câmaras. Transcreve documentos com os quais entrava em contato e que julgava importantes para a História do Ceará e para a narrativa da viagem, como jornais, revistas, livros e documentos oficiais. Procurava os documentos escritos para que pudessem servir de contrapeso num meio sociocultural preponderantemente iletrado e alicerçado na tradição oral. Por vezes, procura comparar dados coletados nos arquivos com o depoimento de alguma testemunha ocular do acontecimento que investigava.

Estando há pouco mais de seis meses no Ceará, Freire Alemão arrisca-se a fazer uma análise do povo cearense, classificando-o em duas categorias: a gente acaboclada, ou o povo, e a gente branca. Segundo ele, o povo cearense é primordialmente formado pela raça cabocla⁶: “Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequência também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceará é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano.” (ALEMÃO, 1961, p.210) Seu referencial teórico nessas observações é a hierarquia das raças, teoria recorrente no meio científico no qual atuava. Tais ideias tinham como ponto de partida a obra do naturalista alemão Carl Von Martius, sintetizadas no seu texto “Como se deve escrever a História do Brasil”. Essas eram também compartilhadas por Gonçalves Dias que, entre outras coisas, defendia que a decadência dos índios não era motivada, mas apenas acentuada pelo contato com os brancos. O poeta indianista, como pesquisador, não estava à frente das ideias do seu tempo, apesar do interesse que demonstrava pela população de índios, negros e sertanejos e seu lugar na formação do povo brasileiro.

Diante da presença dos cearenses, Alemão demonstra um sentimento de estranheza. Ele percebia muitas diferenças com relação à sociedade do Rio de Janeiro,

⁶ Conforme as definições mais tradicionais, o caboclo, ou mameluco, vem da miscigenação da raça branca com a indígena, com predominância dessa última.

marcada pela grande presença de negros e alguns brancos. Em suas observações sobre a gente do Ceará escreve:

Ainda não vi nesta gente urna mulher, nem um homem demasiadamente gordos. São todos mui inteligentes, desembaraçados, e falam bem (...) e com termos e frases, às vezes pitorescas; a sua pronuncia é antes descansada que apressada, correndo em umas e descansando em outras sílabas. Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes) fazem obras mui mimosas de rendas, de crivos, e de tecidos, etc. As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos). (ALEMÃO apud DANASCENO E CUNHA, 1961, p.210)

Suas impressões aparentam construir uma imagem naturalizada das classes populares. Como lembra Jacques Revel “a cultura das elites molda permanentemente a cultura popular ao que lhe convém.” (REVEL, 1990, p.47) Freire Alemão segue uma tradição já estabelecida na Europa, nas Américas e na Literatura de viagem, de considerar o homem como produto do meio – sua religião, linguagem, artefatos, festas, entre outros seriam como que produtos do solo e da paisagem.

Em seus escritos, Alemão destaca-se de seus companheiros da Comissão em um aspecto: ao falar das secas e dos invernos no Ceará. Enquanto os outros cientistas buscavam informações sobre as secas, Alemão procurava saber das cheias, dos tempos invernosos. Capanema, por exemplo, tratará sobre esse tema em seu Relatório apresentado ao IHGB e em vários artigos publicados a partir de 1862 como *As secas do Ceará, Apontamentos sobre a seca do Ceará e A seca no Norte*. Para o presidente da Comissão, as memórias das quadras invernosas eram mais frequentes nas conversas com os sertanejos, apesar dos desgastes e flagelos que as secas causavam, as cheias dos rios e até mesmo os prejuízos causados pela abundância das águas eram mais relatados pelo povo. Dedicou muitas passagens dos seus escritos para falar dos invernos e das chuvas. Em seu Relatório, define, resumidamente, o que era o inverno no Ceará:

O verdadeiro inverno, ou mais propriamente a estação das chuvas, começa em fins de janeiro ou princípios de fevereiro, sua força é de março a abril e acaba

em junho. Ele consiste em grossos chuveiros, quase diários, às vezes repetidos, mas deixando sempre parte do dia livre para o trabalho: raro é o dia ou noite de chuva constante no Ceará. (ALEMÃO, 1862, p.313)

E acrescenta, “Ao concurso destas circunstancias e à composição e configuração de seu solo deve a Província a sua fertilidade e a bela vegetação que a cobre, ainda que não com igualdade por toda ela.” (ALEMÃO, 1862, p.313) ‘Terra fértil e de bela vegetação’, esse reconhecimento de Alemão é intrigante, afinal contradiz o ideário de seca e miséria presente na imagem histórica que se tinha do Ceará de então. Entendemos que Alemão, além de descrever o que via, tinha todos os cuidados de apresentar uma realidade natural e cultural do Ceará com elogios e exaltações que justificassem a inserção dos elementos naturais, culturais e sociais da província na história valiosa, imponente, nobre e singular que estava sendo elaborada para o Brasil.

Quando chegou ao Ceará, em janeiro de 1859, iniciava-se na Província a quadra invernos, um dos motivos que impediram de imediato a viagem dos cientistas, ocasionando a permanência da Comissão por quase seis meses em Fortaleza, Segundo Gonçalves Dias,

As pessoas práticas do sertão, os vaqueanos como se diz na província, aconselhavam que se diferisse a jornada para mais tarde, (...) porque de maio em diante nos anos regulares é o tempo mais próprio de ali se empreenderem viagens demoradas pelo sertão. (DIAS, 1862, apud BRAGA, 2006, p.254)

Quase dois anos após a chegada ao Ceará, Alemão constata que o conselho que receberam de alguns cearenses em 1859 era mais que oportuno, viajando pelos arredores da vila de Canindé escreve em seu Diário:

Dizem os Cearenses q` é um prazer viajar no sertão pelo inverno; e eu acho q` é um verdadeiro inferno = são lamas, atoleiros, riachos e rios cheios = chuvas, trovoadas, moscas, mutucas, meruanhas mariposas, e não sei q`. mais = [...] Ate

de agoas se fica mais mal servido = o unico bem q` lhe vejo; é a verdura dos campos, e o leite. Se no verão as casas são porcas, no inverno porquissimas.⁷

Esses relatos nos colocam diante de algumas questões. Se por um lado o período das chuvas era motivo de alegrias e prazeres para o cearense, não deixava de ser também momento causador de infortúnios. Evidenciamos nas palavras do cientista como a relação que o próprio povo do sertão estabelecia com a natureza era conflituosa, experimentada de múltiplas maneiras, de acordo com as circunstâncias que se apresentavam. Para uns, o inverno dificultava as viagens; para outros, como diz Alemão, era um prazer viajar no sertão pelo inverno. As palavras do botânico enunciam mais duas coisas: a qualidade das águas das quais era servido e a falta de asseio que enxergava pelas fazendas do sertão.

Falar da água quando se está fazendo estudos científicos sobre os aspectos naturais do Ceará era mais que uma obrigação, era uma necessidade, afinal, esse era o bem mais precioso nessa terra, que sustentava as atividades agrícolas e pecuárias, ou seja, a economia da província. Portanto, nossos cientistas não se esquivariam de falar sobre a importância da água, da conservação e melhoramento de seus reservatórios naturais, das características dos rios e lagos, buscando meios para superar os problemas causados por sua escassez periódica. Mas para além desses interesses naturais e econômicos, os científicos não deixaram de anotar o aspecto da água que lhes era oferecida por onde passavam.

O Diário de Alemão é recheado de comentários acerca da qualidade da água que ele tinha que consumir, muitos foram os infortúnios, inclusive físicos (intestinais), que as águas barrentas, leitosas e turvas lhes causaram.

Tivemos agoa má, como temos tido desde q` entramos no sertão. É um martirio no Ceará, no verão, só os grandes rios dão boa agoa de cacimba, mas é necessário deixa-la d`um dia pa. outro; para se tornar limpa e fresca. Os cearences só apreciação da agoa a frescura; e bebem agoa barrenta, leitosa e

⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro. Parte transcrita do original – 176pp, folha 188, p. 92. Essa parte do Diário de Freire Alemão ainda não se encontra publicada e não passou por nenhuma edição, resolvemos referenciá-la sem nenhuma revisão da escrita.

sem repugnancia. Quando me davão uma agoa grossa branca toldada, e q` eu lhes dizia q` a não podia suportar, respondião: Pois é uma agoa bem fresca! Só nas serras, onde ha fontes perenes se pode achar fresca; mas sempre é bom deixada d`um dia pa. outro = O solo tem temperatura elevada, q` a comunica por toda a parte às agoas = Emfim estão tão acostumados a beber ma agoa; q` nem uma diligencia fazem pa. a melhorar. Durante as invernadas, bebem agoas turvas dos rios, e das enchurradas, deixando de aparar a agoa das chuvas, q`. cahem em abundancia, ha ate mesmo o preconceito de q` a agoa da chuva é nociva. A agoa das enchurradas turvas, arrentas, se tivessem vasilhas em q` as guardassem, se tornaria muito melhores mas qual; é o costume guardar agoa d`um dia pa. o outro. Agora no Sobral; quando nos tinhamos em casa excellente agoa apanhado de telhados, bebiamos nos melhores casas da cidade agoa tomada no rio. Em alguns lugares ate beber a agoa dos assudes, onde bebe o gado, se banhão, lavão roupa etc. etc. Não vi uma fonte de filtrar agoa no Ceará.⁸

Além de sintetizar o que achava das águas de beber no Ceará, Alemão nos informa sobre o tratamento que era dado a essa água e sobre a cultura material desenvolvida para armazená-la e tratá-la. Sua formação profissional e hábitos pessoais o levam a reprovar a falta de cuidados com a água de beber e a não entender porque não aproveitam a água da chuva. Para ele, esse pensamento era estranho, fruto das superstições e falta de instrução das gentes do sertão.

Quanto às secas, apesar de mais timidamente e menos frequente, Alemão lança também algumas conjecturas, cumprindo a responsabilidade e o papel científico que lhe cabia. Conforme suas análises,

Esta província, pela benignidade de seu clima, pela uberidade maravilhosa de seu solo, angustiado pela temperatura e umidade quase constantes, se não fôsse sujeita a êsse flagelo das sêcas, seria uma das mais preciosas do Brasil. É tradição que nos tempos antigos as sêcas não eram tão freqüentes e tão devastadoras. É portanto digno de ser averiguado. Em outros tempos havia

⁸ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro. Parte transcrita do original – 176pp, folha 192-193, p. 94.

menos povoação, havia proporção mais de pastos, em relação a criação, e por isso o mal não se fazia sentir com tanta fôrça. É conjectura minha. Também os invernos invariavelmente longos e abundantes são prejudiciais. (DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.254)

Alemão não responsabiliza o fenômeno natural das secas pelo atraso da província (e ele deixa claro que acredita nessa noção de atraso de que o Ceará era (é) portador), mas a falta de providências humanas práticas para diminuir o impacto que a falta das chuvas causavam. Mesmo com algumas ressalvas, talvez por não ser sua especialidade e responsabilidade, ele ensaia dicas de meios que possam atenuar o problema. Segundo sua visão,

Para remediar até certo ponto os efeitos da seca, era necessário fazer reservas tanto de águas (por meio de açudes) como de forragem, secando a erva e guardando-a em paióis, e em proporção conveniente, e como também de sementes alimentícias, como milho, arroz, feijão, e também farinha preparada, a não ser se poderem conservar os mandiocais. Tantos capitais que se aniquilam com uma seca bastavam talvez para preparar meios e os modos de se fazerem tais reservas. (DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.254)

Outro aspecto natural que mereceu muita atenção da Comissão Exploradora foi a vegetação do Ceará cujos estudos eram essenciais para que se somasse ao inventário das riquezas nacionais e colocados à disposição do engrandecimento da nação. A tarefa de classificação da flora brasileira era uma preocupação de longa data: todas as expedições estrangeiras que haviam passado por aqui dedicaram esforços nessa tarefa. À mesma época dos trabalhos da Comissão, estava sendo organizada por Von Martius a *Flora Brasilienses*, um trabalho que objetivava classificar as plantas existentes no Brasil, delimitando seus nomes científicos, características e possíveis usos medicinais e industriais. Os trabalhos dos cientistas brasileiros no Ceará deveriam dar à flora a devida importância.

Freire Alemão tinha ciência de que muito trabalho deixava por ser feito no Ceará, assim como reconhecia a importância de tais estudos e a necessidade de apoio para esses

empreendimentos. Mas muitos foram os infortúnios que enfrentou ao longo das viagens pelo interior cearense: o cotidiano era marcado por perigos, como a travessia de rios, a perda de equipamentos, tempestades, escassez de alimentos, tanto para os cavalos como para os naturalistas, falta de dinheiro, água de má qualidade, a perturbação dos insetos, que infernizavam as viagens, segundo ele um dos maiores tormentos encontrados no sertão.

As anotações de Freire Alemão não servem apenas como notícias dos infortúnios que sofria pela presença constante dos insetos, mas também como informação acerca das condições climáticas e produtivas dos lugares e das condições de asseio e higiene com que se deparava pelo interior. Natureza e cultura imbricadas a tal ponto de não podermos identificar qual das duas determinava as características das outras.

De acordo com o presidente da Comissão, a natureza cearense tinha muito a oferecer científica e economicamente; em muitos casos, era a forma como o povo aproveitava seus recursos naturais que precisava ser transformada. O uso prático e cultural que o povo fazia da natureza era ignorado, menosprezado, mas também elogiado, a atenção e interpretação que daria dependia de como esse uso estava ou não alinhado com os objetivos da expedição, para quem a relação com a natureza deveria ser sempre oportunizadora de ganhos materiais e/ou científicos, para tanto os habitantes da região precisavam ser direcionados a partir dos conhecimentos dos porta-vozes da Ciência, a detentora dos meios civilizados para a dominação da natureza a serviço do homem. Essa ciência brasileira enfrentava o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza que servisse para incrementar o controle do Estado e a utilização que se faria dela.

Freire Alemão assumiu a postura de naturalista viajante, que vivenciava as experiências, nas terras cearenses, com intensidade e compromisso profissional. Em concordância com Mauad,

Para o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ter estado presente, ter sido a testemunha ocular de um evento ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor de incontestável. O ideal de uma mente livre isenta de preconceitos escondia diferentes chaves de leitura para uma mesma realidade. Esta seria composta, em primeiro lugar, por uma paisagem plena de atributos

de oposição ao lugar de origem dos viajantes e, em segundo, por interesses próprios aos objetivos de cada viagem. (MAUAD, 2004, p.2)

O olhar desse naturalista sob o Ceará estava marcado pelos ideais de conformação do Brasil na lógica da cultura ocidental, elaborados pelos agentes culturais da época em sintonia com o projeto do Estado imperial. "O ideal de cultura que os cercava valorizava a imagem de uma natureza de riqueza exuberante, de costumes bizarros, de heterogeneidade, de mistério e distância a nós atribuída pelo outro que nos fixa a vista a partir da perspectiva iluminista." (MAUAD, 2004, p.2 Muitas outras temáticas e questões sobre o Ceará e sobre a atuação da Comissão são abordadas por Freire Alemão no Diário. Este estudo consiste em apenas um apanhado geral dos assuntos abordados pelo botânico em suas anotações pessoais.

Em concordância com Rios, "A vinda da Comissão Científica decretava a definitiva integração da província do Ceará ao projeto de constituição da História da nação brasileira." (RIOS, 2006, p.11) Afinal, o Ceará, entre outras províncias do norte, fazia parte do Império desconhecido. A corte foi ao interior. O Brasil "civilizado" descobriu e ajudou a construir o Brasil "pitoresco."

Referências bibliográficas

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato - Rio de Janeiro, 1859 / 1860 – volume II** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro.** Parte transcrita do original – 176pp.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).

CALLARI, Cláudia Regina. **Os institutos históricos**: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 59-83.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte**. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema**. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 153-323.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **Um sábio cientista visita o sertão**: o Ceará e a Comissão Científica de Exploração no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861). Fortaleza, 2009. Monografia de Graduação em História.

DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961.

DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio; Parte Histórica**. In: Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **As ciências naturais e a construção da nação brasileira**. Revista de História. São Paulo, n.135, dez.1996. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00348309199600200004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 12 jan. 2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

KURY, Lorelai. **A Comissão Científica de Exploração (1859-1861)**. A Ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Accsses, 2001b, p. 55-76.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 3, n. 1, 1996.

_____. **O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 77-96.

MARTIUS, Carl F. P. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 24, jan. 1845.

MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens:** modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Revista Studium, nº15, 2004. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>> Acesso em 12/12/2010.

PINHEIRO, Rachel. **As Histórias da Comissão Científica de Exploração** (1856) nas cartas de Guilherme Schuch Capanema. Campinas / SP, [s. n.], 2002. Dissertação. (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.19, 1856, p.10-12 / 114-116 (suplemento).

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.24, 1861.

REVEL, Jacques. **Duas variações acerca do popular.** In: A invenção da sociedade. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação:** A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Ceará, 2006. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2)

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Nota Explicativa.** In: ALEMÃO, F. F. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.9-39. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3)

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: companhia das letras, 1996.

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tip. Universal Laemmert, 1862.

As práticas científicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII:

Trajetórias individuais e redes de sociabilidade na historiografia

Jean Luiz Neves Abreu**

As trajetórias de vida têm oferecido um campo rico de análise para a historiografia das ciências, em particular no que se refere à biografia intelectual. Este trabalho busca abordar em que medida a análise biográfica pode contribuir para a compreensão das práticas científicas no século XVIII no contexto luso-brasileiro, situando as trajetórias de homens de ciência que atuaram naquele contexto.

Antes de iniciar a análise em relação ao contexto específico do século XVIII luso-brasileiro, cabe situar algumas perspectivas da historiografia das ciências acerca da biografia e de que maneira os estudos historiográficos podem trazer contribuições ao exame de casos específicos.

Desde os anos 1970, “os estudos sociais” das ciências buscam romper com a perspectiva laudatória das biografias dos grandes personagens e mitos da ciência herdada da historiografia do século XIX. Conforme observa Silvia Figueirôa, a perspectiva aberta por esses estudos permite, dentre outros aspectos, compreender a ciência como parte da cultura, mantendo “relações estreitas de interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural”. (FIGUEIRÔA, 2001, p.243)

Raquel Peláez, ao dar seu testemunho sobre as razões que a levaram escolher a biografia de Francis Galton para o estudo da eugenia, considera o recurso às narrativas biográficas como um meio útil para compreender melhor a temática em estudo, o

** Jean Luiz Neves Abreu, Doutor, Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Este texto é produto de dois projetos em andamento: “Divulgação de saberes e práticas científicas na América Portuguesa- século XVIII”, (financiado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP- UFU) e “Religião, Natureza e Costumes: gestos, saberes e discursos na América portuguesa (século XVIII), na qual atuo como colaborador, (financiado pelo CNPq).

entrelaçamento das atividades científicas com os condicionantes sociopolíticos do lugar em que se desenvolve a ciência; as relações entre ciência, atividade profissional e sociedade. Para a autora, observando o princípio metodológico de que os aspectos a serem objetos da biografia dependem das escolhas do pesquisador, o importante na biografia de um cientista é compreender o máximo de aspectos de sua vida e atividades. (PELÁEZ, 2005, p.67-74)

As observações dessa autora podem ser aproximadas da perspectiva já defendida por Everett Mendelsohn, para quem os cientistas devem ser vistos como fruto de um processo histórico e, dessa forma, enquanto atores que tiveram vidas não somente na ciência, mas nas sociedades mais amplas das quais eles eram membros. (MENDELSON; WEINGART e WHITLEY, 1977) Em texto no qual faz um balanço dessa e outras questões ligadas à biografia e seus usos na história das ciências, Silvia Figueirôa corrobora a posição de Michel Letté de que o cientista se insere em uma rede de relações e concentra as características e interrogações de uma comunidade. Neste sentido, a autora considera a relevância dos estudos prosopográficos, metodologia que oferece a possibilidade de abordar a ciência e os cientistas enquanto resultantes das relações que mantêm com seu grupo e com a sociedade. (FIGUEIRÔA, 2007)

Embora as posições aqui arroladas não possam ser tomadas enquanto uma síntese das questões metodológicas e epistemológicas acerca da biografia na historiografia das ciências, o significado desses estudos para nossa análise é evidenciar a ampliação do enfoque sobre o cientista para além de suas atividades profissionais, detendo-se sobre outros aspectos, como a história pessoal e, sobretudo, as relações que o indivíduo estabelecem com a sociedade e o contexto. Dessa maneira, uma das contribuições da recente historiografia tem sido a de analisar as redes de sociabilidade para a compreensão dos papéis desempenhados pelos homens de ciência na sociedade, nas arenas epistêmicas e transepistêmicas.

Como pensar essas questões para o século XVIII luso-brasileiro; de que maneira, o exame da trajetória individual contribui para a compreensão das práticas científicas nesse contexto? Um breve olhar sobre determinadas trajetórias pode fornecer subsídios para dar conta desse questionamento.

Um dos casos que merecem análise é a do médico Antônio Ribeiro Sanches. Tal escolha se deve ao fato de Sanches ser considerado pela historiografia como um letrado

importante para compreender a renovação das ciências em Portugal. Além disso, sua história de vida permite indicar certos aspectos que a recente historiografia das ciências vem buscando mapear.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches nasceu em 1699 e deixou Coimbra na sua juventude, em 1719, formando-se em medicina na Universidade de Salamanca. Sentia-se então oprimido pelo ambiente intelectual dominado pelos jesuítas e pela sua origem judaica. Denunciado por um primo de ser praticante de ritos judaicos, Ribeiro Sanches deixou de vez Portugal em 1726, temeroso em relação à Inquisição que perseguia sua família. Com o intuito de aprofundar seus estudos, esteve em vários países, como Londres e França. Em 1730, foi para a Universidade de Leiden, na Holanda, onde se estabeleceu por alguns anos e manteve contato com o renomado médico Boerhaave, seu principal preceptor. A partir da indicação de Boerhaave, dirigiu-se para a Rússia, onde exerceu atividade médica durante vários anos, retornando a Paris em 1747.

Em contato com a ciência praticada no restante da Europa e crítico da situação em que se encontrava o saber científico em Portugal, Ribeiro Sanches foi um apologista da difusão da ciência moderna no Reino em substituição à orientação escolástica até então vigente no ensino. Além de escrever várias obras dedicadas à matéria médica, como o *Método para aprender e estudar a medicina*, Sanches foi autor de obras onde expressava suas preocupações pedagógicas e políticas. Em *Cartas sobre a educação da mocidade*, publicada em Paris, em 1760, e enviada ao Diretor Geral de Estudos, o Principal Almeida, Ribeiro Sanches expunha a debilidade da educação em Portugal; em particular, o estado em que se encontrava a medicina. Observava que o sistema pedagógico não era “suficiente para educar os súditos de que tem necessidade o Reino, porque nestas quatro faculdades não entra a ciência natural”. (SANCHES, 1922, p159) Nesse caso, o médico tinha os jesuítas como principais destinatários de suas censuras. Não é um mero acaso que suas propostas pedagógicas vieram a público um ano após a expulsão da ordem da Companhia de Jesus, em 1759, acreditando o autor ser aquele um momento propício para divulgar novas idéias.(CARVALHO, 1987, p.438)

Ribeiro Sanches foi autor de vários textos onde propunha mudanças vistas como necessárias à renovação científica em terras lusitanas. No *Tratado da conservação e saúde dos povos*, impresso em Paris em 1756 e em Lisboa em 1757, dizia que tinha o desejo de ser útil à terra onde nasceu. Embora nunca tenha retornado a Portugal, ele é reconhecido

pela historiografia portuguesa como um dos precursores do Reformismo Ilustrado, pela influência de suas concepções na renovação do conhecimento científico e na reforma da Universidade de Coimbra. (ARAÚJO, 1984, p. 377-395)

O caso de Ribeiro Sanches pode ser visto como exemplar das vicissitudes enfrentadas por um homem de ciência no século XVIII luso-brasileiro, demonstrando as influências do contexto em sua trajetória e como a divulgação de suas ideias dependia de vários fatores, como a conjuntura política e a religião. Um pesquisador que desejasse realizar uma biografia de Sanches teria, entre outros obstáculos, a dificuldade de isolar o Ribeiro Sanches médico, das outras faces que o letrado assumiu. Teria de observar em que sentido, por exemplo, suas críticas ao Estado estavam ligadas ao fato de ele ser cristão novo. Sua atuação dependia, ainda, das relações pessoais que mantinha com autoridades estatais e das redes que estabeleceu com outros letrados, políticos e homens de ciência.

Ao se observar os elementos que contribuíram para o médico difundir suas ideias no Reino, o pesquisador se vê diante de um cenário mais amplo na qual o indivíduo se movimenta. A atuação de Ribeiro Sanches tem sido analisada como parte de um movimento de renovação cultural protagonizada pelos “estrangeirados” em Portugal. Esse termo foi usado para designar aqueles que, por ascendência ou por circunstâncias diversas, tomaram contato, mesmo sem sair de Portugal, com as descobertas científicas em outros centros da Europa e que estão associados com a problemática da Ilustração, a exemplo de Luís Antônio Verney, Jacob de Castro Sarmiento, dentre outros.

A questão dos “estrangeirados” tem sido objeto de controvérsias em razão das dificuldades de se estabelecerem elementos capazes de definir as características que unem os componentes desse grupo. Em artigo onde discute essa questão, Tiago Reis Miranda comenta o pouco rigor metodológico, a falta de pesquisas biográfica e a dificuldade de se estabelecer uma unidade no âmbito dos ideários desse grupo como fatores que dificultam o uso do conceito. Para o autor, os critérios utilizados para definir “o conjunto de indivíduos que ora se analisa nem sempre são claros, variando entre o político, o sócio-econômico e o cultural”. (MIRANDA, 1991, p.48)

Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões atentam também para os limites impostos pelo conceito. Para as autoras, os “estrangeirados” não podem ser definidos por categorias previamente definidas para a história política, econômica e social. Em contrapartida, defendem que a noção de rede científica permite traçar as afinidades

existentes entre um conjunto de indivíduos relacionados entre si e que, mesmo informalmente, partilham um “tema comum”. Dessa forma, o “estrangeirado” é visto como “um segmento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e intelectual e epistemológico”.(CARNEIRO, SIMÕES e DIOGO, 2000, p.74) Esse viés de análise privilegia os canais de circulação do conhecimento por intermédio dos quais esses indivíduos se inseriam na sociedade portuguesa.

Metodologicamente, essa perspectiva permite contornar certos obstáculos relativos aos critérios empregados para o estudo da questão. No lugar de tratar das concepções de determinados indivíduos tomados isoladamente e depois agrupá-los segundo características aleatórias, a investigação das redes possibilita reconstituir os vínculos formais e informais nas quais esses letrados se envolvem. De outra forma, tal abordagem contribui para um melhor entendimento das articulações entre os elementos específicos de formação e trajetória individuais e as dimensões coletivas das práticas científicas.

O caso de Ribeiro Sanches, aqui tomado como exemplo, demonstra a pertinência desse percurso analítico. Mesmo longe de Portugal, ele mantinha contato com homens ilustres e influentes, como D. Luís da Cunha, embaixador em Haia na época, que havia solicitado ao médico, em 1730, um plano de estudos para ser introduzido na Universidade de Coimbra. Os laços com o embaixador permitiram a Sanches um intercâmbio regular com os elementos próximos da corte de Lisboa e tornando possível divulgar em Portugal suas propostas de reformas. Após 1746, ele trocou várias correspondências com outro “estrangeirado” – o clérigo Luís Antônio Verney, autor do *Verdadeiro método de estudar* (1746) – com o qual travou várias polêmicas. Com o médico Jacob de Castro Sarmiento, tradutor do *Novo Organon*, manteve igualmente amplo diálogo epistolar, tendo por objeto a troca de ideias sobre o progresso das ciências e as atividades da Sociedade Real de Londres e da Academia Real de Paris. (ARAÚJO, 1994)

Por um lado, esses dados permitem mostrar como a biografia intelectual de Ribeiro Sanches pode fornecer caminhos para se compreender os processos e canais de divulgação da ciência moderna em Portugal a partir de suas articulações formais e informais nos circuitos da produção do conhecimento científico, os quais nem sempre se dão no âmbito das arenas epistemológicas. Por outro lado, a trajetória desse autor se conecta à de outros homens e, como já foi dito, com a própria sociedade onde atuou.

Tais elementos têm sido utilizados por alguns trabalhos associados à temática da Ilustração em Portugal e na América Portuguesa, os quais se voltam para as formas pelas quais os homens de ciência mobilizam estratégias individuais e coletivas para se inserirem na sociedade. Em artigo no qual aborda a apropriação do Iluminismo pelos letrados no Brasil nas últimas décadas do século XVIII, Lorelai Kury traz alguns exemplos de como alguns homens de ciência se apropriaram e manipularam os conceitos das Luzes em voga, enfatizando as conexões que os letrados luso-brasileiros constituíram com os circuitos do conhecimento europeu. Exemplo disso é José Bonifácio. Após passar pela Universidade de Coimbra foi enviado pelo naturalista Vandelli, na década de 1790, para viagem de estudos em países europeus, tornando-se conhecido na França como d'Andrada, onde participou de sociedades científicas, a exemplo da Société d'Histoire Naturelle de Paris. A autora procura fornecer outros exemplos que comprovam a inserção de alguns indivíduos no cosmopolitismo das Luzes e como, do ponto de vista das ideias, não houve simples reprodução das teorias científicas, na medida em suas concepções estavam atreladas à realidade colonial.(KURY, 2004)

Outra dimensão dos trabalhos relativos às práticas científicas no mundo luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII é aquela que enfatiza a necessidade de reconstituir os laços entre os letrados e o Estado. A esse respeito, Ronald Raminelli observou como a recente historiografia deu um salto qualitativo ao vincular a produção do conhecimento às tramas do poder. Recorrendo à noção de "sistema de patronagem" de Emma Spary, o autor deslinda como o fazer científico dependia do financiamento estatal no império luso.   com base em tais pressupostos que o autor se debruça sobre algumas trajetórias de naturalistas que atuaram nos domínios ultramarinos.(RAMINELLI, 2008)

Alguns casos particulares demonstram a pertinência das análises do autor. Em trabalho sobre Baltazar da Silva Lisboa, o "juiz naturalista", Raminelli reconstitui a formação desse letrado na Universidade de Coimbra. Após frequentar o curso jurídico e estudar história natural e química, Silva Lisboa foi enviado para a América Portuguesa para promover a história natural. Ao atuar como Juiz de Fora no Rio de Janeiro envolveu-se em disputas locais, razão pela qual foi expulso da capitania em 1796, sendo nomeado como ouvidor para a comarca de Ilhéus, na Bahia. Em 1801, sob proteção de D. Rodrigo de Souza Coutinho, tornou-se Juiz Conservador das Matas e acumulou serviços e honras graças aos

seus conhecimentos e serviços de naturalista. Seguindo o exemplo de outros letrados, Silva Lisboa se inseria no “sistema de patronagem” colocando seus conhecimentos sobre a natureza à disposição do Governo Português e, em contrapartida, conquistando lugares na administração, honras e títulos.(RAMINELLI, 2006)

O exame desse caso ganha relevância na percepção de elementos singulares que construíram o Império Português na época moderna. O texto sobre Baltazar de Silva Lisboa se encontra, justamente, em uma obra coletiva, onde a redução de escala e os enredos individuais servem de referência para o estudo de temas vistos até então pelo viés de uma historiografia que privilegia os grupos sociais em detrimento do indivíduo. (VAINFAS, 2006)

Um ponto a ser mais explorado em relação às trajetórias dos homens de ciência no contexto luso-brasileiro são as intencionalidades que marcam a produção do conhecimento. Em um ambiente em que adquirir reconhecimento por parte do Estado dependia das estratégias individuais, cabe considerar que a produção do conhecimento e sua validação estavam associadas à capacidade de naturalistas, médicos, cartógrafos, entre outros profissionais, convencerem sobre o valor de sua obra e suas descobertas e adquirirem notoriedade.

Cito, como exemplo, o caso do médico José Pinto de Azeredo que, nascido no Brasil, ele estudou medicina em Edimburgo entre 1786 e 1788, com passagem em Leiden (1788), onde defendeu trabalhos importantes. Em 1789, foi autorizado a exercer medicina em Portugal e nos domínios ultramarinos e nomeado por D. Maria I como físico-mor de Luanda (Angola) com as obrigações de “curar, além do Corpo Militar daquele Reino, os doentes de Hospital da dita Cidade”.¹ Em meados do mesmo ano, Azeredo regressou ao Brasil onde iniciou a prática de medicina e atividades clínicas no Rio de Janeiro, Pernambuco e na Bahia. Do Brasil retornou para Angola, com chegada provável a Luanda em Setembro de 1790, onde exerceu prática clínica no Hospital Real, lecionando “aula de medicina” a partir do ano seguinte. Azeredo voltaria para Lisboa em 1797, onde viveu até sua morte, em 1810.²

¹ Patente de S. Mag.de em que faz Mr.ce ao Doutor José Pinto de Azeredo de Físico Mor deste Reino de Angola – Reproduzida em *Arquivos de Angola*, v. IV, n. 41 a 48, p. 149-50, Luanda, 1938. A ortografia foi atualizada na citação.

² Para essas notas biográficas sobre José Pinto de Azeredo consultar: PINTO, Manuel Serrano *et al.* O médico

Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1840, o também médico Emílio Joaquim da Silva Maia, tratava de destacar as contribuições de Azeredo à medicina brasileira e seus títulos honoríficos, como “Cavaleiro da Ordem de Cristo”, Doutor em medicina pela Escola de Edimburgo, “membro da sociedade Harveiana da mesma cidade, sócio da Academia das ciências de Lisboa, e médico da Câmara da Sra. D. Maria Primeira”. (MAIA, 1840)

Não obstante siga a tradição dos estudos laudatórios da historiografia do século XIX, o texto de Silva Maia permite observar como Azeredo construiu sua trajetória, inserindo-se em instituições que garantiam reconhecimento entre seus pares e, ao mesmo tempo, portando títulos e funções importantes no Império Português. Uma leitura mais detida das obras de Azeredo possibilita observar como a posição que ocupou se insere na lógica das mercês. No manuscrito **Oração de sapiência**, Azeredo rendia homenagens à Rainha, afirmando ocupar o “lugar de um vassalo agradecido, sendo ao menos por esta causa digno de benévola atenção”.(AZEREDO,1791, f103)

Foi igualmente como fiel vassalo que, anos depois, publicou **Ensaio sobre algumas enfermidades d’Angola dedicados ao sereníssimo senhor D. João Príncipe do Brasil**, em cuja dedicatória afirma ser a obra animada pela proteção de D. João, enaltecido como mecenas e protetor das ciências. (AZEREDO, 1799) Em consideração aos serviços prestados em Angola, José Pinto de Azeredo foi nomeado médico da Real Câmara obtendo o prestígio almejado e tornando-se um profissional renomado em Portugal. Além disso, como já foi mencionado, tornou-se Cavaleiro da Ordem de Cristo e fez parte do círculo de letrados da Academia das Ciências de Lisboa.

Tendo em vista os casos aqui abordados, volto a propor que o significado das experiências individuais está atrelado às redes de conhecimento e sociabilidades. Em outras palavras: no tocante às práticas científicas, a importância de um indivíduo não pode ser dissociada das redes e dos quadros institucionais nos quais está inserido. Dessa forma, é importante mencionar também os estudos voltados para as academias científicas como forma de institucionalização do saber e de atuação dos letrados. As academias, no contexto luso-americano, tornaram-se, ao longo do setecentos, relevantes espaços de organização do conhecimento e de sociabilidade, o que é válido não somente para as

brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 617-673, Dez. 2005, p.620.

ciências naturais, como para a própria prática historiográfica, como bem demonstrou Iris Kantor. (KANTOR, 2004)

Atento a essa dimensão, Oswaldo Munteal filho analisou o papel desempenhado pela Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) como lugar de “articulação entre os projetos do Estado Português e a atmosfera intelectual do reformismo ilustrado de cariz pragmático”. O autor nota que a Academia possibilitou o encontro de vários homens preparados em Coimbra em acordo com os métodos científicos da ciência moderna. Estes métodos eram direcionados principalmente para o estudo e apropriação da natureza do Império Ultramarino, constituindo um “campo de identificação de práticas discursivas de intelectuais letrados”. (MUNTEAL FILHO, 2001)

Outro estudo sobre o papel das agremiações científicas é o de Vera Regina Beltrão Marques a respeito da Academia Científica do Rio de Janeiro. Criada sob os auspícios do vice-rei, marquês do Lavradio, a Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro (1772) estava ligada à Academia Real das Ciências da Suécia e seus membros se empenharam na atualização dos conhecimentos científicos na América Portuguesa, principalmente no tocante ao estudo da natureza brasileira.

A autora aponta a importância do envolvimento dos associados com outros letrados em Portugal, como indicam as correspondências trocadas entre Antônio Ribeiro Sanches e demais membros da Academia, como José Henriques Ferreira, médico do vice-rei Marquês do Lavradio; e com o médico Manuel Henriques de Paiva, dentre outros acadêmicos. Para Vera Beltrão Marques, as ligações entre esses homens de ciência e a Academia de Ciências da Suécia, garantiram vínculos e debates que extrapolaram o domínio metropolitano. Além disso, seu estudo mostra que, mesmo após o fim da Academia em 1779, muitos de seus membros continuaram sua trajetória científica. Destaca, nesse sentido, a figura de Manuel Henriques de Paiva, que em Lisboa se tornou médico e professor, além de sócio da Academia das Ciências de Lisboa, dentre outras funções honoríficas e de destaque, como o fato de ser médico da Real Câmara. (MARQUES, 2005)

Essa abordagem demonstra que a historiografia sobre as práticas científicas não pode deixar de estabelecer os pontos de intercessão entre a biografia individual e coletiva. Como já comentado no início deste trabalho, pesquisas centradas na história das ideias se voltam para as biografias de determinados homens de ciência, revelando a dimensão singular e, ao mesmo tempo, coletiva de suas práticas, indissociáveis de uma abordagem

do contexto e das formas de sociabilidade. Para o século XVIII luso-brasileiro, pode-se dizer que, se, por um lado, as histórias de vida revelam distinções das trajetórias dos “cientistas”; por outro, esses só se projetam quando conseguem se inserir em instituições que os projetam na esfera da ciência. Como lembra Silvia Figueirôa para outro contexto é “na interação inextricável, porém singular, entre indivíduo e contexto, ideias e ‘ambiente’, que o conhecimento é produzido”.(FIGUEIROA, 2005, p.53)

Acredita-se que é no cruzamento dos destinos individuais, nas conexões entre o pensamento individual e o “coletivo de pensamento”, voltado para a estrutura social das práticas científicas “que abarca a divisão de trabalho, colaboração, trabalho de preparação, ajuda técnica, intercâmbio recíproco das idéias, polêmica, etc” (FLECK, 1985) que se pode buscar uma chave interpretativa para a biografia e seus usos na historiografia das ciências

O presente trabalho mais do que propor conclusões para os usos da biografia na historiografia das ciências procurou trazer à tona algumas questões que, a nosso ver, se mostram frutíferas e suscitam problemas ainda a serem investigados.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches. **Revista de História das ideias**, Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, p. 377-395, 1984.

CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana. DIOGO; Maria Paula, Enlightenment Science in Portugal: The estrangeirados and their communication networks. **Social Studies of Science**, 30, 4, p. 591-619, 2000.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça . A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v.4, n.3, p.1-14, jul./ago/set. 2007.

_____. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). **Varia História**, Belo Horizonte-MG, v. 21, n. 34, p. 437-455, 2005.

_____. Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência e Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001, p.235-246.

FLECK, Ludwik. **La gênesis y el desarrollo de um hecho científico**: introducción a la teoria del estilo de pensamiento y del coletivo de pensamiento. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo-Salvador: Editora Hucitec, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KURY, Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informação (1780-1810), **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v.11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: A Academia Científica do Rio de Janeiro. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

MENDELSON, Everett. The social construction of scientific knowledge. In: MENDELSON, Everett.; WEINGART, Peter.; WHITLEY, Richard. (Eds.). **The social production of scientific knowledge**. Dordrecht: D. Reidel Publ. Co., 1977.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis "Estrangeirados": A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, n.123-124, pp. 35-70, 1991.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais

e as novas abordagens do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 483-518.

PELÁEZ, Raquel Álvarez. Biografías, **Asclepio. Revista de Historia da medicina y de la ciência**, Madri, v.57, n.1, p.67-74, 2005.

RAMINELLI, Ronald . Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. 1 ed. Niterói: EdUFF, 2006, p. 279-296.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade** [1760]. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922.

_____. **Tratado da conservação da saúde dos povos**. Lisboa: Officina Joseph Filipe, 1757.

VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. 1 ed. Niterói: EdUFF, 2006.

Arquivos de cientistas como fontes para a história das ciências

Maria Teresa Villela Bandeira de Mello*

O objetivo do trabalho é discutir as relações entre arquivos pessoais de cientistas, suas trajetórias profissionais e a história da ciência. A perspectiva é de que esses acervos permitem estudar não apenas a contribuição do cientista na produção de conhecimento, mas também o ambiente familiar, intelectual e social no qual ele desenvolve seu trabalho. Além disso, pretende contribuir para os debates recentes que buscam estabelecer uma “reflexão crítica com relação aos arquivos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”. (HEYMANN, 2009, p.1)

Para tal, tomamos como objeto de análise o arquivo de Rostan Soares (1914-1996), médico sanitário e pesquisador com larga experiência na área de estudos voltados ao combate de doenças tropicais, em especial a malária e a esquistossomose. Rostan ocupou inúmeros cargos e funções em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, entre as quais o Serviço Nacional de Febre Amarela, o Serviço Nacional de Malária, o Instituto de Malariologia e o Instituto Oswaldo Cruz.

Localizado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, o arquivo abrange o período 1904-1991 e contém um rico e volumoso conjunto documental que informa sobre a trajetória profissional do titular e sua atuação em instituições centrais no processo de formulação e implementação de políticas de saúde pública e suas relações com a ciência na segunda metade do século XX, no Brasil.

Nosso intuito é tomar o acervo de Rostan Soares como um exemplo de arquivo oriundo das práticas científicas que permite analisar, através de seus registros

* Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, Doutora, Professora visitante do Programa de História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

documentais, uma dupla dimensão da institucionalização do saber e constituição da memória. Por um lado, este acervo testemunha aspectos importantes do universo de produção do conhecimento científico; por outro, espelha a atuação do poder público no combate às endemias rurais no Brasil do século XX.

Os arquivos pessoais como fontes para a História

Ao longo da História, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. A razão pela qual eles puderam servir a tantas finalidades é que os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único. Gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam. Em função dessa relação, os registros documentais sempre foram vistos como dignos de confiança e preservados de acordo com procedimentos administrativos claramente estabelecidos e compreendidos.

No que diz respeito – especificamente – aos arquivos pessoais, Castro Gomes aponta que a descoberta dos arquivos privados pelos historiadores é razoavelmente recente; em geral, esteve associada à renovação teórica do campo historiográfico, do qual emergiram novos objetos e fontes para a pesquisa, além de novas metodologias. A autora ressalta a enorme importância que a história cultural teve neste movimento de renovação do fazer histórico que, igualmente fruto das novas abordagens teórico-metodológicas, colocou o indivíduo no centro de sua reflexão e promoveu um fecundo diálogo com outras áreas de conhecimento.(GOMES, 1998)

E ainda, se esta nova história transgredira os limites entre as disciplinas, tornara o social em todas as suas dimensões seu objeto e ampliara o conceito de documento histórico, o que estaria diretamente relacionado a esta “*revalorização do indivíduo na história*”, outras questões colocam-se no trato das fontes oriundas dos acervos privados. Justamente por retratar o indivíduo em sua dimensão privada e íntima, há o risco de o historiador deixar-se seduzir pela ‘ilusão da verdade.’ Se a proximidade com o ‘real’ trazida pelos documentos pessoais pode induzir o historiador a considerá-los como testemunho da verdade, a autora rebate, considerando que:

É sob essa ótica que a ‘espontaneidade’, a ‘autenticidade’ e a «verdade» dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros. (GOMES, 1988, p. 125-6)

Aprofundando essa linha de reflexão, Heymann mergulha no universo dos arquivos privados pessoais partindo de uma constatação com relação à ‘aura’ dos documentos de arquivo: “[...] é quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até invisíveis da história e do mundo social.” (HEYMANN, 1997)

Esta sensação parece fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar, exatamente, na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos, cuja memória, imaginamos, fica

acessível aos que examinam sua 'papelada', vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

Entretanto, a autora, chama a atenção para o fato de ser necessário problematizar essa associação, relativizando a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. Heymann propõe uma 'desconstrução' da representação dos arquivos privados pessoais por meio do acompanhamento do processo sociológico de constituição destes arquivos, buscando destacar "(...) o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos." (HEYMANN, 1997, p. 42)

A partir destas reflexões, gostaríamos de levantar alguns pontos essenciais para a caracterização dos arquivos pessoais que fundamentam o exercício de nossa análise sobre o arquivo Rostan Soares.

Em primeiro lugar, destacamos a importância da ênfase na questão da 'acumulação' para uma melhor compreensão do universo dos arquivos pessoais. Conforme se depreende da definição de arquivo privado¹, sua unidade é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos pessoais cabe, em princípio, a uma pessoa física – o titular do arquivo – escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados.

É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades, e suas relações vão determinar e informar o que é produzido, recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira. A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu, necessariamente, todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental. (HEYMANN, 1997, p.42-3)

¹ Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação. Cf. BELLOTTO, 2004, p. 253.

Assim, o que importa não é a produção de documentos, mas antes a acumulação que deu origem ao conjunto. É esta característica do conjunto documental que também nos permite compreendê-lo como expressão de uma 'lógica' particular, que orienta o que é retido/guardado e a forma como se apresenta o conjunto gerado. Vianna et alii (VIANA, LISSOVSKI e SÁ, 1986) destacam a importância de se atentar à ordem que foi conferida pelo titular ao seu arquivo, apontando para uma relação em que os documentos estariam como que orbitando em torno de seu centro de gravidade, que é quem os acumulou. Segundo esses autores, o '*modo de acumular*' esses documentos é que lhes confere sentido.

No entanto, se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, cabe observar que uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a, pelo menos, dois equívocos.

O primeiro seria imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele. Na verdade, nem sempre existe uma equivalência entre a história de vida e o arquivo pessoal que, muitas vezes, não corresponde, quanto ao período coberto pela documentação e riqueza dos registros acumulados, à duração e à magnitude da atuação do acumulador.

Um segundo equívoco seria imaginar o arquivo como a 'memória' em estado bruto de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida, definitivamente, por ele quanto ao que preservar e de que maneira. Esta perspectiva é alterada quando percebemos que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento. (HEYNEMANN, 1997, p. 44)

Muitas vezes, a ideia de unidade pode ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios; homogêneos com relação aos 'fatos' relevantes da vida do titular. É importante ter sempre em mente, no caso dos arquivos pessoais, o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que os diversos documentos que os compõem são gerados e acumulados, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos.

Nesse sentido, podemos apontar algumas das várias instâncias de produção dessa memória. Por exemplo – na fase de acumulação do arquivo – a ação do próprio titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como a ação de auxiliares próximos. Após sua morte, a interferência de familiares pode reduzir o universo acumulado de documentos segundo uma avaliação baseada em outra diretriz e outros interesses que não os do titular.

No caso de doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que, no processo de organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental. Sem falar nos ‘acidentes de percurso’ que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, etc).

É necessário que se ‘desnaturalize’ a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação. A seleção dos documentos dentre todos os passíveis de serem guardados e seu agrupamento proporcionam, conforme já foi dito, o *sentido* dos mesmos.

Vale reforçar, no entanto, que o lugar do documento selecionado no conjunto de representações do titular (‘coleccionador’) pode não ser o mesmo que aquele ocupado no conjunto de documentos. Nesse ponto, chamamos a atenção para a dimensão de ‘coleccionamento’ existente na constituição de um arquivo pessoal, diferentemente do que ocorre nos arquivos públicos e/ou institucionais, nos quais, em princípio, o binômio acumulação/produção é dado como natural.

Vianna *et alii* propõem chamar o sujeito desse processo de acumulação, que se apropria privadamente de determinados documentos de *arquivador*, em contraposição ao *arquivista*, termo designado ao encarregado do arquivo quando este for deixado, pelo titular ou sua família, *aos cuidados da história*. O arquivador constitui o seu arquivo de documentos segundo critérios que lhe são preciosos. Ele constitui seu arquivo como parte de si, segundo um movimento que é, em primeiro lugar, “[...] um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória.” (VIANA et alii, 1986, p.66-67)

Um conjunto de documentos, por mais significativo que seja para um determinado assunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade. Além disso, conforme anunciado acima, os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico, comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça, surpreender seu movimento, sua trajetória, enfim, as *vontades de guardar* que lhe deram origem. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos podem fornecer.

Como também já foi mencionado, é comum se observar um descompasso entre, por exemplo, a biografia de um homem público e o porte e grau informativo dos registros que reteve. Intervém, fundamentalmente, nesse processo uma variável subjetiva por conta da personalidade de cada arquivador. Este descompasso na relação biografia/registro corresponde, quase sempre, ao tipo de preocupação que o arquivador tem com sua imagem; no entanto, é somente, no ingresso da coleção no circuito público que esta relação pode ser observada com maior nitidez.

Nesta operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivos quem supõe que seus documentos vão configurar, para a história, o que o titular enquanto ator foi ou gostaria de ter sido para sua época. "É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória, não se exhibe o que não se revela: não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem." (VIANA et alii, 1986, p.69) O gesto de doar, neste caso, está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou família, seguindo orientação de sua política de acervo.

Diferentemente do ato da comercialização, doar uma coleção sugere outros propósitos não fundados na razão econômica, ainda que deixe entrever uma identidade de interesse entre as partes. Se o arquivador doa porque considera ter algo a legar, as instituições de memória muitas vezes a ele se antecipam, informando-o, 'conscientizando-o', logo, instituindo valor. Pressupondo compatibilidade entre o desempenho público e os registros acumulados, a ação de convencimento baliza-se em argumentos que sustentam

o valor histórico singular da ação política do personagem e a relevância de seus documentos para os estudos da história.

A ação familiar costuma acontecer nos casos em que se investe da administração de sua imagem. Nesta condição, é de se supor que a coleção possa vir a sofrer desfalques ou acréscimos, com consequentes alterações de sentido. Se, em relação à produção de sua imagem, a ação do arquivador é, em alguns casos, visível, o ingresso da família nesse circuito torna-se, geralmente, ainda mais nítida. A leitura, em caráter de exame da documentação, a que se dedica, muitas vezes, antes da doação tem por finalidade compatibilizar os registros com a idealização da imagem.

Por vezes mais rigorosa, por outras mais flexível, a intervenção do círculo familiar emerge como mecanismo de filtragem de até onde o público deve avançar sobre o mundo do privado. Quando se descarta – entendido o descarte como a colocação de certos registros fora do consumo público –, age-se como que ultimando os retoques finais, maquiando a face privada para convertê-la em face pública, burilando seu perfil imaginário. A família, em ação complementar, atua como elo, pois mediante seu crivo é que se referenda o trânsito dos papéis do universo do arquivador para seu lugar na história.

Existe uma relação muito forte entre a guarda de documentos e seu valor probatório, quando este, socialmente aceito como verdadeiro, serve para confirmar situações de propriedade ou similares. Os homens guardam ainda muitos outros documentos que não servem como *provas legais* de propriedade, nem mesmo de relações ou identidade. Ao contrário, são papéis que contêm textos ‘bons para pensar’, que tematizam questões centrais para a sociedade ou para os indivíduos. Mas além de seu valor probatório, em sentido legal, os documentos podem servir de ‘prova’ para a imagem. (VIANA et alii, 1986, p.70)

Cabe observar ainda o papel do arquivista ou documentalista no processo de construção dessa memória, ou seja, na produção do arquivo enquanto fonte, a partir do momento em que esse é depositado em um centro de documentação. Enquanto responsável pela organização do arquivo, o arquivista toma decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em

patrimônio documental realizando assim uma monumentalização, muitas vezes originada nos primórdios da constituição do arquivo.

Somada à ação de familiares, secretários e/ou auxiliares, sua ingerência compõe um plano de subjetividades intermediárias entre aquela que norteou a acumulação do titular e aquela do pesquisador que vai construir o discurso histórico a partir dos 'fragmentos' que compõem o arquivo. Ele define os critérios norteadores, por exemplo, da montagem de dossiês, conjuntos documentais que serão descritos enquanto unidade. Na tarefa de descrição, elege os temas que serão arrolados e aqueles que serão omitidos ou suprimidos do resumo no momento de sua descrição. O trabalho do arquivista/documentalista realiza uma monumentalização, muitas vezes originada nos primórdios da constituição do arquivo. No seu caso, no entanto, trata-se de uma subjetividade submetida à pragmática que orienta o trabalho arquivístico, mais silenciosa, mas nem por isso menos efetiva. (HEYMANN, 1997, p. 49)

O elemento em comum entre as diversas questões do campo arquivístico aqui levantadas, e que gostaríamos de ressaltar, é a importância da historicização dos documentos pessoais para o trabalho do historiador. É essa reconstituição da história do arquivo, de sua acumulação a seu tratamento, que permitirá ao usuário dessas fontes problematizá-las e explorá-las enquanto registros, não apenas de acontecimentos, atividades e relações, mas também de nexos e sentidos no centro dos quais está o próprio arquivo.

Dentro da nossa linha de reflexão, o arquivo pessoal é considerado como efeito de acumulação de documentos. Este é o gesto fundador e que lhe confere seu sentido. O movimento do arquivador é domínio de uma subjetividade que recorta, costura e prolonga percepções momentâneas; sua lógica emerge da região histórico-afetiva em que os mundos íntimo e público se misturam. (VIANA et alii., 1986, p. 73)

Por essa razão, o raciocínio em torno do arquivo pessoal, enquanto arquivo privado, não deve confundir-se com aquele que se volta para os arquivos de empresas, instituições ou partidos políticos, cuja inserção no mundo se faz originalmente numa esfera intermediária, bem mais próxima ao Estado.

A franquia de um arquivo privado ao público por qualquer meio, especialmente sua inclusão no acervo de uma instituição de preservação da memória, conduz à sua publicização; conseqüentemente, à sua caracterização efetiva como arquivo. A publicação, que pode corresponder à expectativa do arquivador e de sua família, é efeito

da produção de historicidade dos papéis custodiados pela instituição. O 'arquivo histórico' é o produto final da operação de monumentalização a que se dedicam as instituições de preservação da memória.

A monumentalização, no entanto, como condição obrigatória de toda historicidade – como de tudo aquilo que perdura socialmente – comporta o risco de sujeitar o todo do arquivo à face potencialmente dotada de 'relevância histórica'. Ela pode acarretar, com base numa suposta cumplicidade com o arquivador, a redução do conjunto de sua via aos seus momentos de consagração pública. Com isso, arrisca-se submeter o recorte original a um novo recorte, a uma nova articulação ditada pela 'consciência histórica' da qual a instituição é a representante junto ao campo intelectual e à sociedade. O centro de documentação histórica, como instituição de preservação da memória, é, em última instância, responsável por seu sentido histórico.

O Arquivo Rostan Soares como estudo de caso

O arquivo de Rostan Soares² foi doado à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em duas remessas, entre 1995 e 1996. O primeiro conjunto de documentos foi encaminhado pelo próprio titular, quando ainda ocupava um pequeno laboratório na Fundação Oswaldo Cruz. O segundo foi entregue, após sua morte, pela segunda esposa, Emília Bitencourt Soares. Seu acervo é a expressão documental de uma trajetória profissional iniciada no final da década de 1930, mas que incorporou e traduziu tradições da investigação científica e da ação sanitária desde o final do século XIX até a década de 1980.

Composto por cerca de 21 mil documentos textuais e 1.400 documentos iconográficos, o acervo contém correspondência, projetos e relatórios de pesquisa, requisições e registros de exames laboratoriais, textos científicos, fotografias, ilustrações científicas, separatas, periódicos, recortes de jornais, documentos pessoais e administrativos, produzidos e acumulados pelo titular durante o exercício de suas

² Rostan de Rohan Loureiro Soares (1914-1996) nasceu em Maceió (AL) e formou-se em Medicina pela Faculdade Fluminense de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1937. Médico-malariologista, atuou no Serviço Nacional de Febre Amarela, no Serviço Nacional de Malária, no Instituto Nacional de Endemia Rurais e na Fundação Oswaldo Cruz.

atividades como médico e pesquisador. Inclui ainda registros sobre métodos e medicamentos experimentais ministrados, respectivamente, no tratamento de doentes portadores de verminoses e malária internados em hospitais, maternidades e orfanatos públicos do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 a 1960. Merece destaque, no conjunto do arquivo, o grande volume de diários de laboratório e protocolos de pesquisa contendo descrições minuciosas das atividades de rotina dos laboratórios nos quais Rostan desenvolveu boa parte de suas investigações.

Constituído a partir de vínculos institucionais, temas de pesquisa definidos e do rigor dos registros, o arquivo de Rostan Soares fornece subsídios para se entender o cotidiano do trabalho de investigação, as estratégias políticas e científicas empreendidas pelo pesquisador para viabilizar seu trabalho, bem como a própria produção de fatos científicos.

A atuação de Rostan como médico sanitaria nos serviços de saúde pública, na década de 1940, e como assistente e pesquisador nos laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, a partir da década de 1950, revela aspectos significativos da produção documental nesses espaços institucionais. Seu arquivo resultou da produção e da acumulação de documentos gerados durante cerca de 50 anos de atividades profissionais e apresenta uma grande diversidade de espécies e tipos documentais, oriundos das atividades de investigação científica em ciências biomédicas e biológicas.

Analisando sua trajetória, percebe-se que Rostan tinha como interesse primordial em suas pesquisas, desenvolver drogas para o controle de vetores da esquistossomose e da malária. Isso levou o cientista a realizar seu trabalho em sítios de pesquisa distintos – porém, complementares: o laboratório *stricto sensu* e o ‘campo’, lugar de coleta do material a ser investigado e de experimentação.

Os registros documentais referentes à passagem de Rostan Soares por diversas instituições de pesquisa apontam para um percurso marcado pelo interesse em vincular a pesquisa à solução de problemas de saúde pública. Em outras palavras, seu arquivo revela a preocupação do cientista com a associação entre o saber teórico e os estudos voltados para a verificação prática. Nos laboratórios em que atuou como chefe ou assistente de pesquisa, Rostan constituiu o arquivo de uma vida dedicada à pesquisa básica e aplicada, “[...] nos levando à impressão de que guardou ‘todos os papéis’ de seu exercício de médico sanitaria e pesquisador.” (SANTOS, 2002, p.109)

No que concerne à trajetória de pesquisador, o arquivo apresenta diversos aspectos, registrados fundamentalmente na vasta documentação oriunda do cotidiano dos estudos e experiências de laboratório. Ao mesmo tempo, são revelados outros agentes envolvidos nos processos de produção do conhecimento científico, que têm no laboratório o *focus* privilegiado de materialização.

O arquivo Rostan Soares é, em sua quase totalidade, composto por documentos referentes à sua vida profissional desenvolvida no âmbito de instituições públicas. Os poucos documentos que podem ser classificados como 'papéis pessoais', na verdade também estão ligados ao campo profissional. Trata-se, por exemplo, de atos de promoção e enquadramento, atestados, certificados, dentre outros. Não constam documentos textuais sobre sua vida familiar ou social, e as fotografias de família são em pequeno número.

Para Santos, o arquivo de Rostan presta-se a uma perfeita compreensão do processo científico e da materialidade documental por ele criada, isto é, "[...] a ciência dentro e fora do laboratório, num processo de retroalimentação entre os mundos da pesquisa e da sociedade, de limites tênues, mas reconhecíveis." (SANTOS, 2002, p.110)

Ao mergulharmos no 'universo do laboratório' de Rostan Soares para compreender, exatamente, o seu papel e 'lugar' enquanto cientista e pesquisador, deparamo-nos com uma série de questões específicas vinculadas àquelas de caráter geral, apontadas anteriormente e relacionadas aos arquivos pessoais enquanto fontes para a pesquisa.

Como já foi dito, o arquivo de Rostan Soares foi constituído, basicamente, a partir de vínculos institucionais e pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas. Dentro dessa perspectiva, até que ponto, seu arquivo pode ser considerado como um arquivo pessoal? Ou, generalizando, o que seriam arquivos pessoais de cientistas?

Nesse ponto, valemo-nos da proposta de Welfelé (WELFELÉ, 2004) de que o local, por excelência, de produção dos documentos da ciência é o laboratório, *locus* privilegiado do exercício da prática científica, isto é, de construção de fatos e objetos tecnocientíficos. Para a autora, é fundamental retomar o laboratório enquanto 'elo perdido' da corrente que opera uma integração das esferas institucional e pessoal. Essa abordagem é muito próxima daquela presente nos estudos sociais da ciência em sua vertente construtivista, representada principalmente por Bruno Latour. (LATOURE, 2000)

Não pretendemos nos aprofundar no complexo universo dos estudos sociais da ciência mas apenas indicar elementos que nos ajudam a compreender melhor a particularidade e o sentido do trabalho científico e, conseqüentemente, os documentos decorrentes desse trabalho. Para Latour, a interação que acontece nas circunstâncias locais e contingentes do laboratório é o que define a ciência como prática social de produção do conhecimento. O conhecimento científico é viabilizado pelas estratégias utilizadas pelos cientistas para construir aliados e interessar outros cientistas e não cientistas, em seu empreendimento, o que depende da produção de provas e contraprovas, coisas para serem vistas e observadas pelos outros.

Em seu clássico trabalho, resultado de observações realizadas por meio de uma pesquisa de campo no Instituto Salk, na Califórnia, Latour e Woolgar desmistificam a concepção tradicional da história da ciência, segundo a qual a produção de conhecimento resulta da aplicação de um método universal, mostrando que os fatos científicos, tal como se materializam em artigos, nada mais são do que '*caixas pretas*' que, quando abertas, revelam o processo social de sua construção, no qual diferentes competidores procuram validar seus enunciados. (LATOURE, 1997, p.67)

Desse modo, eles pretendem demonstrar que o processo que leva à construção e ao estabelecimento de um fato científico é constituído por um lento caminho de transformação de enunciados, que são produto de largas, complicadas e sucessivas negociações que se iniciam no cotidiano dos laboratórios, mas neles não se esgotam. Seu argumento central está pautado na ideia de que a ciência não se distingue das outras práticas sociais. Os cientistas, como qualquer outro ator social, lançam mão de estratégias de persuasão que visam garantir a aceitação dos enunciados por eles produzidos. Mesmo ao se apresentarem como 'descobridores de fatos', estes são leitores e autores que buscam se convencer e convencer aos outros. Assim, a atividade no laboratório visa a reunir elementos – as inscrições literárias³ – para que esta persuasão se efetive.

Dessa forma, é possível perceber que a pesquisa científica é um conjunto dotado de sentido. Sob a perspectiva da 'ciência em ação', o processo de produção de

³ Seu conceito de '*inscrição literária*' é tomado de Jacques Derrida, segundo o qual a escrita designa não apenas os gestos físicos literais, implícitos em inscrições pictográficas ou ideográficas, mas também a totalidade daquilo que a torna possível. Ela serve aqui para resumir os traços, tarefas, pontos, histogramas, números de registro, espectros, gráficos etc. Cf. DERRIDA, Jacques. **De la Grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1967.

conhecimento e objetos não depende apenas dos 'procedimentos rigorosos' presentes em um método científico, mas também do ato permanente de produzir registros metódicos e sistemáticos – as referidas 'inscrições literárias'.

Buscando entender melhor a constituição de documentos, nesse ambiente, debruçamo-nos um pouco sobre o *locus* privilegiado do exercício da prática científica, o laboratório: lugar de estudo experimental que associa conhecimentos científicos e objetivos práticos e, que para tal tarefa, reúne pessoas, instrumentos e equipamentos, produtos químicos e animais (cobaias). (SANTOS, 2002, p.99)

Ao laboratório, 'usina singular', criadora de 'produtos manufaturados' denominados artigos científicos, agregam-se outros lugares e ambientes institucionais onde também se faz ciência, compreendida como um processo complexo que se exprime em relações sociais estabelecidas entre pesquisadores e seus colegas de outras instituições, com os poderes públicos e com outros atores sociais.⁴

No laboratório – e no exame profundo de suas atividades cotidianas – é que se torna possível perceber a construção social dos fatos, os micro-processos de produção dos fatos. Através da cadeia que se inicia nas ideias, passa pelo sistema de inscrições, pelos argumentos lógicos, enunciados e a obtenção de provas, tem-se o micro-processo de onde surge o fato científico, fruto da negociação entre os cientistas, que para tal lançam mão de múltiplas estratégias persuasivas.

A descrição do dia a dia do laboratório apresentada por Latour em sua obra é fonte privilegiada para se conhecer a relação entre o trabalho científico na bancada, as inscrições literárias e os escritos (e demais documentos, no nosso entender), vestígios materiais para convencer 'os outros' da validade dos enunciados gerados. A partir do mergulho no microcosmo do laboratório, percebemos como a escrita é componente de uma parte considerável do processo de trabalho no laboratório:

Aqueles que trabalham nas bancadas escrevem de forma compulsiva e sobretudo maníaca. Toda bancada dispõe de um grande livro de registro forrado de couro no qual os membros daquela seção anotam meticulosamente o que acabaram de fazer com um determinado código. (...) Essa 'linha de

⁴ Nesse aspecto estamos nos apoiando nos argumentos desenvolvidos por Latour no capítulo 4. Cf. LATOUR, 2000, p. 86.

montagem' tem início nos biotestes que geram através da máquina uma folha repleta de números, usada para alimentar de dados o computador, passa pela impressora que emite diferentes listagens, e chega ao produto – ainda intermediário – de todos os esforços: uma simples curva traçada em papel milimetrado. Alguns dias depois, uma nova versão da curva estará pronta para ser publicada em um artigo científico. (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p.41)

Esse percurso, nem sempre tão harmonioso e ordeiro, é matizado por canais formais e informais de comunicação. Se o artigo escrito, bem estruturado, representa a comunicação formal, todas as discussões e informações trocadas no laboratório versam sobre os vários pontos abordados na literatura publicada, o artigo bem como sobre aspectos que apenas o tangenciam ou mesmo lhe escapam.

As trocas informais têm sempre, direta ou indiretamente, relação com documentos, com fotografias, diapositivos, formulários, cartas, rascunhos de textos etc. No seu papel de observador, de etnógrafo, Latour tem uma visão que privilegia os escritos e os dispositivos de inscrição, como forma de não se deixar aprisionar pelo discurso dos atores – os cientistas. Segundo Santos, esta posição indica o papel de primeiríssimo plano desempenhado pelos documentos de diversas naturezas. (SANTOS, 2002, p.102)

De todo esse processo repleto de inscrições, apenas uma parte ganha a forma de publicação ou comunicação científica. Peças fundamentais dessa engrenagem – inscritesores e documentos, que representam o conjunto de etapas intermediárias – são esquecidas assim que se obtém o produto final: a inscrição.

As etapas intermediárias são fundamentais, no entanto, ao conhecimento da atividade científica. O objetivo final – que é a produção de artigos, comunicações científicas e conferências – necessita dessa “cadeia de operações de escrita” que vai do primeiro resultado rabiscado em um pedaço de papel até a “classificação do artigo publicado nos arquivos do laboratório”. Os incontáveis estágios intermediários têm relação com o que Latour chama de produção literária: Roteiros de conferências, notas preliminares de pesquisa, cadernos de laboratório com resultados de testes e métodos, e versões de artigos formam a sedimentação natural de um arquivo de laboratório.

Nesse ponto, voltamos à questão da relação entre arquivos pessoais de cientistas e arquivos de laboratório. Para Charmasson (CHARMASSON, 1999), os primeiros

assemelham-se aos arquivos de laboratório e com eles se confundem, especialmente onde os pesquisadores exerceram, ou exercem, funções de 'chefes', líderes de grupos. Segundo a autora, até o início da década de 1970 era difícil distinguir os papéis do laboratório daqueles de seu fundador, mentor, responsável, por sua concepção como centro de atração de inúmeros professores, pesquisadores e estudantes.

Daí em diante, alterou-se o funcionamento da ciência, desaparecendo lentamente a figura do chefe ou 'patrão' – que, em alguns casos, era o fundador de disciplina –, que imprimia uma marca única sobre os trabalhos de seus colaboradores, também agentes produtores dos materiais documentais da ciência. Esse novo formato – baseado no funcionamento de grandes equipes repletas de especialistas, muitas vezes dispersas, trabalhando sobre objetos de pesquisa complexos, dependendo de uma programação que se renova muito rapidamente – marcou o advento da *big science*. Com ela, saiu de cena o trabalho científico, altamente centralizado dos primeiros tempos.

Essas considerações ajudam-nos a entender melhor a gênese de constituição do acervo de Rostan Soares cujo arquivo pessoal fez parte do universo de conjuntos documentais acumulados em laboratórios, nos quais pesquisadores isolados ou grupos de pesquisa desenvolvem cotidianamente seu trabalho de investigação. Dessa forma, ele se encontra em uma zona de interseção entre os níveis pessoal e institucional, num quadro de conformação de conjuntos documentais a partir de pessoas, no âmbito de espaços institucionais. Além disso, é preciso prestar atenção também na dimensão de 'acumulador' de Rostan Soares e na sua intervenção e participação na construção do seu arquivo pessoal.

Diferentemente de outros acervos de cientistas localizados na casa de Oswaldo Cruz, Rostan parece ter privilegiado, no processo de acumulação de seus 'papéis pessoais', apenas o viés de sua vida profissional e científica. Poderíamos interpretar essa constatação de várias formas. Uma interpretação possível seria de que talvez um cientista não considere os registros de sua vida familiar ou social como 'dignos' de integrar seu arquivo ou como um aspecto a ser levado em consideração no mesmo patamar que outros 'mais importantes'.

Outra opção, que nos é cara, é de pensar o arquivo de Rostan como um projeto de construção de sua autoimagem; que gostaria de ver imortalizada através da doação de seus papéis a um centro de pesquisa e documentação localizado na instituição em que

desenvolveu boa parte de suas atividades profissionais e científicas. Nesse sentido, o seu arquivo poderia tomar mesmo uma feição autobiográfica. (MELLO, 2007)

Uma pista para se perceber tal aspecto nos é fornecida por Santos, quando observa que, apesar de sua trajetória como médico sanitário e pesquisador ter se desenvolvido em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde; “[...] no entanto, como tantos outros pesquisadores, Rostan Soares não figura na ‘galeria dos grandes cientistas’ com passagem pelo Instituto Oswaldo Cruz” (SANTOS, 2002, p.2)

Segundo Welfel (WELFELÉ, 1999, p.110), em geral, os arquivos pessoais dos cientistas mais célebres são disputados pelas bibliotecas, enquanto os ‘anônimos’ não encontram a mesma acolhida.

Para Santos, Rostan Soares foi:

[...] um anônimo do sanitário e da ciência biomédica e, talvez, por não ter obtido o reconhecimento público de seus pares foi, até certo ponto, marginal e percorreu o caminho das ‘sombras’, deixando o foco de luz para outros personagens. O arquivo que acumulou e transformou em fonte de pesquisa, a partir do ato de doação, é revelador desse anonimato e de muitos outros aspectos de sua trajetória, dos grupos aos quais esteve vinculado, da ciência e da saúde pública no Brasil.” (SANTOS, 2002, P.2)

No entanto, gostaríamos de pensar que, justamente, por esse ‘anonimato’ – ou falta de reconhecimento – durante sua vida pública, a construção de seu arquivo revestiu-se de importância ainda maior para Rostan. Talvez o cuidado na preservação dos papéis referentes quase exclusivamente às suas atividades científicas e profissionais esteja relacionado ao reforço de sua imagem enquanto pesquisador sério e dedicado e ele ainda aspirasse a um reconhecimento, mesmo que póstumo.

Sob esse aspecto, é sintomático, o farto volume de documentos referentes às duas maiores experiências desenvolvidas e coordenadas por ele, a saber: o ‘sal cloroquinado’⁵ e

⁵ Mistura de cloroquina ao sal de cozinha distribuída à população da região amazônica para combate à malária endêmica, na década de 1950.

o 'Fiocruz 1'⁶. Não apenas pelo volume do material, mas pelo cuidado no registro e na preservação de documentos que relatam – quase 'passo a passo' – o processo de pesquisa, seja em diários, protocolos de pesquisa, correspondência, seja em relatórios de testes, fotografias etc

Curiosamente, essas duas experiências tiveram grande repercussão e apoio institucional, à época de sua realização, mas, de certa forma, 'fracassaram'. O sal cloroquinado porque não atingiu o objetivo proposto o Fiocruz 1 devido a questionamentos sobre a eficácia do produto que acabaram por determinar, institucionalmente, o encerramento da pesquisa. Quem sabe Rostan não buscou uma 'redenção' futura, o reconhecimento pela história, que lhe foi negado pelos contemporâneos? Não devemos esquecer, entretanto, das várias instâncias que podem interferir na constituição de acervos e sua 'construção' enquanto fontes históricas. Desde possíveis intempéries até a atuação do arquivista/documentalista que podem interferir nesse processo e na consequente monumentalização da atividade científica.

Nosso esforço, aqui, foi no sentido de demarcar a importância, para o trabalho, do historiador, de um uso mais criterioso e original das fontes, de atentar para o arquivo como objeto; não apenas como fonte. Se já há algum tempo o trabalho do historiador foi 'desmistificado' no sentido de ser visto como fruto de uma série de escolhas, como forçosamente subjetivo, parece em algum nível, que os próprios historiadores não atentam, na maioria das vezes, para a 'subjetividade' das fontes, em geral tomadas na sua literalidade.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 2ª ed.

CHARMASSON, Thérèse. 'Archives institutionnelles et archives personnelles'. **Sciences et Archives Contemporaines**. École National du Patrimoine, Paris, n.3, 1999.

⁶ Composto de sulfato de cobre e ácido abiético a ser empregado em campanhas do Ministério da Saúde no combate à esquistossomose na década de 1970.

GOMES, Ângela Maria de Castro. "Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados." **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998. p.121-127.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.

_____. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muler". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.10, n.19, 1997. p.41-66.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. 1ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 82p.

_____. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello. **Imagens da memória**: uma história visual da malária (1910-1960). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

VIANA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados." **Arquivo e Administração**. vol.10-14, jul-dez. 1986. p. 62-76.

WELFELÉ, Odile. "A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea". **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, 2004.

Políticas públicas e trajetória individual:

o médico Eduardo Rabelo e as prescrições liberais no combate à lepra no Brasil

Dilma Cabral*

Introdução

Um dos mais importantes periódicos médicos do Rio de Janeiro – o *Brasil-Médico* – publicava, em editorial do dia 19 de junho de 1920, pesadas críticas ao novo regulamento sanitário brasileiro e à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que vinha substituir a Diretoria Geral de Saúde Pública.¹ A instituição do DNSP representava o êxito da campanha pelo saneamento dos sertões, capitaneada pela Liga Pró-Saneamento e que tivera na figura de Belisário Penna seu representante mais emblemático. Ainda que a principal reivindicação tivesse sido a criação do Ministério da Saúde Pública, o estabelecimento de um órgão nos moldes do DNSP foi considerado o início da nacionalização das políticas de saúde e saneamento no Brasil.

O novo departamento apresentava uma estrutura administrativa bastante complexa e sob sua responsabilidade ficava uma ampla rede de serviços sanitários, o que ampliava o poder de atuação do governo federal no âmbito dos estados. As atividades do DNSP seriam distribuídas por três diretorias - a dos Serviços Sanitários Terrestres na Capital Federal, a de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial e a do Saneamento e Profilaxia Rural. Na

* Dilma Cabral, Doutora, pesquisadora do Arquivo Nacional e supervisora do programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira-Mapa.

¹ O NOVO REGULAMENTO SANITÁRIO. *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 2, 19 de junho de 1920, p. 395. O regulamento sanitário foi aprovado pelo Decreto n. 14.189, de 26 de maio de 1920, substituído pelo Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920, modificado pelo Decreto nº 15.003, de 15 de setembro de 1921 e, finalmente, foi novamente alterado pelo Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923.

Secretaria-geral funcionariam os serviços diretamente subordinados ao diretor do novo Departamento: fiscalização do exercício da medicina, farmácia, arte dentária e obstetrícia; estatística demógrafa sanitária; engenharia sanitária; fiscalização dos esgotos e de novas redes; profilaxia contra a lepra e contra as doenças venéreas; hospitais de isolamento, higiene e assistência médica à infância. Assim, tornada a saúde um problema público e nacional, o governo federal trouxera para si, em parceria com os estados, o controle de doenças que até então não haviam sido objeto de sua ação como a lepra, as doenças venéreas e a tuberculose.

Elaborado pelo médico Carlos Chagas, nomeado também para dirigir o recém criado DNSP, a principal questão apontada pelo editorial do *Brasil-Médico* seria, justamente, o lugar que o saneamento rural ocupava neste novo regulamento sanitário. Foi a dimensão que esta questão alcançou no final da década de 1910, pela constatação da premência de ações que melhorassem a situação sanitária da população rural do país e da necessidade da ampliação da presença do Estado, que levou à apresentação de um projeto criando o Ministério da Saúde Pública.²

Segundo o periódico, a miséria e o abandono da população rural haviam evidenciado que o país carecia de uma reorganização dos serviços sanitários existentes, orientada para redução de sua burocracia e ampliação de seus quadros técnicos. Este rearranjo permitiria a aplicação do máximo de esforço no saneamento das áreas rurais, até então relegada pelo sorvedouro de verbas e pessoal em que se transformara o serviço de higiene da capital federal. No entanto, o que se havia verificado com a criação do DNSP foi o aumento da estrutura que atenderia a cidade Rio de Janeiro, como a criação de novos serviços como a profilaxia da lepra e doenças venéreas, a da tuberculose e a assistência à infância. Este primeiro editorial do *Brasil-Médico* seria seguido de outros em que o periódico servia de tribuna para aqueles que discordavam das orientações estabelecidas no novo código sanitário e o combate das doenças previstas na regulamentação do DNSP.

² O projeto foi apresentado pelo médico Azevedo Sodré, professor de patologia interna da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual foi diretor em 1911-1912. Sodré foi diretor-fundador de O Brazil-Medico e um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e integrante da Liga Pró-Saneamento. Além de ter atuado nas principais questões que envolveram a classe médica de seu período, Azevedo Sodré teve atuação destacada na política, tendo sido prefeito do Distrito Federal (1916-1917) e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Cf.<
<http://www.bvsalut.z.coc.fiocruz.br/html/pt/static/correspondencia/azevedo.htm>>.

Em torno do debate – sobre a reorganização dos serviços sanitários federais e a criação do DNSP – é que o estabelecimento da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e as prescrições profiláticas para o controle da doença no Brasil sofreriam duras críticas. À frente da Inspeção esteve o médico Eduardo Rabelo, que defenderia as determinações dispostas no regulamento sanitário e as medidas executadas pelo órgão ao longo da década de 1920, sendo constantemente censurado por aqueles que foram derrotados no embate que se tornara a questão do isolamento e o tratamento do leproso no período. Será a partir da trajetória profissional de Eduardo Rabelo que procuraremos discutir as bases em que se estruturou a política brasileira de combate à lepra a partir de 1920, quando a doença tornou-se um problema sanitário federal.

A partir das posições assumidas por Rabelo no cenário médico-científico, teremos chance de perceber a historicidade do conceito de lepra e do argumento que colocava o isolamento como a única alternativa profilática para o seu controle. Recompilar os embates travados por Eduardo Rabelo à frente da Inspeção de Profilaxia da Lepra permite-nos analisar o modo como se desenvolviam as discussões médicas em torno da contagiosidade da doença, bem como problematizar o seu conteúdo, cuja consolidação ajustava-se à política pública que a década de 1930 acabaria por erigir.

História e narrativa biográfica: Eduardo Rabelo e o problema da lepra no Brasil

Por um longo período, a biografia teve seu lugar assegurado na produção historiográfica, constituindo-se um importante recurso metodológico de construção da memória política nacional, vinculada ao que se configurou como produção científica e acadêmica do historiador. Forma privilegiada de narrativa relacionada à preservação da memória de agentes políticos e grandes heróis, a biografia se converteria no gênero por excelência dos estudos de natureza política, constituindo o que deveria ser preservado do passado às gerações futuras da história pátria, elemento fundamental de formação de identidade nacional. Não que outros gêneros não tenham igualmente servido à escrita da história, ou que não tenha havido uma contestação da predominância do político em detrimento de outras dimensões da vida em sociedade. Como atesta Burke, desde o século XVIII “certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha

e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a *história da sociedade*' (1997, p. 17).

No entanto, seria a busca pela cientificidade que colocaria a história política e suas fontes documentais como campo por excelência do historiador. Transformada no paradigma da chamada história tradicional, a história política preconizada por Ranke sofreria um forte abalo no início do século XX, quando se produziu uma discussão mais ampla e organizada sobre a natureza da história e seus métodos. O estabelecimento de novos princípios para a produção historiográfica promoveria o declínio da 'velha' história política, movimento impulsionado pela própria transformação do campo histórico. Marco maior desta tendência seria a fundação da *Annales d'histoire économique et sociale*, que reuniria uma geração de historiadores comprometidos com o combate à história política factual e tradicional que dominara o século XIX. A perda de prestígio da história política contribuiria, também, para a marginalização da temática da trajetória individual como objeto de estudo e, como recurso de afirmação de seu afastamento da 'história acontecimento', a nova história voltou-se para os movimentos coletivos e as variadas dimensões da vida em sociedade.

No entanto, à historiografia francesa foi responsável também pela reorientação que acabaria por reabilitar a biografia no universo acadêmico, processo que pode ser identificado à própria retomada da história política. Coube à terceira geração da *Escola dos Annales* a renovação por que passa a história política e a retorno pelo interesse no gênero biográfico: fruto da crítica aos limites impostos pelo modelo de análise da macroestrutural, expresso na chamada 'viragem antropológica' (BURKE, 1997). Parte deste processo de crítica ao longo domínio da estrutura e da coletividade sobre o acontecimento e o indivíduo, seria o deslocamento do olhar do historiador para a perspectiva da análise microhistórica, ao rever posições e concepções sobre as quais se assentara a 'história nova'.

Em texto clássico em que chama atenção para as armadilhas do uso da biografia, Pierre Bourdieu pondera sobre seus limites, especialmente a tentativa de extrair um sentido ordenado e coerente da experiência individual, ao que denomina de *ilusão*

biográfica.³ Em contraposição, o autor enuncia outra possibilidade de análise ao propor a noção de *trajetória*, entendida como “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1986, p. 189). Para além de uma identidade social pautada pela constância descrita por uma biografia, a noção de *trajetória* permite perceber os diferentes contextos no qual age o indivíduo, bem como suas transformações e deslocamentos em diferentes espaços sociais.

Mais que uma questão de escala, o redimensionar da pesquisa histórica apontou novas possibilidades de análise e redefiniu questões metodológicas e fontes de pesquisa, reinserindo a experiência individual como objeto de análise. Se a redescoberta da biografia relaciona-se a uma história voltada para o cotidiano ou os excluídos, o método biográfico pode ainda informar sobre a sociedade, onde a abordagem privilegie as relações entre o individual e o coletivo. Desta forma, a biografia cumpre um papel de conciliar o particular e o coletivo, o que não só permite identificar uma figura em seu meio, como distinguir aqueles que são os aspectos particulares e os que integram os padrões e modelos sociais vigentes. Conforme Levillain, o estudo biográfico possibilita ainda “analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios” (2003, p. 165).

Ao tomarmos o médico Eduardo Rabello como objeto desta empreitada importa-nos acompanhar sua trajetória na construção de uma política pública de combate à lepra na década de 1920 que, para além de regulamentos sanitários e dispositivos legais, se fez de posicionamentos no campo científico e nas organizações profissionais, bem como em sua atuação na administração sanitária. Os itinerários percorridos por Rabello auxiliam na compreensão do significado de seu desempenho à frente da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e no embate científico travado em torno de questões fundamentais à época, como a curabilidade e a transmissibilidade da doença. Longe de compreender Eduardo Rabelo apenas como reflexo da forma como a lepra e a questão do isolamento foram tomadas nas décadas de 1920 e 1930, interessa-nos resgatar as diferentes posições assumidas ao longo de sua trajetória.

³ Para uma análise crítica da abordagem proposta por Bourdieu ver DOSSE, 2009, p. 2008-14.

Poderemos perceber não apenas os deslocamentos e rearranjos que o médico promoveria em suas concepções sobre a doença, o que coloca-nos frente à subjetividade e liberdade de escolha do sujeito. Assim, poderemos perceber a dinâmica que assume o debate sobre a lepra no período, mais do que a unidade e o sentido na construção da sua trajetória profissional, sua diversidade e singularidade. Tal possibilidade situa-se na interseção entre o coletivo e o individual, para o que é necessário conhecermos as posições assumidas por Rabelo em seu campo profissional, o embate de forças e as disputas entre leprólogos, bem como o processo de construção da saúde como um problema nacional. Desta forma, a biografia cumpre um papel de conciliar o particular e o coletivo, o que não só permite identificar uma figura em seu meio, como distinguir aqueles que são os aspectos particulares e os que integram os padrões e modelos sociais vigentes.

Na década de 1910 a lepra não fora colocada como uma prioridade sanitária para o Estado brasileiro, seu combate deveria ser executado pelos estados e com o auxílio da iniciativa privada, o que tornaria as entidades filantrópicas grandes parceiras dos governos. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que coordenaria e conduziria, administrativa e tecnicamente, a campanha contra a lepra em todo o país, sublinha o momento em que a doença tornou-se uma questão sanitária nacional, alvo de ações profiláticas estabelecidas no regulamento sanitário aprovado. Na estrutura do DNSP fora instituída a Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, o que significou um momento de inflexão da luta contra a doença no país, onde os pressupostos para a estratégia de seu controle seriam formatados por outros condicionantes históricos.

Eduardo Rabelo, à frente da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, defenderia as determinações dispostas no regulamento sanitário e as medidas executadas pelo órgão ao longo da década de 1920. É a compreensão da trajetória profissional de Eduardo Rabelo que nos permitirá balizar a atuação da Inspeção e o modelo profilático assumido no combate à lepra e às doenças venéreas, cujo desempenho foi moldurado por uma série de fatores. O modelo de atuação da Inspeção não preconizava o isolamento nosocomial, base da profilaxia de combate à lepra desde o final do século XIX, outros elementos foram mobilizados, o que seria utilizado por seus críticos como prova irrefutável da inoperância do órgão.

O médico Eduardo Rabelo formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, onde defendeu a tese intitulada *Hematologia na Ancilostomose*. A Faculdade de Medicina contava, desde 1883, com uma cadeira voltada para o ensino de dermatologia e sifilografia, a cargo do professor João Pizarro Gabizzo. O médico era também diretor do Hospital dos Lázaros, administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, o mais importante centro de tratamento de lepra no país. Mais do que isto, o Hospital dos Lázaros constituiu-se num importante espaço de investigação e experimentação sobre a lepra, onde desde a década de 1860 realizavam-se pesquisas sobre novos procedimentos terapêuticos, a etiologia e a patogenia da lepra. Tais trabalhos corroboravam o papel da clínica como importante espaço de experimentação científica, o que foi reforçado pela criação do Laboratório Bacteriológico na instituição. Outro importante pólo de estudos dermatológicos era a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, inaugurada em 1881, cujo Serviço de Doenças da Pele e de Sífilis cabia ao sifilógrafo Antônio José Pereira da Silva Araújo. Gabizo e Silva Araújo foram os precursores da dermatossifilografia, campo da medicina em que a lepra estava inserida (CARRARA, 1996, p. 86-100).

Em 1906 Eduardo Rabelo concorreu, ao lado de Fernando Terra, a vaga para cátedra de dermatologia e sifilografia, da Faculdade de Medicina. Aprovados, Rabelo seria encarregado de organizar o Laboratório de Clínica Dermatológica da Faculdade, que marcou a progressiva aproximação da instituição com a pesquisa clínica e experimental. Nesta ocasião, Rabelo já ocupava a chefia do Serviço de Doenças de Pele e Sífilis da Policlínica Geral de Botafogo, criado em 1904, onde substituiu o médico Juliano Moreira (CARRARA, 1996, p. 89). Segundo Sanglard, Rabelo foi ainda nomeado por Oswaldo Cruz para o recém-criado Laboratório de Saúde Pública, onde teria surgido seu interesse pela dermatologia e, em especial, pelo estudo da lepra (2008, p. 161).

Discípulo dos grandes nomes da dermatologia, Rabelo paulatinamente ocuparia postos-chaves no campo médico-científico. Já integrado aos quadros da Faculdade de Medicina, o médico foi também um dos fundadores, em 1912, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, entidade que funcionaria como um importante pólo de articulação de profissionais de diferentes instituições que se agregavam em torno da pesquisa dermatológica. Rabelo assumiu o cargo de secretário-geral da Sociedade em 1912, ao lado de Oscar da Silva Araújo, sendo seus presidente e vice-presidente Fernando Terra e

Werneck Machado, respectivamente. Em 1917 o médico tomou posse como membro titular da Academia Nacional de Medicina, uma das mais importantes associações médico-científico brasileira. Em 1925, Rabelo tornou-se titular da cátedra de dermatologia e sifilografia, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assumindo a chefia das enfermarias de dermatologia da Santa Casa da Misericórdia, em substituição ao médico Fernando Terra. Da mesma forma, a aposentadoria de Terra levou Rabelo a ocupar a presidência da Sociedade Brasileira de Dermatologia, cargos que manteve até 1940, ano de sua morte (CARRARA, 1996, p. 89-92).

Mas, seria com Carlos Chagas que Rabelo estabeleceria sua mais duradoura parceira profissional. Colegas na Santa Casa da Misericórdia, com Chagas o médico desenvolveria diversos trabalhos de pesquisa voltados para política de combate e controle da lepra e das doenças venéreas, especialmente a sífilis. Quando Chagas assumiu a direção do DNSP, Rabelo foi seu indicado para a Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e, em torno desta temática, reunir-se-iam ainda no projeto da construção do Hospital Gaffrée & Guinle e dos ambulatórios antivenéreos, além da estruturação do Centro Internacional de Leprologia (SANGLARD, 2005, p. 158-168).

Se Eduardo Rabello foi um nome expressivo nos campos da sifilografia e da leprologia, deixou ainda importantes contribuições no combate ao do câncer, tendo sido pioneiro no uso da eletro-radioterapia para o seu tratamento. Rabelo teve contato com a radioterapia quando em viagem pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em Paris, quando “sugeri, à congregação da faculdade, a criação de um instituto para o tratamento radiológico do câncer e para a formação profissional nesse campo.” (TEIXEIRA, jul. 2010, p. 15). Em 1919 fundou, ao lado de Fernando Terra, o Instituto de Radiologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, anexo à clínica dermatológica, voltado para o tratamento e à formação nessa área. Na direção dos trabalhos da Inspeção Eduardo Rabelo teria sob sua responsabilidade os serviços sanitários referentes ao controle da sífilis, da lepra e do câncer, áreas do conhecimento médico em que teve uma atuação destacada, contribuindo em sua conformação e na instituição de uma comunidade de especialistas.

Um novo campo de disputas: as prescrições do combate à lepra

Desde o final do século XIX a medicina enfrentava o esforço teórico da consolidação do bacilo como causa exclusiva da lepra, hipótese sustentada no próprio avanço da bacteriologia e nas inovações técnicas introduzidas na investigação laboratorial. No início do século XX a bacteriologia já contribuíra determinantemente nas pesquisas sobre a causa de diferentes doenças, porém, o desconhecimento sobre a forma de transmissibilidade do '*bacillus leprae*' e o mecanismo de sua ação no organismo asseguraram uma sobrevida à hipótese hereditária, além de corroborar a incerteza que alguns ainda partilhavam sobre o papel do bacilo na origem lepra. Esta situação seria revertida ao longo das duas primeiras décadas do século XX, quando percebemos não uma ruptura com a hipótese hereditária na patogenia da lepra, mas seu deslizamento da etiologia para condição de elemento predisponente ao contágio.

O predomínio da hipótese bacilar produziu um novo campo de embates, o da transmissibilidade da lepra, fator fundamental para formulação de políticas de controle da doença. Diferentes posições teóricas foram assumidas e reorganizaram-se as alianças entre os atores que partilhavam do mesmo modelo de compreensão da doença. A discussão sobre a forma de transmissão da lepra renovará velhos argumentos, como a predisposição do organismo e o papel da higiene no seu combate, ao mesmo tempo em que se abraçarão novas hipóteses, como a dos portadores sãos da doença. Em torno destas questões é que foi proposta, pelos médicos Belmiro Valverde e Juliano Moreira, a Comissão de Profilaxia da Lepra, que contou com a participação de todas as sociedades médicas do Rio de Janeiro.⁴

As atividades da Comissão prolongaram-se de 1915 a 1919. Os trabalhos organizaram-se em torno das temáticas a serem estudadas, tendo sido designados

⁴ A Comissão de Profilaxia da Lepra teve a seguinte formação: pela Academia Nacional de Medicina Emílio Gomes, Alfredo Porto e Henrique Autran; pela Sociedade de Medicina e Cirurgia, Eduardo Rabelo, Werneck Machado e Guedes de Melo; pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, Fernando Terra, Juliano Moreira e Adolfo Lutz; pela Sociedade Médica dos Hospitais, Sampaio Vianna, Silva Araújo Filho e Oscar Dutra e Silva; pela Associação Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, Belmiro Valverde, Paulo Silva Araújo e Henrique de Beaurepaire Rohan Aragão. O médico Carlos Pinto Seidl, diretor geral da Diretoria-geral de Saúde Pública, foi escolhido para presidir a Comissão.

relatores para cada um dos grupos, o que deu origem a relatórios que nos fornecem um amplo panorama sobre a questão da lepra no país. Pela transmissibilidade da lepra, a matéria mais polêmica, ficaram responsáveis Adolfo Lutz, Belmiro Valverde, Henrique de Beaurepaire Aragão; a relação entre lepra e casamento coube a Paulo Silva Araújo e Belmiro Valverde; lepra e profissão ficou a cargo de Werneck Machado e Emilio Gomes; a temática lepra e imigração foi responsabilidade de Adolpho Lutz e Henrique de B. Aragão; lepra e domicílio foi estudado por Eduardo Rabello e Silva Araújo Filho; e, finalmente, o tópico lepra e isolamento ficou a cargo de Juliano Moreira e Fernando Terra.

As orientações para o estabelecimento de uma profilaxia da lepra seriam expressas nos trabalhos apresentados ao longo do funcionamento da Comissão de Profilaxia da Lepra. De forma geral, os estudos tendiam a seguir as determinações profiláticas já consagradas, que previa o isolamento em domicílio para os indivíduos abastados; em colônias agrícolas ou vilas de leprosos para os necessitados, capazes de trabalho; em asilos ou hospitais para os inválidos. No entanto, os autores pelo relatório sobre lepra e domicílio, os médicos Eduardo Rabelo e Silva Araújo, defenderiam medidas mais rigorosas em decorrência do que consideravam ser a *“gravidade da doença e da impossibilidade de profilaxia específica”*, o que significou considerar que o isolamento domiciliar só deveria ser aceito em nosso país em condições excepcionais. Para os autores, a baixa contagiosidade da lepra estava comprometida por seu aspecto crônico, pelas incertezas de sua transmissibilidade, pela baixa eficácia do tratamento e da cura da doença.

Rabelo e Silva Araújo argumentavam ainda que, no Brasil, ao contrário da Noruega, a adoção de tal medida profilática esbarrava no regime político e administrativo descentralizado, na ausência de vigilância sanitária, na baixa educação sanitária da população e no grande número de indigentes e de pessoas de poucos recursos que constituíam a massa de leprosos. Além disto, os médicos questionavam o peso que teria o isolamento domiciliar no regime de tratamento misto norueguês, que o combinava ao isolamento hospitalar, no decréscimo de casos no país. Assim, os médicos consideraram que o isolamento em domicílio deveria ser utilizado apenas em casos de exceção, condicionado a uma eficiente vigilância sanitária.

A posição adotada por Rabelo e Silva Araújo evidencia ideia recorrente no período, de que a lepra era uma doença distinta das demais, o que teria sido atendido com a criação da Inspeção em 1920. Por outro lado, havia ainda a compreensão de que o

combate eficaz da doença dependeria da ação harmônica da União e dos estados, como forma de partilhar os custos sociais e econômicos impostos pela longa omissão dos governos. Porém, o estabelecimento da Inspetoria marcaria também o acirramento de mais um campo de disputas, que colocava em questão o modelo de profilaxia da lepra que seria adotado pelo Estado. Se havia concordância de que o isolamento deveria compor o alicerce do combate à lepra, conforme já comprovado em experiências internacionais, o modelo de isolamento a ser adotado não havia ainda se consolidado. Estava em questão não apenas princípios científicos discordantes sobre o grau de contagiosidade da lepra ou a visão crítica sobre a estruturação do aparato burocrático da saúde pública no Brasil, como também certa compreensão da forma como se organizara a sociedade brasileira. Estas questões serão expressas no debate que se travou ao longo das décadas de 1920 e 1930 sobre lepra e isolamento, que incorporou elementos variados, científicos, políticos, econômicos e simbólicos, no estabelecimento de uma política de combate à doença neste período.

No caso específico da lepra a discussão sobre o código sanitário evidenciava um movimento que, baseado em dados epidemiológicos das áreas de maior incidência da doença, questionava a segregação compulsória dos leprosos e propunha um novo formato para a sua profilaxia. O declínio da lepra na Noruega converteu o isolamento na base da profilaxia da lepra, o único meio conhecido de impedir a propagação da doença, tornando-se uma orientação sanitária internacional a partir das resoluções da 1ª Conferência Internacional de Lepra, em 1897. Na mesma proporção em que o problema da lepra internacionalizava-se, tornando-se uma preocupação sanitária de diferentes países europeus, ganharia dimensões bem mais contundentes nas colônias, produzindo experiências nacionais dramáticas na segregação compulsória dos leprosos, como a havaiana.

No entanto, viria do mundo colonial a revisão dos princípios norteadores do combate à lepra, postura imposta pela constatação de que, apesar da experiência isolacionista das últimas décadas, não diminuía a incidência da doença nestas áreas. O modelo adotado nas colônias inglesas e francesas promoveria esta releitura na profilaxia da lepra, cujo centro deixava de ser os hospitais de isolamento para tornarem-se os dispensários, que tratavam o doente sem afastá-lo de seu meio social. O padrão de tratamento misto dos leprosos utilizado pelos médicos britânicos Leonard Rogers e Ernest

Muir na Índia, que conciliava o atendimento em ambulatórios e dispensários dos doentes não bacilíferos e os de *'lepra fechada'*, com isolamento apenas dos casos contagiantes ou em reativação da doença, tornar-se-ia uma experiência que seria utilizada em outros países (MONTEIRO, 1995, p. 126-9).

Os congressos internacionais de lepra de 1897 (Berlim) e 1909 (Bergen) mantiveram a orientação isolacionista, ainda fortemente influenciados pelos resultados dos trabalhos orientados por Hansen na Noruega. Porém, ainda que a 3ª Conferência Internacional de Lepra, em 1923 (Estrasburgo), preservasse em suas recomendações finais os princípios de organização da luta contra a lepra das duas conferências anteriores, o que significava a segregação dos leprosos, suas resoluções deixavam antever o prenúncio de que novos elementos seriam incorporados na profilaxia da doença. Segundo estas resoluções, a forma a ser tomada pelo isolamento era recomendada de acordo com o nível de endemicidade da doença no país, admitindo-se o isolamento domiciliar quando possível. Excetuava-se deste caso os indigentes, nômades ou vagabundos e as pessoas que não podiam ser isoladas em domicílio, para quem se recomendava a segregação em hospitais, sanatórios ou colônias agrícolas, conforme o caso e o país. Assim, a 3ª Conferência Internacional de Lepra pode ser tomada como o momento em que a comunidade médica internacional começa a evidenciar que a política de segregação compulsória, que tivera no isolamento insular o grande sonho profilático do combate à doença, sofreria severa crítica nas décadas seguintes, o que não impediria que fosse ainda largamente adotada como o suporte da luta contra a doença em muitas experiências nacionais, como no Brasil.

A posição sustentada por Eduardo Rabelo e Silva Araújo ao longo dos trabalhos da Comissão de Profilaxia da Lepra advogava por medidas mais rigorosas de isolamento. No entanto, podemos acompanhar o abrandamento das reservas de Eduardo Rabelo quanto o isolamento domiciliar e seu papel na profilaxia da lepra por ocasião de sua defesa ao regulamento sanitário de 1920, sustentando ser esta uma medida profilática moderna. Para tanto, Rabelo fazia um extenso levantamento dos resultados epidemiológicos obtidos pelos países que praticavam o isolamento domiciliar, além de respaldar as prescrições do regulamento sanitário no tocante à lepra nos congressos médicos nacionais e internacionais.

Segundo o médico, ao longo das décadas de 1910 e 1920 os encontros médicos internacionais corroborariam a recomendação do isolamento nosocomial somente para os doentes indigentes e os que não pudessem se manter. Os resultados epidemiológicos favoráveis de países como Alemanha, Islândia, Noruega e Suécia, que adotariam preferencialmente o isolamento domiciliar, teriam estimulado que esta medida fosse indicada em todos estes encontros internacionais onde já se falava, inclusive, unicamente em vigilância médica para o leproso. Para o médico, mesmo na Noruega o isolamento domiciliar em si não teria sido a medida mais eficiente, mas foi a possível. A vantagem da prática norueguesa, que resultou no isolamento do maior número foi justamente a adoção de medidas liberais na profilaxia da lepra, o que fez crescer o número de indivíduos isolados.

No entanto, é fundamental considerarmos que a criação da Inspetoria seria a pedra de toque que permitiria este abrandamento, já que a possibilidade de escolha entre o isolamento nosocomial e o domiciliar, resguardadas algumas condições conforme o disposto no regulamento sanitário de 1920, se daria pela existência de vigilância sanitária. Para o médico, definido o isolamento do leproso como a única alternativa profilática reconhecidamente eficaz, restava destituí-lo de seu caráter coercitivo e torná-lo uma opção voluntária do doente em busca de tratamento. O regulamento sanitário determinava que, concluído o diagnóstico positivo da lepra e comunicado ao doente ou seu responsável, era-lhes notificado a obrigatoriedade do isolamento e a liberdade que ficava o doente de levá-lo a efeito em seu próprio domicílio ou no estabelecimento nosocomial que lhe conviesse (Brasil, 1920, art. 393). Quanto à questão da vigilância sanitária dos comunicantes, Rabelo afirmava que esta vigilância era distinta da do leproso em domicílio, para quem eram indicados exames a cada seis meses. Como o leproso em boas condições tinha uma vida média de sete anos, num total aproximado de dez mil casos, o médico considerava que não haveria muitos doentes em domicílio, nem muitos comunicantes, já que estes se sujeitavam regularmente à vigilância.

Assim, a defesa do isolamento como uma política pública conduzida pelo Estado brasileiro deve ser pensada a partir de fatores que procuravam congregar o conhecimento científico sobre a doença, seu conteúdo simbólico e suas implicações sociais, políticas e econômicas. São estes os elementos que definirão os limites impostos ao combate à lepra neste período, que ajuda-nos a compreender os pequenos deslocamentos e a trajetória do

discurso médico sobre os modelos profiláticos disponíveis, resultado da tentativa de conciliar idéias e ações. Eduardo Rabelo, tal como outros nomes que defendiam a adoção de medidas mais liberais na profilaxia da lepra, considerava que o isolamento obrigatório dos leprosos deveria pautar-se na construção de grandes e modernos leprosários, onde o conforto e a liberdade suavizariam a segregação, especialmente para os doentes oriundos das camadas mais abastadas da sociedade.

Segundo o médico, os novos conhecimentos científicos apontavam para a baixa contagiosidade da lepra. A transmissão da doença ocorreria, na maior parte das vezes, entre aqueles que desfrutavam do contato íntimo e prolongado com o doente. O organismo seria mais receptivo nas primeiras décadas de vida, o que obrigaria a uma revisão dos procedimentos profiláticos que segregavam indiscriminadamente todos os leprosos (RABELO, 1931). Uma profilaxia baseada nestas novas aquisições científicas teria como base a vigilância sanitária dos leprosos para o controle dos comunicantes e, por outro lado, o afastamento das crianças do foco de infecção leprosa depois de seu nascimento.

O que era avaliado como prescrições por demais liberais para profilaxia da lepra, baseada na vigilância sanitária e na educação higiênica, marcaria também a atuação de Eduardo Rabelo no campo da sífilografia. O modelo de intervenção defendido pelo médico para profilaxia da sífilis tinha por base a educação higiênica da população, já que suas propostas não previam a regulamentação ou a criminalização da prostituição, nem mesmo a promoção da abstinência sexual masculina (CARRARA, 1996, p. 195-202). Rabelo ponderava que o tratamento da sífilis deveria ser predominantemente ambulatorial, a internação voluntária seria realizada em discretas enfermarias especiais, localizadas em hospitais gerais. Tal como argumentaria em relação à lepra, Eduardo Rabelo considerava que a tentativa de regulamentar a prostituição havia sido o grande empecilho à profilaxia da sífilis, que *"(...) poderia se manter no campo 'puramente sanitário', prescindindo de qualquer dimensão policial ou repressiva"* (apud Idem, p. 196). No caso da sífilis o regulamento sanitário havia feito algumas conciliações entre diferentes modelos profiláticos para a doença, onde a proposta de Eduardo Rabelo, contrária à regulamentação da prostituição, harmonizou-se com a possibilidade expressa no decreto de um regime sanitário especial para as prostitutas (Idem, p. 218-9).

De certa forma, esta conciliação entre prescrições liberais e proposições coercitivas no combate à lepra também esteve presente no regulamento sanitário de 1920. No decreto podemos identificar uma série de medidas que procuravam aplicar os modernos preceitos da higiene onde, além do isolamento domiciliar, encontraremos prescrições como; a confidencialidade da notificação do diagnóstico da lepra; a possibilidade do exame de confirmação do diagnóstico ser acompanhado por médico de confiança do suspeito ou doente; a possibilidade de recurso do diagnóstico para o Diretor-Geral do DNSP; a permissão de internamento de pessoa adulta que quisesse acompanhar o doente, desde que assumida suas despesas; a permissão para o doente isolado tratar-se com clínico de sua confiança; o consentimento, em casos excepcionais, da saída do leproso isolado em estabelecimento para visitar a família ou tratar de interesse próprio; a mesma indicação seria aplicada ao isolado em domicílio, que poderia sair de acordo com o seu grau de infecciosidade.⁵ Porém, também encontraríamos algumas orientações que podem ser consideradas medidas bastante rigorosas de controle, especialmente para os casos dos suspeitos negarem-se ao exame, quando poderia ser requisitado o auxílio da polícia para sua execução. Ação igualmente coercitiva era prescrita para o afastamento das crianças no caso de isolamento nosocomial de um dos pais, mesmo estando o outro saudável, ou o impedimento de entrada no país de imigrantes estrangeiros.

O reconhecimento de que as medidas da profilaxia da lepra que haviam sido aprovadas pela legislação sanitária brasileira estava em conformidade com que havia de mais moderno e eficaz no combate à doença seria referendado por ocasião da participação de Eduardo Rabelo na 3ª Conferência Internacional de Lepra, em Estrasburgo, na França. Rabelo e o médico Joaquim Mota apresentaram as medidas de profilaxia contra a lepra que estavam sendo executadas pela Inspetoria, ressaltando que tais ações se orientaram pela adoção de uma legislação liberal que havia permitido o isolamento domiciliar e nosocomial, sob condições distintas.

Fazendo um balanço das conclusões da 3ª Conferência Internacional, Eduardo Rabelo destaca dois importantes pontos deste encontro: o reconhecimento de que a maior eficácia do combate à lepra estava no estabelecimento de leis liberais e

⁵ Cf. BRASIL. Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição que acompanhou o decreto nº 14.189, de 26 de maio de 1920. Coleção de Leis do Brasil, v. 3. (Arts. 382; 390, § 5º; 392; 393; 399; 401 e 411).

humanitárias, que permitiriam o tratamento de um número maior de doentes e a crença na possibilidade da cura da lepra. Segundo o médico, as conclusões finais desta conferência corroboravam sua identidade de princípios com a legislação brasileira, o que realçava o valor das disposições sanitárias aprovadas pelo regulamento de 1920.

Eduardo Rabelo teria condições de reafirmar os princípios liberais que orientariam os trabalhos da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, em diversas ocasiões. Mas, podemos dimensionar este posicionamento especialmente em dois momentos distintos, tendo interlocutores bastante significativos na conjuntura da política sanitária do período. O primeiro seria Belisário Penna, o grande porta-voz do saneamento dos sertões, o segundo, seria João Aguiar Pupo, chefe da Inspetoria de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo.

Em 1926 Rabelo envolveu-se numa famosa polêmica na Academia Nacional de Medicina com o médico Belisário Pena, que se tornaria uma das principais vozes dos descontentes com a política que vinha sendo executada pela Inspetoria, questionando suas propostas profiláticas os resultados alcançados.⁶ Já afastado da direção dos serviços da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, Rabelo compareceu à sessão da Academia Nacional de Medicina para, ao lado de Silva Araújo que o substituiu, responder às críticas de Pena. Rabelo retomava os argumentos já conhecidos trazidos da moderna profilaxia da doença, que favorecia a manutenção do leproso junto à sua família, das experiências internacionais que reduziam o número de doentes com medidas mais liberais, da necessidade de multiplicação de locais de isolamento juntos aos focos da doença, dos progressos da terapêutica, da baixa contagiosidade e da possibilidade de cura clínica da lepra.

O médico reafirmava os princípios liberais que haviam formatado o regulamento sanitário e a atuação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, indicando que estes novos elementos que foram trazidos do avanço das pesquisas sobre a doença limitavam o isolamento do leproso. Frequentemente combatido era o fato de que o tratamento da lepra pelo óleo de chaumoolgra fosse considerado uma das principais medidas profiláticas pela Inspetoria. Com atitudes sempre muito extremadas em relação à profilaxia da lepra, Pena discordava das orientações da Inspetoria que adotava o uso do chaumoolgra como um importante meio a ser utilizado no combate à lepra. Conforme analisamos, esta postura defendida por Rabelo e Silva Araújo partia do pressuposto da baixa

⁶ Sobre esta polêmica ver CABRAL, 2007.

contagiosidade e da possibilidade de cura da lepra, opinião divergente da advogada por Pena.

Se a utilização do tratamento clínico por chaumoolgra como uma das bases da política de controle da lepra era bastante criticada pelos opositores da condução da política sanitária da Inspetoria, o mesmo acontecia com o emprego de dispensários para tal fim. A Inspetoria desde sua criação havia estabelecido dispensários mistos, utilizados para o tratamento da lepra e das doenças venéreas em todos os estados com que celebrara acordos e no Distrito Federal, contabilizando um total de 27 em 1922 (HOCHMAN, 1998, p. 188). Segundo o relatório de 1928, Silva Araújo informava que na cidade do Rio de Janeiro a terapêutica dos doentes de lepra era realizada quase exclusivamente em um dos dispensários antivenéreos, onde os leprosos eram atendidos em horas especiais, sendo rotineiramente freqüentados.

Tal dispensário estava localizado num dos bairros onde residia o maior número de doentes, sendo distante para aqueles que habitavam outras zonas, dificultando a vinda regular destes leprosos, que tinha ainda o inconveniente de ter de atravessar grande extensão da cidade. Esta questão foi apontada neste relatório por sua relevância nas críticas sofridas pela Inspetoria, já que os dispensários eram freqüentemente acusados de propiciarem o trânsito de doentes pela cidade. A função dos dispensários na profilaxia da lepra não se constituía ainda uma unanimidade entre os leprólogos neste período. Porém, é importante ressaltar o papel desempenhado pelos dispensários por sua possibilidade de diminuir os custos econômicos da doença para o Estado. Para os que capitaneavam a política antileprosa, os dispensários permitiriam o tratamento do doente com uma despesa muito menor, além de possibilitar a detecção de novos casos e o exame clínico periódico nos comunicantes. Além disto, ressaltavam ainda que a utilização dos dispensários no tratamento da lepra constituía-se como uma estratégia importante para a manutenção do doente em tratamento, já que se mantinha o seu vínculo com a família, sem o temor do isolamento.

Se a reprovação à atuação da Inspetoria emergiu com força na segunda metade da década de 1920, outro elemento contribuiria de forma substancial para reforçar e conferir maior contundência a estas críticas: a experiência paulista no combate à lepra. A reforma do arcabouço de saúde pública paulista, iniciada sob a direção de Artur Neiva no Serviço Sanitário, possibilitou a montagem de uma estrutura sanitária e permitiu que o estado

implementasse políticas e programas de saúde independentes do auxílio do governo federal. Este pioneirismo forneceu condições para que o governo estadual estruturasse a profilaxia da lepra em bases próprias, incluindo a promulgação de um Código Sanitário em 1920 que funcionava como um importante instrumento legal para sua implantação no estado. Em relação à lepra, o Código acompanhava o que fora definido no regulamento sanitário federal, aprovado neste mesmo ano, prevendo o isolamento domiciliar ou nosocomial para os acometidos pela doença.

Porém, em dezembro de 1926 uma lei tornava o isolamento do leproso novamente obrigatório, o que marcaria também o início de uma reorientação do programa profilático paulista. A posse do médico João de Aguiar Pupo na direção da Inspetoria de Profilaxia da Lepra do estado de São Paulo, em 1927, permite balizar a estruturação do que ficaria conhecido como 'modelo profilático paulista', política distinta da que vinha sendo executada até então por José Maria Gomes. A alteração da legislação conferiu condições legais para que o governo paulista executasse a política isolacionista que seria a base de seu programa, no qual São Paulo foi mais uma vez o pioneiro. O novo programa sanitário defendido por Aguiar Pupo materializou-se na retirada dos dispensários da organização profilática, na normalização do isolamento, na extrema centralização das ações profiláticas e das informações sobre os doentes e, o mais importante em tal modelo, na construção das grandes unidades de segregação dos leprosos, os asilos-colônias no interior do estado. Tal estrutura de combate à lepra ficaria conhecida como modelo tripé, onde se estabeleceram instituições com funções bastante definidas e complementares: o hospital especializado, onde era isolado o leproso; o dispensário, onde eram detectados os novos casos e controlados os comunicantes; os preventórios, onde eram recolhidos e mantidos sob observação os filhos dos infectados.

Neste aspecto, torna-se importante analisarmos como e porque se daria a constituição de novas prescrições para o combate à lepra. A conjuntura em que se desenrolaria tal processo, que começa a ser gerido ao final da década de 1920, se estrutura a partir de duas referências: a primeira partiria da percepção de que a Inspetoria falhara na execução de medidas profiláticas sob princípios liberais; a segunda teria em São Paulo sua grande referência de organização sanitária eficiente, estruturando um novo modelo de administração sanitária a ser seguido.

Em primeiro lugar, parece-nos claro que, qualquer que fosse a orientação da política profilática a ser adotada no controle à doença, o pioneirismo de São Paulo deve ser compreendido como resultado das mesmas condições que fizera com que empreendesse tão precocemente uma reforma sanitária ainda na década de 1910. Por outro lado, a lepra ter se tornado objeto de uma política pública fez parte do processo de melhoria das condições sanitárias do estado, fruto das necessidades específicas de seu desenvolvimento econômico. Além disso, integrou ainda a resposta paulista ao reconhecimento da alta endemicidade da doença no estado e a necessidade da adoção de medidas que contivesse o trânsito de leprosos nos estados vizinhos. A pressão sobre São Paulo e Minas Gerais, estados onde era observada uma grande frequência de lepra, se fazia sentir desde o final do século XIX. No entanto, apenas São Paulo reunira condições para fazer face aos custos políticos, econômicos e técnicos que o combate à doença exigia, o que lhe dera a dianteira na formulação de uma profilaxia da lepra distinta das orientações técnicas e ajuda econômica do governo federal.

Se São Paulo acumulara condições materiais para dar início à luta contra a lepra, devemos pensar também que elementos podem ter contribuído para mudança na orientação de sua política. Avaliamos que esta modificação no modelo profilático adotado pelo estado pode ser compreendida como consequência da conjunção de inúmeros fatores, mas, principalmente, pelo reconhecimento dos altos custos sociais da lepra, pela grande visibilidade que a doença adquirira na década de 1920 e pela ascensão de um grupo de médicos que rejeitava as mais recentes orientações profiláticas que relativizava a eficácia do isolamento como base de sua política de controle.

Estes médicos, que assumiram a condução da política de combate à lepra em São Paulo, estavam mais alinhados às proposições que defendiam o isolamento compulsório como única medida profilática comprovadamente segura. Para tanto, somente a construção de unidades de segregação de leprosos poderia conter a disseminação da doença no estado. A discussão em torno das resoluções da 3ª Conferência Internacional de Lepra evidencia o embate entre os adeptos do isolamento rigoroso do leproso e aqueles que começavam a admitir que medidas mais brandas pudessem ser adotadas sob determinadas condições. Seria um grupo profundamente ligado aos pressupostos isolacionista, que defendiam a adoção de medidas coercitivas de isolamento em casos de lepra, que alcançariam postos de comando da política sanitária paulista. Este fator foi

determinante para que se fortalecesse uma cultura isolacionista que sobreviveria, inclusive, às transformações que a década de 1940 traria no tratamento da doença, especialmente com o advento das sulfonas.

É importante observarmos que a lepra deixou o círculo médico de debates para tornar-se um problema social de maior destaque, saindo dos periódicos especializados para ganhar as páginas dos jornais de circulação diária. A popularização do debate em torno do censo de leprosos e o discurso sobre a necessidade de que a sociedade assumisse para si a tarefa do combate à doença forjou o apelo para uma ação mais contundente do governo. A tolerância social para com o trânsito de doentes, que se verificara na década de 1910, aos poucos foi sendo substituída por um discurso que incorporara que a saúde era uma questão pública, logo, uma obrigação do Estado. Ao mesmo tempo, organizam-se entidades filantrópicas dirigidas por proeminentes senhoras da sociedade, cujas ações orientavam-se pela defesa dos direitos dos leprosos. Neste sentido, o cuidado e a ação caritativa para com os leprosos orientavam-se pela subordinação dos direitos dos leprosos aos da população sã, o que significava o isolamento do doente em condições confortáveis. Assim, a importância que a doença adquiriu no cenário sanitário paulista pode ser dimensionada pelo pioneirismo também da cooperação privada no combate à lepra, a criação de entidades para assistência ao leproso e sua família em São Paulo serviriam de modelo para o estabelecimento de similares em todo o país.

Na década de 1920, a lepra transformara-se numa doença visível e conhecida, o *'flagelo nacional'* materializara-se geográfica e numericamente e, conseqüentemente, tornara-se também temida. Como tal, a doença conquistou um lugar entre as endemias nacionais e foi alçada a objeto das políticas públicas, no mesmo processo em que o governo federal procurava ampliar sua presença e seu controle sanitário nos estados. O pioneirismo sanitário e a especificidade com que seria conduzida a administração da saúde pública por São Paulo acabariam por constituir um modelo de atuação, um paradigma para o desempenho da Inspetoria de Profilaxia da Lepra do governo federal, contribuindo para que as críticas à sua ação se fizessem mais severas.

Em 1931, Eduardo Rabelo apresentou uma conferência sobre a profilaxia paulista da lepra na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, onde fez um longo levantamento das recentes orientações internacionais no combate à lepra, o que

contribuía determinantemente para o abrandamento da campanha contra a lepra. O médico resgatou a atualidade e a importância dos princípios profiláticos que orientaram a ação da Inspetoria, convocando a administração sanitária paulista partilhar destes princípios, estabelecendo dispensários e multiplicando os postos de isolamento temporário. Nada mais distante do que vinha sendo executado em São Paulo por João de Aguiar Pupo e, mais tarde, ampliado por seu sucessor, Francisco de Salles Gomes Júnior. A partir de 1930, o grupo defensor do isolamento compulsório de leprosos em São Paulo obteria as condições necessárias para a segregação em larga escala em asilos-colônias que seriam rapidamente construídos.

As críticas à política capitaneada pela União tornavam-se mais contundentes ao final da década de 1920, porém, o golpe de misericórdia às prescrições profiláticas defendidas por Rabelo viria com as mudanças políticas verificadas na década de 1930, quando a questão da saúde pública ganharia um novo contorno. O processo político que culminou na Revolução de 1930 e na mudança da ordem política brasileira teria profundas consequências na área de saúde pública.⁷ A Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas foi um dos órgãos que teve suas atividades atropeladas pela mudança administrativa, seu esvaziamento político seria acompanhado pela intensa burocratização de suas ações, bem como pela descontinuidade e interrupção de muitos serviços.

O profícuo debate que se travou ao longo da década de 1920 sobre a profilaxia da lepra e os melhores meios de combater a doença no país, as medidas planejadas e executadas pela Inspetoria de Profilaxia da Lepra, o caráter inovador e contemporâneo que tiveram os regulamentos sanitários de 1920 e 1923 seriam ofuscados pela total desarticulação do órgão em 1930, quando novos elementos contribuiriam para que a doença fosse emoldurada sob novos pressupostos, mais rigorosos e coercitivos.

Doravante, a avaliação dos serviços da Inspetoria se daria estritamente pela construção de unidades de isolamento de leprosos, o que acabou por reduzir sua atuação e negar os possíveis resultados a serem obtidos pelo modelo profilático que vinha sendo adotado pelo órgão. Se as dificuldades financeiras serviram como importantes limitadores para construção de leprosarias, conforme atestou em diferentes situações Eduardo Rabelo,

⁷ Com a vitória da Revolução de 1930, a administração pública passaria por uma série de reformas, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que retiraria da órbita do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a questão da saúde, então em sua pasta. Sobre o assunto ver CBARAL, 2007.

outros recursos profiláticos foram adotados, como os dispensários mistos utilizados no combate à lepra e às doenças venéreas. O aspecto que buscamos frisar nesta análise é de que a política empreendida pelo governo federal, durante a década de 1920, não foi apenas o resultado das dificuldades orçamentárias da Inspetoria. A atuação da Inspetoria na profilaxia da lepra foi, acima de tudo, decorrência de uma escolha política de nomes como Eduardo Rabelo, o que orientou a campanha contra a doença para prescrições mais liberais, em que o isolamento nosocomial do leproso não se constituía a base de suas determinações.

A experiência nacional com a lepra, até esta data, foi moldada levando em conta a defesa da cura e da baixa contagiosidade da doença, além do questionamento da eficácia da segregação dos leprosos e os enormes custos financeiros e sociais de sua manutenção. Apesar disto, é sob o mesmo princípio de que a compreensão sobre a formulação de políticas públicas para o controle de uma doença envolve diferentes níveis de análise, cujas escolhas e determinações são o resultado de muitos condicionantes históricos, é que podemos compreender as novas orientações para a profilaxia da lepra no Brasil que se estabeleceram após 1934, quando a Inspetoria de Profilaxia da lepra foi extinta, dando lugar a montagem de um novo modelo de atuação do Estado brasileiro no combate à doença.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1986, p. 183-191.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História** - novas perspectivas. SP, Unesp, 1992, p. 7-37.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. **Entre idéias e ações: medicina, lepra e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)**. Niterói: UFF / ICHF, 2007.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

LORIGA, Sabina. 'A biografia como problema'. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225-249.

LEVILLAIN, Phillippe. 'Os protagonistas: da biografia'. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.

BRASIL. **Decreto n. 14.354**, de 15 de setembro de 1920. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição que acompanhou o decreto nº 14.189, de 26 de maio de 1920. v. III. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

RABELO, Eduardo. 'Considerações sobre a profilaxia da lepra em São Paulo'. Conferência realizada em 8 de abril de 1931, na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. **Brasil-Médico**. Rio de Janeiro, ano 45, n. 17, p. 371-2, 25 de abril de 1931.

REMOND, René. 'Por que a história política'. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7 (n. 13, 1994): 07-19.

SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório**: filantropia, mecenato e práticas científicas - Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. O controle do câncer no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.17, supl.1, jul. 2010, p.13-31.

Agruras de um cientista:

Armauer Hansen e a lepra na Noruega

Reinaldo Guilherme Bechler*

A Noruega experimentava um processo de grande ebulição política e social no século XIX. O processo que culminou com a anexação de seu território ao reinado sueco, ocorrido em 1814, além de exacerbar sentimentos nacionalistas, também trouxe profundas transformações nas relações entre as distintas camadas sociais, estimuladas pelas novas lideranças monarcas do país. Centralizando posturas políticas e estimulando o desenvolvimento científico, os noruegueses conseguiram desenvolver um sentimento participativo na população para com suas principais mazelas sociais. A principal delas era, sem dúvida, a lepra. Considerada como extinta do território europeu desde o final do século XVII, a lepra nunca havia desaparecido completamente na Escandinávia. Na Noruega, especialmente, a doença assumia proporções endêmicas em várias regiões nesse princípio do XIX. Assim, uma das primeiras atribuições do novo governo foi a de investir no desenvolvimento de uma política pública que solucionasse o problema a partir da década de 1830.

Este texto pretende apresentar algumas características históricas e pessoais da vida de um dos principais personagens vinculados a essa política pública: Gerhard Henrick Armauer Hansen. É bem verdade que Hansen entrou em cena no processo já no final da década de 1860, quando a referida política já se encontrava relativamente consolidada. Contudo, foi ele o responsável por construir uma legitimidade política e acadêmica para as medidas internacionalmente, além de ter sido sempre a principal figura científica vinculada ao problema.

* Reinaldo Guilherme Bechler, Doutor, Professor visitante da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

Ao dedicar quase toda sua existência ao estudo de uma enfermidade tão singular e estigmatizada como a lepra, Hansen alcançou resultados bastante positivos, a ponto de fazer com que a doença ganhasse seu próprio nome em alguns países. Dotado de singular capacidade retórica e de uma personalidade forte, Hansen viveu intensamente um dos períodos científicos mais profícuos da contemporaneidade. Alguns de seus desafios acadêmicos serão aqui apresentados a partir de fontes primárias e mesmo de anotações pessoais, além de sua autobiografia, publicada na década de 1970. O objetivo deste trabalho é, assim, oferecer ao leitor a oportunidade de se deparar com aspectos pessoais, políticos e científicos até então pouco conhecidos de sua trajetória, no intuito não de criticá-lo ou vangloriá-lo, mas tão somente situá-lo enquanto personagem histórico singular, humano e falível, instigando novos questionamentos por parte da historiografia da ciência.

Nascido aos vinte e nove dias do mês de julho de 1841, na cidade de Bergen, Hansen era filho de pais aristocráticos e muito bem-relacionados na sociedade da época. Tinha ao todo dez irmãos e, talvez por ser o mais novo, gozava da predileção completa de toda a família. “Tínhamos um lar feliz. Nós tínhamos total liberdade pra sair e brincar depois de terminar a lição de casa”. (Hansen, 1976, p.30)

Aluno aplicado e talentoso, Hansen teve logo nos primeiros anos escolares sua competência técnica reconhecida, especialmente no estudo das ciências naturais. Se autodescrevendo como um estudante inquieto e observador, nunca desenvolveu uma relação pessoal muito profunda com seus professores e colegas. Sua educação, além disso, teve muita influência de seus irmãos mais velhos, que o iniciaram no estudo das artes e da música, por exemplo, e também foi bastante vinculada a atividades religiosas na Igreja católica de sua comunidade, as quais desempenhava com interesse e assiduidade.

Várias são as histórias narradas, em sua autobiografia, sobre a relevância dessas atividades, e da religião em si, em sua infância, que eram amplamente incentivadas por seus pais e irmãos. A turbulenta conjuntura social e política vivida por seu país atingiu-o de maneira mais intensa em sua juventude, dando margem ao surgimento do médico socialmente engajado Armauer Hansen.

Contexto de atuação: política e ciência contra a lepra

O século XIX assistiria ao retorno endêmico da lepra ao continente europeu, depois de a enfermidade ser considerada como extinta desde o final do século XVII¹, causando profundo temor social e instigando o instinto científico da época. Várias outras enfermidades passaram a ser objeto de estudo sistemático nesse mesmo período histórico, fruto dos estudos de uma recém-formada classe de médicos chamada de *Bacteriologistas*. Isso acabou comprovando serem as bactérias causadoras de uma série de enfermidades como tuberculose, cólera, dentre outras que, agora, podiam ser melhor compreendidas. Essa **revolução microbiana** (CUNNINGHAM et WILLIAMS, 1992. p. 209) modificou comportamentos médicos, ampliou horizontes investigativos e teve conseqüências importantes no estudo específico da lepra. A doença se transformou em um verdadeiro desafio para esses cientistas, uma vez que o nível de conhecimentos acerca do seu agente causador era notadamente menos desenvolvido do que o de outras enfermidades.²

Como se não bastassem essas dificuldades no âmbito científico, a lepra também representava um sério problema político no século XIX. O fenômeno que o historiador britânico Eric Hobsbawn chamou de **A era dos impérios** (HOBBSAWN, 1988) oferece subsídios para que se interprete esse momento científico do estudo leproológico como momento imperial, ou colonial da lepra. As principais nações europeias se preocupavam sobremaneira com a expansão comercial e econômica de suas divisas ao longo do século XIX; coincidentemente, em quase todas as regiões que foram objeto desse Imperialismo, a lepra era um sério problema endêmico.³

No caso específico da Noruega aqui estudado, a lepra representava, naquele momento, não um problema de política internacional, mas sim um grave problema interno de saúde-pública. Oficialmente, a independência da Noruega perante o reinado

¹ Sobre isso ver: HANSEN, Armauer & LIE, H. P. **Die Geschichte der Lepra in Norwegen**. II INTERNATIONALE LEpra-CONFERENCE, Bergen, 2: p. 314-340, 1909.

² Ver especialmente: OBREGÓN-TORRES, Diana. **Batallas contra la lepra**: Estado ciência y medicina en Colombia. Medellín: Banco de la República, Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2002.

³ Um detalhado estudo colonial da lepra nesse período é feito por: EDMOND, Rod. **Leprosy and Empire** – A Medical and Cultural History. New York: Cambridge University Press, 2006.

sueco foi declarada em 1814, embora até o ano de 1905 o país tenha se mantido relativamente vinculado politicamente à Suécia⁴. De todas as maneiras, o século XIX marcou uma série de transformações sociais no país. Segundo Michael Drake, que analisou este período da história norueguesa em um importante trabalho sociológico, os camponeses foram reconhecidos e valorizados como cidadãos genuinamente noruegueses, processo que terminou por gerar uma reorganização política do país em novos e poderosos governos locais e autônomos (DRAKE, 1999). Além disso, houve uma preocupação por parte dos meios de comunicação e dos setores mais elevados da sociedade, em tornar conhecidas as duras e difíceis condições sociais da população rural.

Conseqüentemente, as condições sanitárias e de saúde pública foram alvos de preocupação vital a partir desse momento. Doenças como a lepra, a sífilis, a tuberculose e a sarna estavam entre as principais enfermidades a serem combatidas por essa nova *ciência nacional*⁵, que não deveria ter outra tarefa senão a de se preocupar com o bem-estar de seus conterrâneos. Alguns historiadores como Zachary Gussow chamam à atenção para esse sentimento nacionalista norueguês e sua relevância no desenvolvimento de ações políticas contra a lepra já a partir das primeiras décadas do século XIX: “A história da lepra na Noruega no século XIX é parte da história do nacionalismo norueguês”.⁶ Por todo o estigma que carregava e pelo risco epidemiológico que representava não apenas para o país, mas para todo o continente europeu, a lepra assumia a linha de frente nas preocupações das autoridades norueguesas. A erradicação dessa epidemia passava a representar, enfim, uma obsessão no país.

Em termos práticos, o governo daquele país foi o primeiro a reconhecer a lepra como um problema estatal, desvinculando-a de ações caritativas, notadamente associadas a matizes religiosos, como ocorrido especialmente na época medieval. Assim, uma série de medidas de saúde-pública foi implementada no intuito de combater a enfermidade a partir da década de 1830.

⁴ Para mais detalhes sobre este momento histórico norueguês, ver especialmente: STERNERSEN, Oivind & LIBAEK, Ivar. **The history of Norway: From the Ice Age to today**. Lysaker: Dinamo Forlag, 2003.

⁵ O termo foi utilizado por Lorenz Irgens para descrever o sentimento nacionalista presente na ciência norueguesa do período. Ver: IRGENS, Lorenz. **Hansen, 150 Years after his Birth**, The Context of a Medical Discovery. In: International Journal of Leprosy, 60 (3): p. 466-69, 1992.

⁶ GUSSOW, Zachary. **Leprosy, Racism and Public Health: Social Policy in Chronic Disease Control**. Boulder: Westview Press, 1989, p. 69. Todas as traduções dessa obra foram feitas por mim.

Influenciado por esse sentimento nacionalista anteriormente mencionado, o governo norueguês investiu na formação de uma classe de cientistas capazes de desenvolver soluções para o cada vez mais preocupante problema da lepra. Após fazer um mapeamento da enfermidade no país, tornou-se necessário encontrar um cientista que personificasse essas novas posturas do governo, e assumisse a liderança técnica dos estudos sobre a doença. Este profissional, Daniel Cornelius Danielsen, é contratado pelo governo em 1839.

Como médico-chefe do Hospital St. Jørgens, transformado com as medidas em um leprosário estatal, Danielsen recebe dois meses depois a companhia profissional de Carl Boeck, e a incumbência oficial por parte do governo de desenvolver com ele o plano de erradicação da lepra no país. Estabeleceu-se que Danielsen desenvolveria suas pesquisas no Hospital St. Jørgens, em Bergen, enquanto Boeck seria incumbido de viajar por vários centros científicos do mundo naquele período, com o objetivo de se atualizar com as técnicas mais avançadas no que tange ao combate à lepra.

Fruto desse esforço inicial, os dois médicos publicariam no ano de 1847, o que é até os dias atuais considerado como o primeiro trabalho científico moderno sobre a lepra, chamado *Om Spedalskhed*⁷. Em termos práticos este trabalho foi o primeiro a fazer uma descrição técnica de uma célula leprosa, graças ao considerável desenvolvimento técnico dos microscópios à época, o que representou uma verdadeira revolução nos estudos da enfermidade. Danielsen e Boeck reconheceram nessa célula o que chamaram de "*Brown elements*"; dando início ao estudo da lepra segundo os preceitos bacteriológicos caros a esse período histórico. Conclusivamente, os autores consideravam a lepra como uma enfermidade hereditária, e reconheceram explicitamente a incipiência e o caráter vanguardista de seu trabalho, não chegando assim a definições claras quanto às possíveis soluções sociais práticas contra o problema. Mesmo assim, a obra de Danielsen e Boeck ganha relativa ressonância acadêmica, dando ao governo norueguês a certeza de estar caminhando no rumo certo. Deflagrava-se, a partir de então, por conseguinte, uma corrida científica pelo desenvolvimento de conhecimentos técnicos sobre a lepra, especialmente com relação à sua etiologia.

⁷ Para este trabalho consultei a versão francesa, publicada um ano depois. DANIELSEN, Daniel C. & BOECK, Carl. **Traité de la Spedalskhed ou Elephantiasis des Grecs**. Paris: J. B. Ballière, 1848.

Apesar de todo seu esforço e empenho por vários anos, Danielsen não conseguia avançar nesse estudo clínico da doença, e conseqüentemente, não conseguia provar que a lepra era realmente hereditária, como acreditava. Esse processo sofreria importantes modificações quando, no ano de 1868, Danielsen contrata um jovem estudante de medicina para ser seu assistente, de nome Gerhard Henrik Armauer Hansen.

Iniciava-se, assim, uma relação pessoal bastante próxima. Rapidamente, Hansen torna-se figura comum na residência dos Danielsen, e acaba se casando com Stephanie Marie, filha de seu chefe. O casamento, entretanto, teria um fim trágico, com o falecimento de Stephanie Danielsen nove meses mais tarde, em função de uma infecção tuberculosa. O ocorrido serviu para aumentar o elo de amizade entre os dois cientistas, além de tornar Hansen um obcecado por seu trabalho científico, capaz de fornecer-lhe respostas práticas para seu sofrimento pessoal. Se considerando antes do acontecido “uma pessoa muito religiosa” (HANSEN, 1976), ele descreve este período de sua vida com muita tristeza, o que acabou também abalando suas convicções religiosas.⁸

Hansen se apresentava para o trabalho com Danielsen com o respaldo de uma excelente formação universitária ainda em curso (LARSEN, 1973), e recebia de bom-grado a incumbência de atualizar os conhecimentos científicos noruegueses sobre a doença. Possivelmente motivado pelos mencionados acontecimentos particulares, Hansen pede a Danielsen, como sua primeira tarefa, a oportunidade de viajar pelo país para coordenar a tarefa de cadastramento dos doentes, que já vinha sendo desenvolvida desde o final da década de 1850.⁹ Nesse período, Hansen passou a tomar contato com a doença na sua forma mais crua e dura, visitando lares de camponeses pelo interior do país.

A situação sanitária e mesmo de vida de seus conterrâneos o assustou profundamente: “Eu sofri terrivelmente. Nunca pensei em presenciar tanta miséria concentrada em um lugar” (HANSEN, 1976, p.70). A promiscuidade, a falta de cuidados mínimos com higiene e salubridade era realmente grande, sendo uma porta aberta para

⁸ Dois anos mais tarde Hansen se casou novamente. Com sua segunda esposa teve um filho de nome Daniel Cornelius Armauer Hansen, que anos mais tarde também se tornaria leprologista.

⁹ Essa empresa teve como principal resultado um completo censo da doença no país, publicado em 1876. Mais detalhes sobre o assunto, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme. **Leprabekämpfung und Zwangsisolierung im ausgehenden 19. und frühen 20. Jahrhundert:** wissenschaftliche Diskussion und institutionelle Praxis. Tese (Doutorado). Philosophischen Fakultät der Julius-Maximilians-Universität Würzburg. Würzburg, 2010. <http://www.opus-bayern.de/uni-wuerzburg/volltexte/2010/4537/pdf/Bechlerdoktorarbeit.pdf>

várias enfermidades (HANSEN, 1976, p.105). Mas talvez mais do que assustado com a forma como essas pessoas viviam, Hansen ficou intrigado com a maneira com que elas reagiam à sua condição de “doentes em potencial”, especialmente no que tange à lepra. Essa doença era compreendida como uma imposição divina, contra a qual não cabiam quaisquer questionamentos. Dessa maneira o ex-genro de Danielsen compreendeu na prática o que significava a ideia da hereditariedade da lepra, e passou imediatamente a questioná-la, ainda que lhe faltassem os mecanismos técnicos para isso.

Com base na leitura de sua autobiografia, chego à conclusão de que o que mais o incomodava seria o fato de ele também ser uma pessoa religiosa, e, de certa maneira, se cobrar uma atitude como a dos camponeses, de aceitar a vontade de Deus. Seu nascente interesse em buscar uma explicação humana e científica para o problema colocava definitivamente em cheque suas convicções religiosas. Desta feita, a observação do modo que os camponeses de seu país viviam o fez supor, com relativa convicção, que as precárias condições sanitárias e os hábitos promíscuos experimentados por essas pessoas – por exemplo, o de várias pessoas dividirem a mesma cama – poderiam causar uma série de doenças, dentre elas a lepra.

Cumprida sua primeira tarefa, Hansen regressa a Bergen em 1869; poucos meses depois, forma-se médico na universidade desta cidade. Seu trabalho de conclusão de curso foi objeto de diversas honrarias acadêmicas no país e, como consequência, ganha uma bolsa de estudos do governo norueguês para estudar de maneira detida e científica a doença no exterior. Tal atitude por parte do governo se justificava pela esperança em formar um sucessor de Danielsen; um cientista que fosse capaz não apenas de continuar desenvolvendo um estudo sistemático e eficiente sobre a lepra, como também que continuasse mantendo a supremacia e a vanguarda do país no estudo científico da enfermidade.

Com esse intuito Hansen chega, em agosto de 1870, em Bonn, na Alemanha, para trabalhar como pesquisador visitante no *Max Schultz Institut*, que era à época um dos principais centros de estudos em bacteriologia do mundo. Sua permanência na cidade alemã se deu no momento do início do conflito entre Alemanha e França conhecido como Guerra Franco-Prussiana, objeto de interessantes reflexões por Hansen. A conjuntura e a atmosfera social de um conflito militar de tamanha proporção fez com que ele tomasse a decisão de se mudar da cidade, por não conseguir a devida concentração em seu trabalho:

“Naturalmente não foi possível me manter por muito tempo concentrado no trabalho. Até mesmo para mim, um estrangeiro, foi difícil sentar-se calmamente a frente de um microscópio sob tais circunstâncias”.(HANSEN, 1976, p.77)

Ainda em 1870 se muda para Viena. Na capital austríaca, conheceu pessoalmente uma série de personalidades artísticas e científicas de seu tempo e absorveu inovadoras concepções filosóficas e um ritmo de vida boêmio narrado de maneira sucinta em sua autobiografia. Exatamente nesse período, Hansen teria contato com o pensamento de Charles Darwin, que transformaria sua vida para sempre.

Foi em Viena, também, onde aconteceu um dos acontecimentos mais importantes de minha vida. Tudo começou de uma forma bastante comum, com o meu caminhar em uma livraria, mas quando me deparei com uma cópia de *Natural Evolution* o destino estava em meu cotovelo. O próprio título contestava tudo que tinha sido e ensinado sobre a criação. Fui pra casa fascinado pela minha compra, lendo o livro em dois dias no esquecimento completo do meu laboratório.

Nunca havia lido nada parecido. O mundo inteiro se mostrou com uma luz inteiramente diferente daquela que eu conhecia. Tudo o que eu havia ensinado como uma criança caiu como algo irreal. (HANSEN, 1976, p.83)

Penso não ser exagerado dizer que a concepção de ciência e mesmo de vida trazida por Hansen é bastante influenciada pelo pensamento darwiniano, especialmente no que tange a idéia de que não poderia haver em última análise outro responsável pela condição de vida humana do que o próprio homem. A partir de então, Hansen finalmente conseguiria encontrar a resposta para a sua inquietação, nascida da aceitação de seus conterrâneos à “vontade de Deus” e, conseqüentemente, à condição de doente. Minhas inquietações científicas já haviam me preparado espiritualmente para absorver o choque mental daqueles dois dias” (HANSEN, 1976, p.83). Sua conjectura de que a lepra era uma enfermidade transmissível, enfim, ganhava importantes sustentáculos científicos.

Além de sua concepção de ciência, a obra de Darwin também traria profundas transformações à sua vida pessoal e religiosa. Imediatamente após ler o referido livro, Hansen torna-se ateu. Para ele não era mais concebível a idéia de uma pessoa fazer ciência

e ser religioso. Fazer ciência, segundo sua concepção, seria tentar descobrir com mecanismos humanos, a realidade humana que, por sua vez não mais poderia ser apenas atribuída a Deus.

Deixe-me primeiro discutir ainda outro ponto importante aqui. É o seguinte: pessoas, em sua ânsia por respostas sobre o enigma da vida – ainda tão pouco conhecido – imaginam ter chegado a uma solução pela via da criação de um Deus do qual tudo brota e que é realmente Todo-Poderoso. Eles ignoram que este Deus também exige uma origem. Fugir a esta demanda, apenas fazendo-o onipotente e eterno é simplesmente uma admissão de ignorância. (HANSEN, 1976, p.86)

Hansen ainda permaneceria algum tempo na capital austríaca, retornando a Bergen no final de 1871 e reassumindo o cargo de assistente de Danielsen. Na bagagem trazia consigo a responsabilidade de fazer germinar essas idéias revolucionárias em sua sociedade. Contudo, via-se agora em uma incômoda situação. Seria necessário, a partir de então, assumir definitivamente uma postura científica antagônica a de seu mentor e ex-sogro, que por sua vez, era na época o principal partidário da tese da hereditariedade da lepra.

Ainda que estivesse cada vez mais convencido de que a lepra era uma enfermidade transmissível, Hansen sabia também que lhe faltavam os mecanismos técnicos para comprovar tal teoria. Enquanto faltassem esses meios, ele sabia que estaria fadado trabalhar e a existir “à margem” do processo científico.

Tal situação começa a se modificar quando Hansen publica três anos mais tarde, no ano de 1874, um trabalho na principal revista científica norueguesa (HANSEN, 1874, 1955), resultado das pesquisas realizadas desde seu regresso de Viena. Nesse trabalho, ele faz uma análise microscópica de uma célula que continha material leproso, e observa que existiam microorganismos que chamou de parecidos a “bastões”, o que para ele seria pelo menos um indício de que este poderia ser o agente etiológico da lepra. Em última análise, Hansen observou um microorganismo existente em uma célula leprosa, o que Danielsen também já havia feito 26 anos antes, o chamando de “Brown elements”. Partindo apenas dessa observação supôs ser esse microorganismo o agente etiológico da enfermidade, o que comprovaria sua tese da transmissibilidade. Hansen tinha consciência de que não

havia mecanismos científicos à época capazes de comprovar sua conjectura; mesmo assim, resolveu publicar essas observações, numa atitude que considero aqui como demonstrando uma preocupação em demarcar seu espaço no contexto científico do período. Vários autores concordam com a opinião de que esse trabalho foi veementemente criticado pelos cientistas partidários da tese da hereditariedade, inclusive Danielsen¹⁰. Essa resposta negativa às suas ideias seria um golpe importante nas idéias de Hansen, que àquela altura já se posicionava de maneira mais explícita contra Danielsen, afastando-se de sua influência pessoal e ideológica. A partir deste momento, Hansen passaria a se dedicar ainda mais a provar sua tese da transmissibilidade da lepra e assumir, de vez, a hegemonia científica do assunto.

O caminho até essa hegemonia seria árduo e – acima de tudo – lento. A década de 1880 assistiria aos capítulos decisivos dessa empreitada acadêmica, vencida por Hansen em um processo que mereceu minha atenção em outros trabalhos (BECHLER, 2011). Mas sua aclamação como cientista da lepra se daria na primeira conferência internacional de lepra, realizada em Berlim no ano de 1897.

Conferência Internacional de Berlim

Eu obtive, claro, fama com isso. E isso aconteceu em 1897, na conferência de lepra de Berlim. (HANSEN, 1976, p.100)

De 11 a 16 de outubro de 1897 o norueguês Armauer Hansen experimentaria o que ele mesmo descreveu como sendo os dias de maior sucesso de sua vida profissional.¹¹ Credenciais científicas não faltavam ao escandinavo. Além do fato de já ser, àquela altura, reconhecido como “descobridor” do bacilo causador da lepra, ele ainda era o representante máximo do governo norueguês no encontro. Seu discurso era aguardado por todos os presentes, ansiosos por conhecer mais detalhes sobre as medidas que

¹⁰ Ver: OBREGÓN TORRES, 2002, p. 128.; YOSHIE, Yoshio. Advances in the microbiology of M. Leprae in the past century. In: **International Journal of Leprosy**. Vol. 41, n. 3. p. 361-371, 1973; BECHELLI, L.M. *Advances in leprosy control in the last 100 Years*. In: **International Journal of Leprosy**, Vol. 41, n. 3. p. 285-297, 1973.

¹¹ Para maiores detalhes sobre a conferência de Berlim, ver: BECHLER, 2009.

conseguiram reduzir a epidemia de lepra que assolava a Noruega, de mais de 3.000 casos em meados do século para pouco mais de 60 naquele ano de 1897.

Baseando-me aqui nos anais oficiais do encontro, pesquisados de maneira inédita em trabalhos latino-americanos para a realização de minha tese de doutoramento (BECHLER, 2010), pretendo mostrar algumas outras importantes facetas de Armauer Hansen, que permitiram sua consolidação como maior expoente científico da história da lepra. Se suas capacidades argumentativas e acadêmicas já foram sucintamente abordadas, resta-me apontar um Hansen astuto, rude, hábil, impiedoso, e acima de tudo consciente de seu papel histórico.

Sua postura no encontro será analisada por este trabalho partindo de pressupostos teóricos do médico polonês Ludwik Fleck, que dedicou boa parte de sua trajetória acadêmica para o estudo do desenvolvimento da ciência, enquanto um fenômeno social.¹² Como personagem científico, mas também como ser humano, Hansen inseria-se numa singular rede social e acadêmica, que não deve ser olvidada. Conflitos pessoais e técnicos, interesses nacionais, ou mesmo a incipiência prática dos conhecimentos acerca da lepra no período, geraram um conturbado *coletivo de pensamento*¹³ – seguindo o pensamento fleckiano – acerca desta enfermidade, acirrando os ânimos de todos os presentes ao encontro de Berlim, e oferecendo mecanismos para o surgimento do Armauer Hansen visceral, como abordado anteriormente.

Ele devia ter a consciência de que importantes rumos científicos e políticos estavam sendo decididos naqueles dias de outono na capital alemã. Explica-se assim sua postura agressiva na ocasião, como veremos a seguir, no sentido de não permitir a inserção de outros personagens que pudessem ofuscá-lo ou mesmo dividir com ele os louros desse processo. Esquiva-se aqui, contudo, da proposta de analisá-lo como um personagem consciente de seu lugar no panteão dos gênios. Ser humano que era, os

¹² Fleck escolheu a sífilis, objeto de sua lida diária, para elucidar a construção da ciência a partir do estudo de caso da sifilografia. A história da sífilis, de Fleck, não equivale às congêneres de sua época, pois evidencia a construção social desta doença e da sifilografia. Para ele, enfim, o conhecimento científico é um fenômeno social e culturalmente construído. Ver: FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

¹³ Ou, no original, *Denkkollektiv*. Fleck define este conceito como: “uma comunidade de pessoas intercambiando idéias mutuamente ou mantendo interação intelectual” (*Idem*, p. 39).

discursos de Hansen em Berlim nos oferece, tão somente, singulares instrumentos de reflexão histórica sobre o devir e a prática científica.

Em recente artigo publicado no Brasil sobre a conferência de Berlim, Shubhada Pandya narra com interessantes fontes primárias, por exemplo, a tentativa do médico norte-americano Albert Ashmead – também presente ao encontro – de formar junto com Armauer Hansen e outros médicos uma rede mundial de pesquisadores, um *Comité*, a partir do final de 1896, e que teriam também a responsabilidade política de propor soluções contra a enfermidade (PANDYA, 2003). De maneira sutil, mas determinada, segundo Pandya, Hansen declina de todas as tentativas, numa atitude que merece atenção histórica.

O médico norte-americano Albert Ashmead seria assim, outro personagem que buscaria seu reconhecimento acadêmico no processo. Também favorável à ideia da transmissibilidade e ferrenho defensor do isolamento compulsório como solução prática para o problema, Ashmead buscava maneiras de formar uma primeira classe de “leprologistas”, que teria a responsabilidade de convencer os governos de todo o mundo da necessidade do isolamento para se chegar ao fim da lepra:

O combate e prevenção da lepra... só pode ser realizado sufocando-a através do isolamento. Queremos obter o isolamento compulsório e completo com o consentimento dos governos; queremos que as medidas sejam tomadas, a rigor, em todos os lugares; e que o princípio do isolamento seja passado à prática, com todas as conseqüências, todas as tarefas e todos os esforços que pode acarretar. (ASHMEAD apu PANDYA, 2003, p.168)

Contudo, pelos motivos apontados anteriormente, tal atitude não seria bem-vista e não contaria com o apoio de Hansen. Em uma das discussões da conferência de Berlim – que por fim não foi abordada por Shubhada Pandya – o norueguês trata do assunto, e dá mostras contundentes da maneira com que defenderia sua posição na ocasião:

Meus senhores! Temos aqui duas propostas feitas por Dr. Ashmead (New York) e por Dr. Westberg sobre a formação de um “Lepra-Comité”. Eu já havia escrito anteriormente à Dr. Ashmead que eu não posso compreender o que este Comité teria a fazer, a não ser assinar papéis e tecer belos discursos. Eu penso

que a coisa é bem simples. Nós conseguimos resultados realmente requintados na Noruega, mas se eles não forem suficientes para convencê-los, então façam como queiram. Se os senhores não querem seguir nosso exemplo são, como eu disse à Dr. Ashmead, idiotas (sic), e pessoas idiotas não merecem ser ajudadas. Mas minha experiência mostra que as pessoas não são tão idiotas como se diz comumente, e por isso eu acredito que os senhores farão como nós fizemos e eu posso garantir que em pouco tempo estarão livres da lepra.¹⁴

Estava claro, assim, que ele não aceitaria a inserção de outros personagens no processo. A experiência e os resultados epidemiológicos de seu país, associada à sua experiência pessoal no estudo científico da doença, somada à providencial e fundamentada relação acadêmica com Rudolf Virchow – presidente da conferência – eram predicados suficientes para legar à sua figura a condição de legitimidade necessária para propor, sozinho, soluções aos presentes. E sua solução foi o isolamento compulsório que, de fato, era a única alternativa plausível, uma vez que não havia um tratamento clínico contra a enfermidade.

De qualquer forma, todas as tentativas terapêuticas para a lepra foram até agora tão claramente mal-sucedidas, ou pelo menos tão inseguras, que não nos resta outra alternativa. Será o mais sensato e mais humano de nossa parte, se nós combatermos a propagação desta enfermidade através do isolamento dos doentes.¹⁵

A conferência internacional de Berlim deixou o legado histórico da aclamação oficial da tese da transmissibilidade da lepra, além de ter sido o palco onde Armauer Hansen teria cometido uma importante contradição histórica, já apontada por vários historiadores contemporâneos, de propor um isolamento compulsório irrestrito e impositivo, que deveria até mesmo contar com auxílio de forças policiais para sustentá-lo,

¹⁴ **Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897.** Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erforderlichen Maassregeln. Vol. 2. Berlin, 1897. p. 165.

¹⁵ *Idem*, p. 32.

quando na verdade as medidas implementadas por ele com todo sucesso na Noruega pregavam exatamente o contrário, ou seja, ações democráticas e bem-orientadas, que contavam com a participação de todos os setores da sociedade no processo de erradicação da doença.¹⁶

Através da análise do próprio discurso de Armauer Hansen enquanto fonte primária, realizada em outros trabalhos, me foi possível relativizar tais análises, apresentando elementos que podem abrir novas perspectivas historiográficas ao assunto. A princípio, instigou-me o fato de que tais medidas tenham resultado em uma diminuição tão impactante na incidência da lepra, em um período de tempo relativamente curto, quando não havia qualquer alternativa de tratamento clínico para a doença.

Encontrar explicações para esse fato não é tarefa histórica das mais fáceis, nem mesmo para os noruegueses. H.P. Lie, assistente de Hansen, escreveria um importante artigo já em 1933 onde deixa claro que não possuía essa resposta, e chega mesmo a se perguntar: “is the decline spontaneous?” (LIE, 1933, p.210)

Em outras palavras, considerando a hipótese dessas medidas terem sido implantadas na Noruega segundo tais preceitos democráticos, pregados pela historiografia atual, culminando com a quase completa erradicação da lepra no país em pouco mais de meio-século, não seria difícil deduzir que essa diminuição epidemiológica resultou na cura dos leprosos noruegueses, o que, como dito, não era exequível naquele momento. Buscando explicações para tal questionamento, concentrei-me nos discursos de Hansen, especialmente na conferência de Berlim, no intuito de compreender como ele descreveria essas medidas.

O exame desse material aponta que essa política pública foi descrita por Hansen de maneira bastante dicotômica, e com o único objetivo de justificar o emprego do isolamento compulsório como solução pelo menos para o não-alastramento da lepra. Assim, é possível dividir sua argumentação na ocasião em dois momentos completamente

¹⁶ Esse discurso é recorrente em todas as obras históricas, especialmente latino-americanas, que analisam o processo de construção de soluções políticas para a lepra a partir do século XIX. As medidas norueguesas gozam de um caráter paradigmático, apenas em função dos positivos resultados epidemiológicos que produziram, tendo em vista que em meados do século XIX foram registrados cerca de 3.000 casos da doença e neste ano de 1897 haviam apenas pouco mais de 60 casos confirmados. Ver: MONTEIRO, Yara. **Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.; OBREGÓN-TORRES, Diana, 2002; GUSSOW, 1989.

distintos. Primeiro, nos artigos oficiais, escritos por ele anteriormente à realização do evento. E segundo, nos debates com outros participantes, também detalhadamente relatados nos anais da conferência.¹⁷

Sua argumentação nesses textos oficiais seria cuidadosamente construída com o auxílio de marcantes elementos históricos, no sentido de vangloriar a experiência adquirida pela Noruega no combate à lepra enquanto problema do Estado desde o princípio do século XIX, além de ressaltar o caráter humano dessa intervenção estatal. O isolamento compulsório aparece como uma alternativa utilizada pelo governo apenas para os casos mais graves, enquanto a maioria dos doentes poderia escolher se seria isolado ou permanecer em sua residência, cumprindo rigorosas recomendações técnicas.

Na Noruega o isolamento nunca foi totalmente compulsório. Nos primeiros momentos foi inclusive totalmente voluntário. Tal medida foi implementada, a princípio, como uma maneira de oferecer tratamento digno para os leprosos pobres. O estado construiu os leprosários e informou aos leprosos que ofereceria a eles um tratamento de qualidade, humano e gratuito. (HANSEN, 1897, p.4)

Entretanto, nos debates com outros presentes, quando outras idéias e outros personagens colocaram à prova sua autoridade e sua retórica, nota-se um Armauer Hansen mais visceral. Sem o polimento argumentativo tão presente em seus textos escritos, Hansen oferece-nos um singular e instigante testemunho histórico sobre a história da lepra em seu país no século XIX, que carece de maior atenção histórica. Mesmo não oferecendo a riqueza de detalhes sobre esse período que almejava encontrar, o discurso do ex-gênero de Danielsen nessas ocasiões me ofereceu substanciais argumentos para colocar em cheque as referidas interpretações historiográficas contemporâneas sobre essas medidas.

Falando como um membro do Estado norueguês, Hansen simplesmente desconsidera o papel do doente nessas medidas, chegando a afirmar, por exemplo, que:

¹⁷ Um trecho desses debates sobre a discussão com o médico norte-americano Ashmead já foi utilizado nesse trabalho.

“todo doente é um mau-trabalhador e, por conseguinte, uma peso-morto para o Estado”.¹⁸ Voltando a versar sobre os primeiros momentos da implantação dessas medidas em seu país, Hansen oferece-nos uma perspectiva distinta da descrição feita no artigo citado logo acima.

Se querem saber a verdade, no começo, os leprosos chegavam aos montes. Eles não foram internados compulsoriamente. Apenas foi-lhes dito que o governo arcaria com todos os custos e de repente tínhamos os leprosários estatais transbordando de leprosos. E isso foi um grande alívio para as famílias, pois ficaram livres de seus leprosos. (HANSEN, 1897, p.17)

A necessidade do isolamento compulsório, para Hansen é compreendida até mesmo de maneira jurídica: “Uma pessoa doente possui ao lado de seus direitos também seus deveres, e o maior e mais sagrado desses deveres deve ser o de não colocar em risco seus concidadãos” (HANSEN, 1897, p.17). Até mesmo o caráter humano dessas medidas é abordado por Hansen em termos bem distintos.

Na verdade eu acho que seria muito mais humano prevenir a doença através do isolamento de todos esses leprosos, do que oferecer aos doentes uma condição que pode até parecer advir de corações bondosos, mas que na verdade significa fraqueza sentimentalista. [...] Para mim é muito mais humano proteger a sociedade da lepra do que dar a oportunidade aos leprosos de contaminar outras pessoas. (HANSEN, 1897, p.18)

A propensa atmosfera democrática e descentralizada dessas medidas também ganha novos contornos. Segundo Hansen, a sociedade norueguesa passou, de fato, por um processo de descentralização de sua estrutura político-social, com o surgimento de pequenas comunidades que gozavam de uma relativa autonomia, e esse processo refletiu realmente na formação de uma sociedade mais consciente de seu papel na promoção da

¹⁸ **Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897.** Erste Sitzung. Vol. 2. Berlin, 1897, p. 18.

saúde-pública. No caso da política pública desenvolvida contra a lepra, contudo, a atitude do governo foi a de se utilizar dessa estrutura no intuito não de descentralizar, mas sim de centralizar toda e qualquer ação nas mãos de Daniel Danielsen, que sempre regeu a implantação dessas medidas: “O processo foi muito bem organizado. [...] Com essas medidas Danielsen assumiu o controle da situação” (HANSEN, 1897, p.23).

Mas o discurso mais sintomático de Armauer Hansen acerca do assunto seria proferido na seção do encontro chamada *Isolamento dos leprosos e suas medidas correspondentes*. Na verdade o debate, ocorrido no último dia do encontro, foi uma proposição pessoal de Hansen no dia anterior, dado o nível de divergências entre os presentes. Ainda mais direto, o médico norueguês tocava em algumas questões interessantes sobre o processo, fazendo uma revelação sobre a realidade vivida pelos doentes nos leprosários estatais, que pode se não explicar, pelo menos lançar novos elementos investigativos acerca da diminuição epidemiológica conseguida por essas medidas em um período em que curar a doença não era possível:

Aconteceram tantas outras doenças, tantas outras infecções, que os doentes morriam nesses leprosários muito antes do que se estivessem ficado em casa. Isso se trata de problema exclusivamente sanitário, nenhum acidente, mas bonito e humano não foi.¹⁹

Não se trata de dizer que o governo norueguês exterminou seus doentes de lepra. Apenas o discurso de Hansen não é suficiente para que se chegue a tal conclusão.²⁰ Desta feita, resta-me, por enquanto, apresentar tal discurso apenas como um indício, que pode abrir novas perspectivas históricas ao estudo desse processo. Ou seja, não seria absurdo pensar que o governo norueguês observasse com bons olhos a rápida lotação dos leprosários estatais construídos pelo país. Considerando as palavras do próprio Hansen, o leproso era um expurgo social, cujo único direito deveria ser o de não colocar em risco a

¹⁹ *Idem*, p. 162.

²⁰ Minha tese de doutoramento esbarrou no mesmo questionamento, que é, antes de tudo, um problema lingüístico, já que grande parte desse material encontra-se em norueguês. Objetiva-se a realização de uma investigação mais detalhada sobre o assunto, em um futuro próximo. Recebi em fevereiro de 2011, autorização do Arquivo Nacional da Noruega, em Oslo, para pesquisar os referidos documentos, o que almejo fazer tão logo possível. Mais sobre o assunto, ver: BECHLER, 2010.

sociedade sadia. Uma vez isolados em um local próprio, não seria de se esperar que este governo despendesse recursos financeiros – e mesmo enérgicos – para cuidar do bem-estar de pessoas que se sabia não possuírem futuro social. Afinal, era de seu conhecimento que o desenvolvimento de uma cura clínica para a doença ainda seria um objetivo de longíssimo prazo. É certo, além disso, que os doentes não pereceram de lepra, uma doença de evolução notadamente lenta, e sim, como aponta Hansen, de outras enfermidades, causadas provavelmente pelas más condições de salubridade ou mesmo de alimentação oferecidas nessas instituições. A eliminação “natural” dessas pessoas viria bem a calhar, enfim, nas pretensões das autoridades do país em erradicar a lepra o mais rapidamente possível.²¹

Mesmo com todas as contradições apresentadas, Hansen conseguiu impor suas concepções científicas e políticas em Berlim. Do ponto de vista técnico, conseguiu convencer o corpo médico presente ao encontro que a doença seria transmissível, como comprova o primeiro item da resolução final do encontro: “A lepra é considerada oficialmente como uma enfermidade transmitida de ser humano para ser humano, mesmo que os meios dessa transmissão ainda não possam ser totalmente explicados”.²²

E do ponto de vista político, mesmo com as referidas críticas sofridas atualmente, Hansen conseguiu fazer com que sua proposição do isolamento compulsório a todos os doentes fosse aprovada pelos presentes, muito mais pela inexistência de outras alternativas do que propriamente pela eficácia do método que, segundo ele próprio, não foi implementado em seu país. Assim, a solução milenar de se isolar os leprosos utilizada desde a antiguidade era remodelada em Berlim com um discurso cientificista, que legava a ela o status de recomendação eficaz contra o risco de pandemia da doença no período. O norueguês Armauer Hansen, por sua vez, retornava à Bergen na condição de eterno ícone na história da lepra.

²¹ Objetiva-se a realização de uma investigação mais detalhada sobre o assunto, em um futuro próximo. Recebi em fevereiro de 2011, autorização do Arquivo Nacional da Noruega para pesquisar os documentos.

²² **Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897.** Schlußforderungen. Vol. 2. Berlin, 1897, p. 324.

A construção de um mito

Não obstante todo reconhecimento adquirido ao longo desses quase duzentos anos, a vida de Armauer Hansen ainda não foi objeto de um estudo biográfico mais aprofundado. Sua autobiografia, escrita pouco antes de sua morte em 1912 e publicada apenas em 1976, é um testemunho histórico importante das reflexões de um ser humano obstinado em encontrar explicações racionais e científicas para uma doença tão singularmente marcada por estigmas e preconceitos sociais.

Longe de ousar tal empreitada, este trabalho buscou tão somente levantar algumas particularidades de sua existência, no intuito de chamar a atenção para o quão frutíferas podem ser discussões acerca de seu legado científico e político, na construção de conhecimentos acerca do desenvolvimento de políticas públicas em saúde no século XIX, especialmente vinculadas à lepra.

Nesse particular, ou seja, na construção do mito Armauer Hansen, a conferência de Berlim, como ressaltado anteriormente, exerceu um papel preponderante. Se já chegava à capital alemã como a principal autoridade científica sobre a doença, em função do “descobrimento” de seu agente causador, Hansen deixou Berlim, além disso, como o responsável por oferecer aos governos de todo o planeta um caminho político a ser seguido para a erradicação da lepra. Como se não bastasse, o médico norueguês ainda conseguiu a aprovação dos presentes para a realização da próxima conferência internacional de lepra em sua cidade natal, Bergen.

Neste evento, ocorrido em agosto de 1909, Hansen pôde experimentar todo reconhecimento pessoal que galgara nesses mais de cinquenta anos de estudos quase aficcionados sobre da lepra. Um de seus artigos publicados nos anais do encontro, escrito em parceria com seu assistente e futuro sucessor H. P. Lie, se transformou em um verdadeiro clássico da história da lepra durante o século XX, especialmente na Europa (HANSE e LIE, 1909). *Die Geschichte der Lepra in Norwegen* (A história da lepra na Noruega) pode ser compreendido como um importante propulsor de todos esses discursos positivos acerca das medidas norueguesas que ecoaram ao longo do último século. Com um discurso nacionalista e quase apoteótico, Hansen mantém a linha argumentativa utilizada nos artigos publicados na conferência de Berlim doze anos antes. As medidas são apresentadas como democráticas e absolutamente acima de qualquer

suspeita, especialmente por gerar uma impactante diminuição na incidência da lepra, que dava ao país o direito de proclamar a tão sonhada erradicação da doença.

A proposta do isolamento compulsório realizada por Hansen em Berlim não foi, de forma alguma, implantada na prática sem árduos debates sociais e científicos em todos os países afetados pela doença, especialmente nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, por exemplo, tal embate percorreu os meios sociais e médicos de maneira veemente. Heráclides de Souza-Araújo, um dos principais personagens da construção da apropriação brasileira desse processo, descreveria da seguinte maneira esse momento: “Nas primeiras décadas deste século o problema da lepra, pode-se dizer, foi o tema mais arduamente discutido na Academia Nacional de Medicina” (SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 411). A historiadora Yara Monteiro, que também analisou este processo, chega a afirmar que o país se dividira entre partidários e contrários a esse isolamento compulsório (MONTEIRO, 1995). Em outros países latino-americanos o embate também se deu de maneira drástica. Diana Obregón-Torres demonstra que sociedade e cientistas colombianos também travariam um árduo debate, especialmente por meio da imprensa, para aprovar ou rechaçar a medida (OBREGÓN-TORRES, 2002). Já em meados do século XX a proposta de Hansen encontrava críticos por todo o mundo. Em um clássico do período, os médicos britânicos Ernest Muir e Leonard Rogers chegam a classificá-la como: “o maior erro da medicina moderna”. (MUIR e ROGERS, 1940, p.14)

Mas mesmo assim a figura de Hansen permaneceu imaculada. Como explicação para este fenômeno, poderia elencar o fato de que seu legado sempre esteve muito mais vinculado a questões científicas do que políticas. Ou seja, o Hansen vangloriado foi sempre o descobridor do agente causador da doença, e não o formulador da proposta do isolamento compulsório. Até mesmo os médicos ingleses anteriormente citados como principais críticos do isolamento em nenhum momento citam o nome de Armauer Hansen sequer como um personagem vinculado à sua concepção.

Além disso, a lepra passou a figurar, no século XX, entre os temas de maior predileção em revistas médicas de todo planeta. Várias revistas surgiram – especialmente no final da primeira metade deste século – para discutir técnica e socialmente as implicações da enfermidade. Talvez a principal dessas publicações tenha surgido ainda no princípio da década de 1930, chamada *The International Journal of Leprosy*, com sede na Universidade de Nova Iorque. E provavelmente em função de todo o histórico científico do

país a respeito da doença, trabalhos de cientistas noruegueses se multiplicaram desde o princípio da revista. Um dos primeiros trabalhos foi o já citado artigo de H.P Lie, antigo assistente e àquela altura sucessor de Hansen na linha de frente científica sobre o assunto. No artigo, publicado na segunda edição da revista, Lie realiza uma verdadeira ode ao falecido Armauer Hansen, legando à sua imagem de cientista um caráter literalmente mitificado (LIE, 1933).

A partir de então sucederam-se trabalhos com a mesma linha argumentativa na revista, que chegou à possuir uma tiragem mundial de cerca de 10.000 exemplares. Ao longo do presente texto, tais artigos foram analisados, e todos são unânimes em vangloriar a figura de Armauer Hansen como o principal personagem histórico relacionado à lepra de todos os tempos. Mesmo na literatura de língua alemã que, em função da comentada querela envolvendo Albert Neisser, pelo menos poderia tratar o norueguês de maneira mais imparcial, observa-se a mesma argumentação positiva²³.

Em trabalhos brasileiros, especialmente da primeira metade do século XX, observou-se que esse discurso mitificado em relação ao médico norueguês foi profundamente reconhecido e introjetado. O cientista Armauer Hansen foi aclamado como o responsável por abrir novas perspectivas para as vidas de milhares de enfermos. Em um significativo trabalho a respeito da relevância da doença no Brasil à época, o médico Oscar Silva Araújo chega a caracterizar Hansen como “*o papa da lepra*” (ARAÚJO, 1932, p.12). Outra obra fundamental sobre o assunto seria escrita por Heráclides Souza-Araújo. Em três edições contemplando os momentos colonial, monárquico e republicano do Brasil até meados da década de 1950, o autor escreveu o que se tornou um clássico em estudos históricos sobre o tema no país, chamado *A história da lepra no Brasil*. Nessa obra, que seguramente ressoou nos estudos históricos sobre o tema posteriormente, Hansen também é tratado como o precursor de uma nova era no estudo científico dessa enfermidade, bem como o maior ícone pessoal relacionado ao seu estudo em todos os tempos²⁴. Um terceiro trabalho exemplifica de maneira ainda mais clara esse arraigamento

²³ Sobre isso ver: VASOLD, Manfred. Als in Norwegen die Lepra grassierte. In: **Hoechst Seite**. n. 92., 1988; SPECKEMEYER, A. *Lepra – Aktuelle Anmerkungen zur Behandlung der Lepra*. Deutschen Aussätzigen-Hilfswerk e. V., Würzburg, 1990; HUNDEIKER, M. & BRÖMMELHAUS, H. *Leprakranke in Deutschland und Einführung industriell hergestellter Lepramedikamente vor 100 Jahren*. Hautarzt. n. 58. p. 899-902, 2007.

²⁴ Ver especialmente: SOUZA-ARAÚJO, Heráclides C. *História da lepra no Brasil – período republicano 1890-1952*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

da figura de Hansen como o “papa da lepra”. Gramont Gontijo foi interno da Colônia Santa Isabel, um leprosário situado na região metropolitana de Belo Horizonte²⁵, e pouco antes de falecer resolveu escrever um livro contando detalhes sobre o cotidiano da instituição, segundo sua perspectiva de doente. Na obra, Gontijo também versa sobre a doença e o “descobridor” de seu agente causal, deixando claro que “se estou vivo nesse momento, é graças a Hansen, que dedicou sua vida para a cura dos leprosos”.²⁶

Armauer Hansen findou sua vida na pequena cidade de Floro, a 12 de fevereiro de 1912. Pouco antes de sua morte, atendendo a insistentes pedidos como ele mesmo revela, resolve escrever sua autobiografia com a ajuda de seu assistente e amigo H.P. Lie, e seguramente era consciente de seu papel histórico para a história da lepra. Contudo, não poderia afirmar que o norueguês tenha chegado a imaginar que a doença para a qual dedicou sua vida ganharia seu próprio nome, como ocorrido em vários países, inclusive no Brasil.

O estudo da lepra, sem dúvida nenhuma, deve muito a esse cidadão de Bergen. Sua obstinação científica conseguiu fomentar a produção de conhecimentos técnicos sobre uma enfermidade tão singular, em um período histórico dos mais turbulentos cientificamente. Sua personalidade forte não permitiu que outras pessoas dividissem com ele os louros dessa empreitada. Seu legado histórico como ser humano, enfim, apresenta-se à comunidade científica afeita ao estudo da Hanseníase como profícuo tema de discussões e problematizações. Longe de pretender esgotar o assunto, este artigo pretendeu tão-somente salientar algumas peculiaridades da vida desse ser humano singular, que de fato merece ser reconhecido como um personagem científico de vanguarda do século XIX.

²⁵ Mais sobre a instituição, ver: BECHLER, Reinaldo Guilherme. *Colônia Santa Isabel: a história de um estigma*. Monografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, Belo Horizonte, 2003.

²⁶ GONTIJO, Gramont. **Colônia Santa Isabel**. Betim., p. 23, 1995. O livro foi datilografado pelo autor com o auxílio de uma caneta, já que não mais possuía os dedos das mãos. A obra não foi editada oficialmente, sendo apenas reproduzida informalmente entre os ex-internos da Colônia, se constituindo num singular objeto histórico.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Oscar Silva. **O maior problema sanitário nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga., p. 12., 1932.

BECHLER, Reinaldo Guilherme. **Leprabekämpfung und Zwangsisolierung im ausgehenden 19. und frühen 20. Jahrhundert**: wissenschaftliche Diskussion und institutionelle Praxis. Tese (Doutorado). Philosophischen Fakultät der Julius-Maximilians-Universität Würzburg. Würzburg, 2010.

_____. **Re-conhecendo Armauer Hansen**: o cientista da lepra e o personagem histórico. In: Revista Fronteiras. vol. 13. p. 59-96., 2011.

_____. **Colônia Santa Isabel: a história de um estigma**. Monografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, Belo Horizonte, 2003.

BEHELLI, L.M. *Advances in leprosy control in the last 100 Years*. In: **International Journal of Leprosy**, Vol. 41, n. 3. p. 285-297, 1973.

CUNNINGHAM, Andrew & WILLIAMS, Perry. **The Laboratory Revolution in Medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 209.

DANIELSEN, Daniel C. & BOECK, Carl. **Traité de la Spedalskhed ou Elephantiasis des Grecs**. Paris: J. B. Ballière, 1848.

DRAKE, Michael. **Population and Society in Norway 1735-1885**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

EDMOND, Rod. **Leprosy and Empire – A Medical and Cultural History**. New York: Cambridge University Press, 2006.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GONTIJO, Gramont. **Colônia Santa Isabel**. Betim, 1995.

GUSSOW, Zachary. **Leprosy, Racism and Public Health: Social Policy in Chronic Disease Control**. Boulder: Westview Press, 1989.

HANSEN, Gerhard H. Armauer. **Undersogelser angaaende Spedalskhedens Aarsager**. Norsk Magazin for Laegevidenskaben, 1874, 9 (4): 1-88. Reprinted as *Causes of Leprosy*, International Journal of Leprosy, 1955, 23 (3): 307-9.

_____. Facultatives oder obligatorische Isolierung der Leprösen. In: **Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im Oktober 1897**. Bd. I, Berlin. p.4, 1897.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HUNDEIKER, M. & BRÖMMELHAUS, H. **Leprakranke in Deutschland und Einführung industriell hergestellter Lepramedikamente vor 100 Jahren**. Hautarzt. n. 58. p. 899-902, 2007.

OBREGÓN-TORRES, Diana. **Batallas contra la lepra: Estado ciência y medicina en Colombia**. Medellin: Banco de la República, Fondo Editorial Univerdidad EAFIT, 2002.

STERNERSEN, Oivind & LIBAEK, Ivar. **The history of Norway: From the Ice Age to today**. Lysaker: Dinamo Forlag, 2003.

IRGENS, Lorenz. **Hansen, 150 Years after his Birth.**, The Context of a Medical Discovery. In: International Journal of Leprosy, 60 (3): p. 466-69, 1992.

LARSEN, Oivind. **Gerhard Henrik Armauer Hansen Seen Through His Own Eyes – A Review of His Memories.** In: *International Journal of Leprosy* – Vol. 41, n. 2, 1973.

LIE, H.P. *Why is leprosy decreasing in Norway?* In: **International Journal of Leprosy.** Vol. 1. n. 2., p. 210., 1933.

Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897. **Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erforderlichen Maassregeln.** Vol. 2. Berlin, 1897.

Mittheilungen und Verhandlungen der internationalen wissenschaftlichen Lepra-Conferenz zu Berlin im October 1897. **Zweite Sitzung.** Vol. 2. Berlin, 189, p. 32.

MONTEIRO, Yara. **Da maldição divina a exclusão social:** um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard., **Leprosy.** Second Edition. Baltimore:Williams & Wilkins Co., p. 14, 1940.

PANDYA, Shubhada. **The first international leprosy conferency, Berlin, 1897:** the politics of segregation. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos:** 10 (suplement 1). p. 161-177, 2003.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides C. **História da lepra no Brasil – período republicano 1890-1952.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

VASOLD, Manfred. Als in Norwegen die Lepra grassierte. In: **Hoechst Seite.** n. 92., 1988; SPECKEMEYER, A. *Lepra – Aktuelle Anmerkungen zur Behandlung der Lepra.* Deutschen Aussätzigen-Hilfswerk e. V., Würzburg, 1990.

YOSHIE, Yoshio. Advances in the microbiology of *M. Leprae* in the past century. In:
International Journal of Leprosy. Vol. 41, n. 3. p. 361-371, 1973.

Psicanálise e educação sexual na obra de Julio Porto-Carrero:

Rio de Janeiro (décadas de 1920 e 1930)

Rafael Dias de Castro*

O psiquiatra Julio Pires Porto-Carrero (1887-1937), nascido em Pernambuco, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Considerado um grande entusiasta da teoria psicanalítica no período, Porto-Carrero iniciou seus estudos sobre a psicanálise em 1918. Em 1923, tornou-se membro da *Liga Brasileira de Higiene Mental* (tendo sido vice-presidente no início da década de 1930) e começou a estudar com afinco a teoria de Freud, tendo inclusive iniciado uma Clínica de Psicanálise dentro da *Liga* em 1926 (FACCHINETTI, 2001; PONTE, 1999). No ano de 1926, ele divulgou nos *Arquivos Brasileiros de Neurologia e Psiquiatria* um texto onde apresentava os aspectos clínicos da psicanálise: “Não vou trazer novidade: apenas referir alguns aspectos clínicos da psicanálise, segundo se me têm apresentado no decorrer do exame e tratamento de alguns neuróticos”. (PORTO-CARRERO, 1926: 96). No ano de 1928, se tornou vice-presidente da seção do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicanálise, fundada em São Paulo no ano anterior. Em 1929, tornou-se catedrático de Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde divulgava e ensinava amplamente a teoria de Freud (PERESTRELLO, 1992; Silva, 1959).

De acordo com Elisabete Mokrejs, verifica-se na abordagem de Porto-Carrero sobre a psicanálise a exposição dos conceitos básicos sempre entremeada pela aplicação das ideias a diversos campos do conhecimento, como a medicina, a arte e a educação (MOKREJS, 1993). De acordo com ela, o autor assentou toda sua argumentação nos exemplos da teoria psicanalítica, mas criou um “paralelismo das citações freudianas com as

* Rafael Dias de Castro, Doutorando no Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz na Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ.

irrupções do seu pensamento totalitário, privilegiando a ação do Estado no controle de supostas medidas profiláticas” (MOKREJS, 1989: 15).

Parte da historiografia sobre o tema da recepção da psicanálise no Brasil tem privilegiado o viés da difusão de tal teoria em sua relação com os discursos educacionais das primeiras décadas do século XX. Abordando a aplicação da teoria psicanalítica ao campo da educação, efetuada por Porto-Carrero, Mokrejs observou que a intenção do autor era que o papel da educação ficasse reservado ao Estado, com o objetivo de formar o caráter e prevenir distúrbios do psiquismo, “[...] porquanto estes inteferirão, negativamente, na formação de uma mentalidade sadia para servir a nação” (MOKREJS, 1989, p. 15). Para ela, os temas da educação, tratados por Porto-Carrero a partir do viés psicanalítico, inserem-se nas temáticas da higiene mental, da educação infantil e da educação sexual. Mas o principal foco, segundo ela, parecia ser mesmo o da educação sexual: “Porto-Carrero trata do tema dando ênfase à instrução sexual, tecendo considerações sobre a masturbação, as doenças venéreas e a questão da virgindade” (MOKREJS, 1989, p. 10).

Em outras circunstâncias, Porto-Carrero associou o tema da educação sexual à formação do caráter, afirmando que “a maior parte da energia psíquica é de natureza sexual e deverá ser adequadamente estimulada, o que só ocorrerá com uma educação sexual bem planejada pelos pais e professores” (MOKREJS, 1989, p. 10).

Carmen Montechi Oliveira (2002) abordou os primeiros tempos da psicanálise no Brasil, a recepção dessa teoria pelos mais diversos atores e as teses pansexualistas na educação. Segundo ela, nesses primeiros tempos, as mais variadas interpretações e utilizações de tal conhecimento oscilavam entre a simpatia, a adesão ou a recriminação:

Médicos, psiquiatras, cronistas sociais, pedagogos, a favor ou contra, vão abordar a temática freudiana pela ideia de pansexualismo deslocando esse saber do quadro clínico para o social. Eles se servem do termo tanto pelo viés moralista e/ou nacional, de resistência à psicanálise, quanto pelo seu aspecto inovador, moderno, para valorizar os méritos da doutrina e de sua base psicológica, mas igualmente no seu sentido filosófico, como sistema explicativo do social. (OLIVEIRA, 2002, p.135)

A autora ressalta que, durante esse período, o problema da educação nacional ocupava um lugar privilegiado entre as prioridades da administração republicana, mobilizando os mais importantes intelectuais do país. Dentre os médicos interessados na aplicação da psicanálise à educação, a autora cita o psiquiatra Julio Porto-Carrero.

Carmen Oliveira (2002) mostra que, ao justapor a psicanálise aos discursos educacionais, tal autor ressaltava o respeito à personalidade da criança e a necessidade de condução, pela via psicanalítica, da educação intelectual, moral e sexual da criança.

Porto-Carrero vê a doutrina como uma “teoria ampliada da sexualidade humana”, que permite, entre outras, a proposta de um agenciamento e de um controle racional e civilizador da sexualidade, através de um discurso moralizador e de disciplinarização, mas que não preconiza uma ruptura com os comportamentos moralmente recomendados. (OLIVEIRA, 2002, p. 140).

Ana Maria Magaldi (2001) chama atenção para um fator importante nesta discussão: as lições de psicanálise para educadores. Analisando a obra de Julio Porto-Carrero, a autora afirma:

Segundo a concepção daquele médico e educador, seria exatamente a “ciência de Freud” que, além de embasar o tratamento dos distúrbios da “alma”, forneceria o instrumental para a ação dos agentes que, de acordo com a lógica preventista, deveriam se ocupar em zelar pela saúde da mesma, prevenindo possíveis males futuros, isto é, para aqueles que tivessem como tarefa a educação. (MAGALDI, 2001, p. 3)

Magaldi observa a ênfase dada por Porto-Carrero à atuação de educadores e à área da pedagogia de modo geral, que pode ser compreendida se considerarmos que, como higienista, ele privilegiava a prevenção em lugar da prática curativa. Para a autora, Porto-Carrero apresentou a educação sexual como um dos mais importantes focos que deveriam nortear a educação dos pais, por representar o núcleo da ação voltada para a profilaxia de neuroses e anomalias diversas. Por isso o destaque negativo sobre a “arte de perverter”, que seria fruto da educação de pais que ignorassem ou se mostrassem incapazes de

assimilar os conhecimentos pedagógicos de forma geral e os psicanalíticos em especial (MAGALDI, 2007).

Deste modo, segundo a autora (2001), Porto-Carrero encorajava os professores no sentido do estabelecimento de um programa de educação sexual centrado na reorientação da compreensão dos alunos sobre o tema, de forma a combater preconceitos instalados:

Todo esse processo de intervenção em que Porto-Carrero esteve envolvido, voltado para a “modelação de espíritos”, e a partir disso, para a modelação da própria sociedade presente e futura, era compreendido com base na noção de “civilização”. Apoiado nas idéias de Freud, bem como em concepções evolucionistas, aquele médico e educador tratava essa noção em um registro bastante próximo da idéia de saúde, sendo que esta, por sua vez, considerada no âmbito individual e social, revelava uma compreensão que aproximava a dimensão física e mental da dos costumes e comportamentos morais. (MAGALDI, 2001, p 7)

Nesta proposta pedagógica apoiada em preceitos psicanalíticos, interessava modelar o espírito das crianças para que se pudesse modelar a própria sociedade. Mais ainda, o autor Jorge Ferreira Abrão (2006) afirmou que a entrada de tal teoria no meio pedagógico se deu quando a *Escola Nova* surgia no cenário educacional do país como uma opção, ou mesmo como uma oposição ao ensino tradicional em vigor até então. Essa nova política educacional partia do princípio de que a escola deveria atuar como um instrumento para a edificação da sociedade através da valorização das qualidades pessoais de cada indivíduo:

Neste sentido, torna-se vital compreender as características da criança para melhor gerir sua educação. (...) É por esta mesma senda que a psicanálise encontrou espaço para se difundir dentro da educação, auxiliando tanto na compreensão do desenvolvimento emocional da criança, quanto na resolução das dificuldades escolares que impedem a expressão de suas potencialidades individuais. (ABRÃO, 2006, p. 234)

De acordo com Abrão, Porto-Carrero tomava esse novo conhecimento como um sistema teórico aplicável a diversas áreas do saber, e particularmente à educação (ABRÃO, 2011). A forma de utilização da psicanálise no cuidado da criança, que se difundiu no meio educacional brasileiro no início do século XX, circunscrevia sua prática de intervenção em um período anterior ao surgimento de uma possível patologia e encontrava-se em consonância com o pensamento vigente na psiquiatria brasileira do período:

Ao empregarem a teoria psicanalítica na educação de crianças, estes autores tinham como meta uma intervenção de natureza profilática, proporcionando à criança condições favoráveis de desenvolvimento, de forma a evitar que o distúrbio de ordem emocional viesse a se instalar e comprometer o ajustamento de sua personalidade. Neste sentido, os professores deveriam ser informados sobre as hipóteses psicanalíticas relativas ao desenvolvimento infantil para melhor gerir a educação de seus alunos, compreender suas dificuldades escolares e, em última análise, formar indivíduos emocionalmente saudáveis. (ABRÃO, 2006, p. 236)

Jorge Abrão identifica dois momentos distintos, porém complementares, na intersecção entre educação e psicanálise na primeira metade do século XX: a divulgação da teoria psicanalítica no meio educacional e a aplicação da psicanálise à higiene mental escolar. Sua conclusão, com base no tipo de discurso e prática empregados pelos autores estudados, é de que “a noção de criança, enquanto categoria de desenvolvimento, e de infantil, como representação das experiências infantis no psiquismo seja do adulto ou da criança, confundem-se para estes autores”. (ABRÃO, 2006, p. 238)

A relação da psicanálise com a educação e o contexto onde tal apropriação ocorreu (primeiras décadas do século XX), fica bastante clara nas exposições de Mokrejs (1989), Oliveira (2002), Magaldi (2001) e Abrão (2006). Com o movimento da “Escola Nova”, passou-se a refletir sobre o fazer pedagógico a partir de uma perspectiva individualizante, o que, de certa forma, facilitou a apropriação do discurso psicanalítico por esses autores, que compreenderam ser esta teoria capaz de criar condições favoráveis de desenvolvimento do individual, de forma a evitar que os distúrbios de ordem emocional, moral, sexual, viessem a se instalar e comprometer o ajustamento da personalidade da criança. Não haveria o interesse em se criar um novo método de ensinar ou uma nova

pedagogia baseados na psicanálise, pois esta seria apenas mais um instrumento de trabalho. De maneira geral, tal pedagogia, proposta sob uma base psicanalítica, procuraria incentivar o diálogo entre pais e filhos, onde o adulto deveria descer ao nível da criança para compreender seu ponto de vista e ajudar a superar suas dificuldades. A recomendação ao professor era a de que ele não emitisse diagnósticos apressados sobre as dificuldades dos alunos e que os pais e mestres mantivessem um diálogo constante, a fim de melhor acompanhar o desenvolvimento do pequeno aluno na escola.

Este projeto de intervenção educacional em que a psicanálise esteve envolvida, voltado para a “modelação de espíritos”, serviria também para a modelação da própria sociedade presente e futura, compreendida com base na noção de “civilização” advinda não somente de um modelo europeu, como também diretamente da própria teoria freudiana (FACCHINETTI, 2001; PONTE, 1999).

Psicanálise e educação sexual no pensamento de Julio Porto-Carrero

No psicodiagnóstico que fez sobre a nação, Porto-Carrero procurou identificar, por meio de categorias psicanalíticas, os principais defeitos morais do brasileiro para então corrigi-los e educá-los. A conclusão era a de que, devido à sua mediocridade (PORTO-CARRERO, 1933b), essa população não era capaz de controlar seus impulsos, realizando muitas vezes atitudes que iam contra o ideal preconizado pela “elite intelectual” psiquiátrica: o de evoluir e se desenvolver de forma coerente com o ideal moderno dos países civilizados (FACCHINETTI, 2001; REIS, 1994).

Para esse psiquiatra, da mediocridade do brasileiro derivava também falhas em sua iniciativa e uma falta de compromisso em continuar o que se havia começado – ou seja, faltava-lhes ideais a seguir (PORTO-CARRERO, 1933b). Essa constatação visava alertar sobre a necessidade de prosseguir com o projeto que então se propunha, tanto pela população adulta, responsável pelas gerações seguintes, quanto pelas crianças, o futuro do país (PORTO-CARRERO [1926], 1933a).

O psicodiagnóstico apontava que, na verdade, ao brasileiro não faltava “capacidade para sentir, atentar, recordar ou julgar”. Porto-Carrero nos ajuda a definir que os psiquiatras/psicanalíticos do período acreditavam que o problema era quantitativo. Vejamos: “É na afetividade que residem, principalmente, as nossas falhas. É a extrema

variabilidade desse elemento quantitativo – o ‘afeto’ da escola de Freud – o que nos impede a continuidade na ação” (PORTO-CARRERO [1928a], 1934: 99).

De acordo com o Dicionário de Laplanche e Pontalis (1988, p.34), para Freud o *afeto* é um termo que exprime um estado penoso ou agradável, vago ou qualificado, que pode se apresentar sob a forma de uma descarga maciça ou como tonalidade geral. Segundo afirmam, toda a pulsão se exprime em dois registros: o do afeto e da representação. O afeto, assim, seria a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações.

Assim, na leitura de Porto-Carrero, a variabilidade do afeto no brasileiro derivava de sua herança psicológica, onde “os filhos reproduzem, não somente a morfologia dos ascendentes, mas também a dinâmica dos gestos, das atitudes, das tendências das vocações, dos traços de caráter dos ancestres” (PORTO-CARRERO [1928a], 1934, p.101). Daí se explicava a conservação de “tabus milenares” em que se fundamentavam a família, a sexualidade, a ideia de pátria, ou seja, a origem da formação e organização mental do brasileiro (PORTO-CARRERO [1928a], 1934).

Esses afetos, que já se encontravam consideravelmente nas aquisições ancestrais e que eram transmitidas de gerações para gerações, dizia Porto-Carrero, incluíam um núcleo profundamente sexual que se representava em duas espécies de tabus, entrelaçados entre si: o tabu da família e da pátria:

A organização da família, com a predominância masculina, determina na criança, ignorante da matéria sexual, emoções várias, trazidas pela coerção contínua da sua libido que, sem a necessária educação sexual, se fixa ou se desloca, sem atingir ao fim inacessível e sem sublimar-se, conforme fora conveniente. O conceito de pátria, irracionalmente detido no âmbito das fronteiras, reproduz em ponto grande os males da situação mesquinha dos filhos no seio da família. A arrogância patriótica é ao mesmo tempo imitação e derivação do autoritarismo dos pais. (PORTO-CARRERO [1928a], 1934, p. 115-116).

Tendo esses tabus por base a sexualidade, era necessário, segundo ele, a correta educação sexual gradativa e correta, pois uma “boa educação moral deve começar pela educação sexual oportuna, dosada e leal. É conveniente cultivar a iniciativa da criança, na

família, inculcando-lhe o espírito de responsabilidade e de cooperação, nivelando-a, quanto possível, nos seus direitos e deveres, ao adulto” (PORTO-CARRERO [1928a], 1934, p.116-117). Para conseguir isso, era preciso a colaboração dos pais e professores, que deveriam dar à criança a noção correspondente ao seu desenvolvimento psíquico. Para tanto, claro, deveriam eles também se submeter ao saber psicanalítico (PORTO-CARRERO [1926], 1933a).

Para a formação do caráter infantil, importava não somente ensinar à criança os fenômenos do amor e da procriação, mas ainda fazer a educação sexual dos pais e dos educadores profissionais:

Infelizmente, os pais ignoram ou fingem ignorar tudo isso. Ao anseio de conservar o filhinho “inocente”, segue-se o afã de prodigalizar ao rapaz instruções e meios para o início da função genital. (...) Tal instrução ou não basta, ou chega tarde a ouvidos já antes instruídos com malícia nas conversas da copa ou nos recreios do colégio. (PORTO-CARRERO, 1929, p. 122)

Porto-Carrero (1929) afirmava que os professores teriam mais ortopedia do que escultura a fazer, pois eles recebiam na escola um “monstrengo fabricado no lar: cabeça cheia de cegonhas que trazem meninos, ânimo angustiado ante o mistério dos órgãos sexuais e suas funções, temor profundo da autoridade e coração afeito ao sonho e ao devaneio” (PORTO-CARRERO, 1929, p. 123). Em matéria de educação sexual, eles começariam por “varrer as teias de aranha com que o lar cobriu tantas verdades já entrevistas pelo pequenino” (PORTO-CARRERO, 1929, p. 122). A obra da escola seria complexa, e o futuro da sociedade estaria no ensinamento da verdade toda, a verdade tão mais simples quanto mais verdadeira:

Na remota infância, convém responder às perguntas, e elas raramente faltam aos cinco anos de idade. Naturalmente, a resposta corresponderá ao desenvolvimento intelectual: mais sumária, a princípio, pormenorizada, depois. (...) O grande mestre Freud aconselha que o ensino sexual esteja terminado aos dez anos. (...) Aos dez anos, muitas crianças, sem educação sexual do lar ou da escola, já aprenderam boa dose de erros imorais. (PORTO-CARRERO, 1929, p. 128)

Desta forma, esta moral sexual seria o complemento do ensino da escola, que acompanharia todo o ensino desde seu início. Seria preciso ensinar o respeito mútuo entre os sexos, a função procriadora e, mais importante, “ensinar que a espécie, a grande, a eterna espécie vale bem quantos sacrifícios façamos nós, indivíduos. (...) É a espécie que se representa na vida social nos conceitos de pátria e humanidade” (PORTO-CARRERO, 1929, p.132).

Os males provenientes de uma educação sexual mal orientada, e obviamente não psicanalítica, foi exemplificada na figura do famoso caso de Febrônio, no Rio de Janeiro. Febrônio Índio do Brasil foi um criminoso bastante conhecido nos anos 1920 e 1930, tendo sido preso em 1927 sob a acusação de ter estrangulado dois menores que resistiram a seus ataques homossexuais. Já conhecido da polícia, teve sua primeira prisão ocorrida em 1916, aos 21 anos, depois da qual se acumularam outras tantas, por motivos diversos como roubo, vadiagem e chantagem. A sentença de Febrônio foi reconhecida como um dos primeiros casos em que a ciência médica influiu em uma decisão judicial, ao provar que o réu era completamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato por ele cometido; não devendo, por isso, ser-lhe imposta pena, uma vez que o agente também não compreenderia a intenção intimidatória e correccional da medida repressiva (Fry, 1985).

Na leitura desses psiquiatras, as atitudes de incapaz não eram provenientes de um degenerado, pois todos os brasileiros possuíam um ‘id primitivo’ e selvagem, tal como ele. O problema era que Febrônio não havia sido adaptado para a realidade, ele não havia conseguido realizar a educação de seus impulsos. Estudado à luz da psicanálise, esse caso deixava logo entrever alguns elementos indispensáveis a seu diagnóstico:

Febrônio sofreu no ambiente familiar, durante a sua infância, influências indeléveis. Ao exame, deixa perceber uma acentuada fixação materna a par de um complexo paterno (Édipo complexo). Na adolescência teve longa permanência nas prisões e colônias correccionais, devido a faltas as mais diversas, confirmativas da inadaptação ao lar paterno. Se a primeira circunstância o prende a um forte complexo de Édipo, a segunda, causando a impossibilidade de satisfação normal da “libido”, parece ter determinado a sua fixação à fase sádico-anal do instinto sexual (CAMPOS, 1938, p. 130).

Desta forma, a homossexualidade de Febrônio revelava a luta entre o desejo de satisfação e o dever da repressão de seus instintos. Caso tivesse acontecido uma educação, desde a infância, baseada nos pressupostos psicanalíticos de sublimação correta dos impulsos, certamente ele não incorreria em tais erros. A demanda por essa pedagogia obviamente existia, e era necessário fazer com que ela se tornasse indispensável para o progresso da civilização brasileira:

A constituição somática, o desenvolvimento intelectual e o meio, agindo pelas suas influências múltiplas, podem determinar tendências gerais, que ainda assim, se podem nortear ao tom da corrente social. Entre a exteriorização simples dos impulsos, a sua sublimação, a perversão, a neurose e o crime, decide o determinismo daqueles vários fatores o destino do indivíduo (...). Guie a psicanálise à reeducação dos impulsos mal derivados desses infelizes (PORTO-CARRERO, 1933b, p. 112).

Para Porto-Carrero (1934), seria preciso ensinar, desde cedo, a parte mais importante da nossa fisiologia, que é a razão da vida individual, ressaltando ser “necessário dar á educação uma diretiva que permita uma exteriorização de energia com um mínimo de dano para o individuo e um mínimo de dano para o ambiente onde ele vive” (1934: 63). Ele afirmava que seria para melhor segurança da espécie que a sociedade regulamentava a função sexual, pois a organização social deveria ter como base a função sexual controlada pelas leis e costumes: “realizar a educação, fechando os olhos a todas as manifestações, ainda que indiretas, do sexo, é andar entre abismos com os olhos nas estrelas” (PORTO-CARRERO, 1929, p.121-122). Desta forma, a moral sexual seria o complemento do ensino da escola, que acompanharia toda a educação desde seu início.

Com a psicanálise, a psiquiatria poderia dirigir essa evolução, já que não era possível nem abdicar da civilização nem continuar estagnado diante do progresso que batia à porta (Porto-Carrero, 1933b). Através da sublimação e educação dos impulsos prejudiciais à civilização, a psiquiatria poderia conduzir a população em sua obra para civilizar o país. Evitar, enfim, o condicionamento de propensões negativas, substituindo-as por outras, favoráveis e importantes para oferecer uma educação vantajosa para o avanço

do país: “sublimar ou condicionar derivativos úteis ou inócuos, isto é, educar, aperfeiçoando os instintos” (AYROSA, 1934, p. 24)¹.

Graças à psicanálise, seria possível explicar a formação das civilizações, a origem dos mitos e das lendas e até o porquê das vocações profissionais. Com ela, também, seria possível civilizar o país, ou melhor, fazer evoluir o ‘id primitivo’ no desenvolvimento de um ‘ego civilizado’:

Embora órgão imperfeito, o Consciente pode ser, porém, melhorado, desenvolvido, educado; no seu campo de ação podem ser aumentadas as tendências canalizadas para a felicidade própria e social do indivíduo. É assim que os poderes da cultura, da pedagogia e da higiene mental podem aumentar o campo de ação da consciência e é assim, sobretudo, que a psicoterapia, depois que ela própria revela ao paciente suas próprias tendências inconscientes, pode canalizá-las num sentido racional e utilizá-las favoravelmente, chegando a tornar agradáveis ao sujeito as representações ou atos até então penosos ou indiferentes e vice-versa (MORAES, 1927, p. 10).²

O paciente em questão era o Brasil e “aos educadores compete indagar as primitivas vivências favoráveis à correta formação da personalidade” (RAMOS, 1935, p. 6).³ O projeto da psiquiatria-psicanalítica se constituiria, assim, na normalização de comportamentos aceitáveis, tanto na esfera privada quanto pública, acentuando a responsabilidade de homens e mulheres com a civilização que se pretendia florescer no

¹ José Carneiro Ayrosa (?) foi um médico psiquiatra, docente de psiquiatria da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, tendo trabalhado também no Hospício Nacional. Trabalhou, desde o início de sua atuação profissional, com a psicanálise, tendo sido também membro da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro criada em 1928, filial fundada a partir da sede paulista, criada no ano anterior (FACCHINETTI, 2001).

² Deodato de Moraes (?) foi um psicólogo e professor carioca. Participou da Academia Brasileira de Educação e, juntamente com o psiquiatra Porto-Carrero, escreveu artigos e ministrou várias palestras sobre a psicanálise, tendo inclusive ministrado um curso em 1928, juntamente com Porto-Carrero, de “iniciação à psicanálise para educadores” na Associação Brasileira de Educação (de 20 de abril a 15 de julho de 1928, totalizando 23 conferências) (Cf.: Facchinetti, 2001; Mokrejs, 1993).

³ Arthur Ramos (1903-1949) foi um médico psiquiatra que obteve sua formação acadêmica na Bahia, referindo-se à psicanálise já em sua tese de doutorado escrita em 1926 – **Primitivo e loucura**. O educador Anísio Teixeira (1900-1971), então Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, convidou o médico Arthur Ramos a assumir a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, IPE, em 1934. A partir daí, Ramos teria uma grande atuação no campo médico e pedagógico no Rio de Janeiro, escrevendo artigos e aplicando os preceitos psicanalíticos em seu trabalho.

Brasil. Seus discursos, baseados também na teoria eugênica (REIS, 1994), convergiriam no propósito do aperfeiçoamento da sociedade, sendo necessária, para esse projeto de aprimoramento social, a realização de um psicodiagnóstico dos males do país.

Os preconceitos leigos, míticos, todos originados de impulsos sexuais que se transvertem, se transmudam, se disfarçam, viriam cooperar na personalidade artificial, antinatural, anti-humana, disposta assim às neuroses e às perversões. E assim se formaria um complexo de castração, um sentimento íntimo de culpa, de purificação, de punição – tudo quanto torna o homem impróprio para o meio social que assim o preparou tão mal para a vida coletiva. (PORTO-CARRERO [1928b], 1934, p. 99)

Na proposta de educação dos impulsos, as escolas seriam o local ideal e as crianças o objeto privilegiado. Como disse Porto-Carrero, era melhor “uma elite intelectual guiar quatro ou cinco milhões de superiores do que quarenta milhões de débeis” (PORTO-CARRERO, 1933b).

A ‘elite intelectual’ psiquiátrica assumiria um papel decisivo nesse projeto educacional, propondo-se a cuidar para que o Estado assumisse suas responsabilidades para com a sociedade, comprovando a necessidade de fazer com que a ‘massa medíocre’ fosse educada (deixando assim de ser medíocre) e para que seus instintos fossem sublimados a fins positivos para os ideais civilizatórios (FACCHINETTI, 2001; PONTE, 1999).

Aqueles que se submetessem ao projeto civilizatório da psiquiatria, e que conseguissem “dominar” seus instintos e dar o melhor direcionamento a eles – a melhor sublimação possível (o comportamento “normal”) – colaborariam para o projeto de regeneração da sociedade. Para muitos dos psiquiatras ligados a tal projeto, o foco seria educar e corrigir o comportamento de toda a população brasileira. Porém, para aqueles ligados, de forma mais incisiva, à teoria organicista (como Porto-Carrero), nem todos poderiam ser educados, pois alguns seriam incorrigíveis. Esses indisciplináveis não deveriam participar do futuro da nação: deveriam ser abolidos da sociedade. O que iria determinar tal eliminação não seria a cor/raça, muito menos a riqueza, mas a sua disposição em submeter-se aos preceitos psicanalíticos postos em ação e a capacidade de se ajustar ao papel social para contribuir para o futuro do país. Do contrário, uma das soluções seria a “esterilização desses incapazes”:

A medida, como é natural, levanta contra si o clamor dos moralistas que têm medo do que é novo e que ficam, de preferência, na tranquilidade das normas

que foram educados – mal educados –, sem olhar que o mundo progride, que o tempo corre e que eles ficam para trás (...). Nos Estados Unidos, o crime, o alcoolismo, as doenças mentais, a tuberculose, a inferioridade física são os motivos geralmente aprovados, para a esterilização dos incapazes (PORTO-CARRERO, 1933b, p. 181-182).

Portanto, a partir da teoria psicanalítica, Porto-Carrero apresentava um psicodiagnóstico que tornava possível a educação ou evolução do “id primitivo” brasileiro (ligado às paixões, aos impulsos, aos excessos, aos comportamentos “anormais”) para que se transformasse num “ego civilizado” (baseado na moral e no comportamento moderno de acordo com o modelo europeu de civilização). Ele iria demonstrar, ainda, como educar e corrigir tal população, dando ênfase no tratamento (alcoolistas, criminosos, condutas desviantes, “anormais” – sexuais, morais, comportamentais) e na prevenção dos desvios dos mesmos (através da educação, educação sexual, consultas pré-nupciais, no cuidado com a infância).

Considerações finais

Entre 1927 e 1929, as conferências e os livros de Deodato de Moraes e de Porto-Carrero passariam a ser referências para aqueles que procuravam se apropriar da teoria psicanalítica. Relacionando psicanálise e educação, os autores observavam que os desafios encontrados pela pedagogia poderiam ser solucionados pela via psicanalítica. Porto-Carrero, apresentando o livro de Deodato de Moraes, afirmou:

A psicanálise vem resolver os fundamentos da pedagogia; alguma pedra há de ficar de pé (...). Freud vem mostrar que o psiquismo merece ser estudado, antes de educado, e que não é possível submeter a todos à mesma craveira, ou construir homens em serie, como faz Henry Ford aos seus automóveis (...). Os professores que amam a infância, os educadores que amam a sua pátria muito terão lucrado se lerem e meditarem as páginas que seguem (PORTO-CARRERO, 1927, p. 7).

Para Deodato de Moraes (1927), a sociedade seria a maior interessada em controlar o desenvolvimento completo da necessidade sexual da criança para que essa atingisse certo grau de maturidade social, pois atingido esse ponto a tarefa educacional se tornaria mais simples:

A missão, pois, de refrear essa avalanche de impulsões e de desejos não é coisa fácil: ela exige um conhecimento bem profundo da natureza infantil e só a psicanálise pode dar a descoberto as suas tendências ocultas, decifrar o simbolismo com que vêm aureoladas, traçar com firmeza a estrada a percorrer (MORAES, 1927, p. 19).

Obviamente, nem todos concordavam com as opiniões expressas por tais autores. O educador paulista Renato Jardim era um dos que criticavam alguns pontos sobre a aplicabilidade da psicanálise à educação. Para ele, o problema estava em que a psicanálise não colocava em questão nenhum dos problemas principais da educação: os fins (a educação como eminentemente social) e os meios (processo de ensino):

A Psicanálise, com o apriorístico das suas interpretações, com as arrojadas hipóteses não verificadas em que se ergue, com o espírito místico em que imerge e de que se nutre, não será jamais a orientadora da educação. Não há no momento e não se prenuncia uma “pedagogia psicanalista” (JARDIM, 1931, p. 6).

Durante toda sua argumentação, Renato Jardim (1931) afirmou que seria uma incoerência aplicar a psicanálise à educação:

Mais vale para o êxito na obra educacional que ao educador assista acabada crença na perfectibilidade humana, que não conceba ele à humanidade, irremediavelmente, infecto lodo. Antes sonhe o educador com as azas de Ícaro, que o levem a pararmos azuis e iluminados, que encarcere ele o pensamento em sombrias cavernas, onde tudo são duendes, onde tudo invocação do espírito das trevas. Antes o idealismo sonhador! Antes ao educador inspire a visão alentadora da estatura de Ariel, que para a sua obra tenha ele os olhos postos na imagem de Astartéa! Tenhamos a coragem de dizer: não se elabora

uma pedagogia psicanalítica. A educação nada tem a esperar da Psicanálise...
(JARDIM, 1931, p. 185).

Existiu, como se vê, um debate sobre os aspectos positivos e negativos da aplicação da psicanálise à educação, ainda nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Entretanto, não nos aprofundaremos aqui em tal questão, merecedora de um novo esforço analítico em outro espaço de discussão.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. As contribuições de Julio Pires Porto-Carrero à difusão da psicanálise de crianças no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. In: **Memorandum**, nº 20, 2011.

_____. As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, volume 22, número 2, pp. 233-240, 2006.

AYROSA, Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, ano VII, nº 1, janeiro-março de 1934, p. 17-26.

CAMPOS, Murillo. Febrônio à luz da psicanálise. In: RIBEIRO, Leonídio. **Homossexualismo e endocrinologia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco de Assis, 1938, p. 128-132.

FACCHINETTI, Cristiana. **Deglutindo Freud**: história da digestão do discurso psicanalítico no Brasil 1920-1940. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

FRY, Peter. Direito Positivo *versus* Direito Clássico: psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JARDIM, Renato. **Psychanalyse e educação**. Resumo comentado da doutrina de Freud e crítica de sua aplicabilidade à educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo, Martins Fontes, 10ª ed., 1988.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Combatendo a “arte de perverter” e ensinando a de “modelar espíritos”: lições de psicanálise para educadores (anos 1920/30). In: **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 2, nº 4, jul/dez 2001.

_____. **Lições de casa**: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MOKREJS, Elisabete. **A psicanálise no Brasil**: as origens do Pensamento Psicanalítico. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

_____. Psicanálise e educação – Julio Pires Porto-Carrero e a pedagogia eugênica na década de trinta no Brasil. In: **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, nº 15, v. 1, 5-15, 1989.

MORAES, Deodato de. **Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927. 144 p.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação. In: **Ágora** – Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan-jun. 2002.

PERESTRELLO, Marialzira. Primeiros encontros com a psicanálise no Brasil (1899-1937) – Os precursores do Movimento psicanalítico. In: **Encontros**: psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PONTE, Carlos Fidelis da. **Médicos, psicanalistas e loucos**: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. Outubro de 1999.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. Aspectos clínicos da psicanálise. In: **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, III e IV trimestres, 1926.

_____. Bases da educação moral do brasileiro [1928a]. In: **Grandeza e Misérias do Sexo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934. 190 p.

_____. Educação e psicanálise [1926]. In: **Ensaio de Psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1933a.

_____. Educação sexual. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, ano II, nº 3, Dezembro de 1929, p. 120-133.

_____. Introdução. In: MORAES, Deodato de. **Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927. 144 p.

_____. O abortamento legal. In: *Grandeza e Misérias do Sexo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934.

_____. Profilaxia dos males da emoção [1928b]. In: **Grandeza e Misérias do Sexo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934.

_____. **Psicanálise de uma Civilização**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933b. 241 p.

RAMOS, Arthur. A educação física elementar. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, ano VII, nº 1-2-3, janeiro-setembro, 1935, p. 3-12.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia**: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação de Mestrado.

Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Estadual de Campinas. Dezembro de 1994.

SILVA, Gastão P. da. **Vinte e cinco anos de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed., 1959.

ISBN 978-85-288-0294-8



9 788528 802948